

Matheus Milani

AS EXPERIÊNCIAS LABORAIS DE CATADORES

contribuições educativas para a logística reversa informal de resíduos sólidos urbanos de Feliz-RS



Matheus Milani

AS EXPERIÊNCIAS LABORAIS DE CATADORES

contribuições educativas para a logística reversa informal de resíduos sólidos urbanos de Feliz-RS



 **UNISINOS** DESAFIE
O AMANHÃ.

25
ANOS

ESCOLA
de Humanidades
EDUCAÇÃO
Mestrado e Doutorado

 **CAPES**

 **pimenta
cultural**
São Paulo
2020

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2020 o autor.

Copyright da edição © 2020 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural pelo autor para esta obra. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade do autor, não representando a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela
Universidade Católica do Paraná, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Alexandre Antonio Timbane
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Alexandre Silva Santos Filho
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Aline Daiane Nunes Mascarenhas
Universidade Estadual da Bahia, Brasil

Aline Pires de Moraes
Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Carolina Machado Ferrari
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Andre Luiz Alvarenga de Souza
Emill Brunner World University, Estados Unidos

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Beatriz Braga Bezerra
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Breno de Oliveira Ferreira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Carla Wanessa Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Caroline Chioquetta Lorensen
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Daniel Nascimento e Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Danielle Aparecida Nascimento dos Santos
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Delton Aparecido Felipe
Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Dorame de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Doris Roncarelli
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Emanoel Cesar Pires Assis
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Erika Viviane Costa Vieira
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Everly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fauston Negreiros
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Fernando Barcellos Razuck
Universidade de Brasília, Brasil

Francisca de Assiz Carvalho
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Gabrielle da Silva Forster
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Guilherme do Val Toledo Prado
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Vitoriano
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira, Brasil*

Helen de Oliveira Faria
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Heloisa Candello
IBM e University of Brighton, Inglaterra

Heloisa Juncklaus Preis Moraes
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Ismael Montero Fernández,
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Jeronimo Becker Flores
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

José Luis Giovanoni Fornos Pontificia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Josué Antunes de Macêdo
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Júlia Carolina da Costa Santos
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Julia Lourenço Costa
Universidade de São Paulo, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Karlla Christine Araújo Souza
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leandro Fabricio Campelo
Universidade de São Paulo, Brasil

Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lidia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Luan Gomes dos Santos de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Luciano Carlos Mendes Freitas Filho
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Marceli Cherchiglia Aquino
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Marcia Raika Silva Lima
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Margareth de Souza Freitas Thomopoulos
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Maria Angelica Penatti Pipitone
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria de Fátima Scaffo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Isabel Imbroni
Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Luzia da Silva Santana
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Sandra Montenegro Silva Leão
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Miguel Rodrigues Netto
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Patrícia Mara de Carvalho Costa Leite
Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Paulo Augusto Tamanini
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Priscilla Stuart da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Radamés Mesquita Rogério
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Ramofly Bicalho Dos Santos
Universidade de Campinas, Brasil

Ramon Taniguchi Pretti Brandao
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Rarielle Rodrigues Lima
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Renatto Cesar Marcondes
Universidade de São Paulo, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Rita Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcisio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade de Brasília, Brasil

Thyana Farias Galvão
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Valdir Lamim Guedes Junior
Universidade de São Paulo, Brasil

Valeska Maria Fortes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wagner Corsino Enedino
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wanderson Souza Rabello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Washington Sales do Monte
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle - Canoas, Brasil

Adriana Flavia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alessandra Dale Giacomini Terra
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alessandro Pinto Ribeiro
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Marques Marino
Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil

Aline Patricia Campos de Tolentino Lima
Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil

Ana Emidia Sousa Rocha
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Ana Iara Silva Deus
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Ana Julia Bonzanini Bernardi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Antonio de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Anne Karynne da Silva Barbosa
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Antônia de Jesus Alves dos Santos
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Ariane Maria Peronio Maria Fortes
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Bianca Gabriely Ferreira Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruna Donato Reche
Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Camila Amaral Pereira
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Carolina Fontana da Silva
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carolina Fragoço Gonçalves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Cecília Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Cintia Morales Camillo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Claudia Dourado de Salces
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Cleonice de Fátima Martins
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Cristiano das Neves Vilela
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniella de Jesus Lima
Universidade Tiradentes, Brasil

Dayara Rosa Silva Vieira
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Rodrigues dos Santos
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deborah Susane Sampaio Sousa Lima
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Diogo Luiz Lima Augusto
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Ederson Silveira
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Elaine Santana de Souza
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Elias Theodoro Mateus
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Elisiane Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil



Elizânia Sousa do Nascimento
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Emanuella Silveira Vasconcelos
Universidade Estadual de Roraima, Brasil

Érika Catarina de Melo Alves
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Everton Boff
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Fabiana Aparecida Vilaça
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Fabiano Antonio Melo
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Fabírcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fabrício Nascimento da Cruz
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Francisco Isaac Dantas de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Gean Breda Queiros
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Glaucio Martins da Silva Bandeira
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Graciele Martins Lourenço
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Heliton Diego Lau
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jeanne Carla Oliveira de Melo
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

João Eudes Portela de Sousa
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

João Henriques de Sousa Junior
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Juliana da Silva Paiva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Lais Braga Costa
Universidade de Cruz Alta, Brasil

Leia Mayer Eyng
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos dos Reis Batista
Universidade Federal do Pará, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Miriam Leite Farias
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Natália de Borba Pugens
Universidade La Salle, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raick de Jesus Souza
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Railson Pereira Souza
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Valdemar Valente Júnior
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil



Wallace da Silva Mello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil
Wellton da Silva de Fátima
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil
Wilder Kleber Fernandes de Santana
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



Direção editorial Patricia Bieging
 Raul Inácio Busarello

Diretor de sistemas Marcelo Eyng

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Assistente de arte Ligia Andrade Machado

Imagens da capa Cesar Gabriotti
 Nattha99, Fahroni - Freepik.com

Editora executiva Patricia Bieging

Assistente editorial Peter Valmorbida

Revisão Aline Nardes

Autor Matheus Milani

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M637a Milani, Matheus -

As experiências laborais de catadores: contribuições
educativas para a logística reversa informal de resíduos
sólidos urbanos de Feliz-RS. Matheus Milani. São Paulo:
Pimenta Cultural, 2020. 195p..

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5939-033-5 (eBook)

1. Educação. 2. Trabalho. 3. Reciclagem. 4. Logística
reversa 5. Espaço urbano. I. Milani, Matheus. II. Título.

CDU: 331
CDD: 331

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.335

PIMENTA CULTURAL

São Paulo - SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



Dedico esse livro à minha amada
Mariane Fruet de Mello, companheira,
amiga e amor de todas as vidas.

SUMÁRIO

Lista de figuras.....	12
Lista de fotografias.....	13
Lista de siglas	14

Prefácio	15
<i>Isabel Bilhão</i>	

Introdução.....	19
------------------------	-----------

Capítulo 1

A cidade de Feliz-RS e os catadores e catadoras.....	29
---	-----------

Capítulo 2

Caminhos investigativos: apresentação das escolhas teóricas e metodológicas.....	38
--	-----------

Capítulo 3

Observando os catadores e catadoras: reflexões sobre as trajetórias de vida e as vivências do labor.....	64
3.1 Reciclador, e não catador: disputas de identidade no campo do trabalho	73
3.2 “ <i>Eu vou limpar tudo isso! Eu vou vencer isso aí tudo!</i> ”: o cotidiano laboral e os itinerários dos catadores.....	88

3.3 “O ‘lixo’ é de quem chegar primeiro”: as disputas no campo do trabalho	104
3.4 “Eles também têm que ganhar”: as relações construídas com os atravessadores.....	111

Capítulo 4

Conversando com os catadores

e catadoras: reflexões formuladas a partir das entrevistas compreensivas.....	120
4.1 “Usando a cabeça”: as técnicas e saberes desenvolvidos por meio do labor	122
4.2 “Nós não faz bagunça”: o apoio do Poder Público e da sociedade (ou a falta dele)	137
4.3 “Eu não quero carteira assinada”: a possibilidade de trabalho cooperativado ou associativo	153
4.4 O que a sociedade e o Poder Público de Feliz-RS podem aprender com os catadores?	162

Conclusões	176
-------------------------	------------

Referências	181
--------------------------	------------

Sobre o autor	191
----------------------------	------------

Índice remissivo.....	192
------------------------------	------------



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Vale do Caí no Estado do Rio Grande do Sul	31
Figura 2 - Município de Feliz-RS e o Vale do Caí	32
Figura 3 - Fluxo reverso de distribuição de bens de pós-consumo descartáveis	43
Figura 4 - Mapa da cidade de Feliz e moradia dos catadores	92
Figura 5 - Um longo caminho na gestão compartilhada dos resíduos	151



LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: “Eu reciclo!”	86
Fotografia 2 - O constante “vai e vem” com os resíduos recolhidos.....	93
Fotografia 3 - “O trânsito é tranquilo”	94
Fotografia 4 - A exposição a riscos	96
Fotografia 5 - “Aqui não é um depósito de lixo”: casa e “centro de triagem” dos Catadores 6 e 7	99
Fotografia 6 - O que não tem valor é lixo: local de moradia e “centro de triagem” do Catador 10	100
Fotografia 7 - Ocupando o espaço.....	108
Fotografia 8 - “Somente compensa pelo volume”: fundos da casa e “centro de triagem” dos Catadores 4 e 5.....	117
Fotografia 9 - “Eu trabalho em dia de chuva”	131
Fotografia 10 - “Bota fora”	144
Fotografia 11 - “Qualquer lugar é um depósito”	148



LISTA DE SIGLAS

CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CSCMP	Council of Supply Chain Management Professionals
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPG	Programa de Pós-Graduação
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UCLM	Universidad de Castilla-La Mancha
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIFRA	Universidade Franciscana
USP	Universidade de São Paulo



PREFÁCIO

O livro *As experiências laborais de catadores: contribuições educativas para a logística reversa informal de resíduos sólidos urbanos de Feliz-RS*, de autoria de Matheus Milani, resulta de seu doutorado em Educação. Pude acompanhar esse percurso como sua orientadora e me sinto muito feliz com o convite para prefaciar essa versão que agora chega a um público mais amplo.

Ao longo dessa investigação, Milani precisou conciliar conhecimentos e inquietações trazidos de sua formação em Direito com aqueles propostos pelo campo da Educação. Essa inter-relação mostrou-se ao mesmo tempo desafiadora e potente. Foi necessário, por exemplo, explicar muitas vezes à orientadora em que consistia a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e quais seriam as características do ciclo da logística reversa. Mas, aos poucos, dessas conversas e das leituras compartilhadas foram surgindo pistas de como colocar em diálogo os conhecimentos anteriores com aqueles que poderiam levar a uma nova problemática de pesquisa. Essa consistiu em analisar os saberes construídos no interior das experiências laborais de catadores e catadoras de resíduos, residentes na cidade de Feliz, no interior do Rio Grande do Sul.

Como resultado, entre as contribuições apresentadas nesse livro ao campo da Educação, gostaria de destacar a proposição de que esses/as trabalhadores e trabalhadoras, ao produzirem seu sustento e o de suas famílias por meio da atividade de catar e vender resíduos participam, ainda que de maneira informal, da logística reversa, ou seja, colaboram para que os resíduos dos produtos descartados pela população da cidade retornem à indústria. Para compreender esse processo, Milani conversou com essas pessoas, esteve com elas em

suas moradias, estudou seus espaços de atuação e as relações com a sociedade em que vivem.

Ao conhecer suas trajetórias, mapear os percursos de trabalho e entrevistá-los/as, o autor preocupou-se em compreender os processos educativos por eles desenvolvidos e compartilhados. Assim, essa discussão colabora para a ampliação de um olhar que vem se alargando nos estudos em Educação, aquele que busca examinar os conhecimentos produzidos em âmbito não escolar, nesse caso específico, aqueles produzidos nas relações laborais.

Ao adotar, como procedimentos de pesquisa, a observação interativa e a entrevista compreensiva, o autor identificou algumas peculiaridades do grupo, por exemplo, o fato de se designarem como recicladores e não como catadores. Tal opção é interpretada no livro com base nas formas de reconhecimento pretendidas e na busca de superação dos estigmas ligados à atividade. O autor procurou ainda observar as táticas cotidianas que lhes garantem a sobrevivência, bem como as dificuldades e os obstáculos à sua atuação. Além disso, pode identificar tanto as regras construídas pelo grupo para preservar a coexistência e o respeito à ação de cada indivíduo, quanto as eventuais disputas por espaço e seus conflitos com os poderes públicos e com a sociedade.

A análise das relações com os atravessadores – que compram os resíduos dos catadores e catadoras e os revendem às indústrias – também permitiu compreender um intrincado processo em que os/as protagonistas do estudo estão inseridos, permeado pela dependência e pela busca de alargamento das margens de negociação dos preços. Com base nessa observação o autor percebeu que os conhecimentos laborais – como as noções de que produtos são os mais demandados, bem como as melhores formas de encontrá-los e negociá-los – influem decisivamente nas condições de manutenção da vida do grupo.

Ao se questionar sobre o que a sociedade e o poder público podem aprender com os catadores e as catadoras, o autor propõe uma reflexão sobre a necessidade de escutar e compreender seus anseios e de aceitar as contribuições que seu olhar sobre a cidade pode oferecer. Não se trata de romantizar ou de idealizar comportamentos, muito menos de esquecer que catadoras e catadores estão no lugar mais vulnerável de uma cadeia econômica que obtém sua lucratividade também com base na superexploração de seu labor.

Mas, sem esquecer as desigualdades macroestruturais do país, Milani ajusta o foco para observá-las em uma cidade de pequeno porte, de colonização predominantemente alemã, na qual se verifica uma apologia ao trabalho ligada à imigração que, todavia, não se estende à atividade dos catadores e catadoras. Esse enfoque colabora para a análise acadêmica ampliando o diálogo com estudos que tiveram como campo empírico capitais ou grandes centros urbanos.

No momento em que escrevo, agosto de 2020, o Brasil se aproxima da trágica marca de cento e vinte mil mortos pela pandemia de COVID 19. Esse número traduz a terrível desvalorização da vida em nosso país, sobretudo para os que estão em condições mais vulneráveis. A publicação desse livro em tal conjuntura torna-se oportuna também por apresentar reflexões sobre um grupo que constrói saberes essenciais à sobrevivência em uma sociedade na qual o direito de existir, para grande parte da população, precisa ser conquistado dia a dia. Desde já, portanto, essa se torna uma leitura instigante e necessária.

Professora Doutora Isabel Bilhão

Perguntas de um trabalhador que lê
Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?
Nos livros estão nomes de reis; os reis carregaram pedras?
E Babilônia, tantas vezes destruída, quem a reconstruía sempre?
Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a edificaram?
No dia em que a Muralha da China ficou pronta,
para onde foram os pedreiros?
A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo: quem os erigiu?
Quem eram aqueles que foram vencidos pelos césares? Bizâncio,
tão famosa, tinha somente palácios para seus moradores? Na
legendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os afogados
continuaram a dar ordens a seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?
César ocupou a Gália.

Não estava com ele nem mesmo um cozinheiro? Felipe da Espanha chorou quando sua frota naufragou. Foi o único a chorar?
Frederico Segundo venceu a guerra dos sete anos. Quem partilhou da vitória?

A cada página uma vitória.
Quem preparava os banquetes comemorativos?
A cada dez anos
um grande homem.
Quem pagava as despesas?
Tantas informações.
Tantas questões.

Bertholt Brecht (1896-1956)

INTRODUÇÃO

Este livro é oriundo da pesquisa realizada com catadores de resíduos sólidos urbanos na cidade de Feliz-RS. A pesquisa foi realizada ao longo do Doutorado em Educação da Unisinos, dando origem, também, à tese de doutoramento. Pela riqueza da pesquisa, proporcionada pelos catadores, e pelo protagonismo que procuramos dar à suas falas e saberes, provenientes de suas experiências laborais, buscamos que a pesquisa repercuta em outros produtos com cunho acadêmico, como este livro. Assim como na tese, começo fazendo referência à epígrafe, composta pelo poema “Perguntas de um trabalhador que lê”, de Bertholt Brecht. O campo empírico desta pesquisa é a cidade de Feliz-RS, de colonização predominantemente alemã; e seus cidadãos que laboram como catadores de resíduos sólidos, e por isso, o dramaturgo, contista e poeta alemão, falecido em 1956, inspirou-me em algumas reflexões sobre esses catadores, seus labores e experiências de vida. Brecht – que não viveu para vislumbrar a “ascensão” dos catadores ou a “era da reciclagem”, mas atentou àqueles que formam as bases das sociedades e que historicamente não recebem importância ou destaque – escreveu esse poema, colocando luz à suas existências.

Apartir dessa epígrafe, questiono o momento atual dos catadores, da indústria da reciclagem e da logística reversa: quem coleta e separa os resíduos que são lançados diariamente nas lixeiras, e com isso alimenta essa grande indústria? Certamente são divulgadas notícias sobre muitas empresas e gestores públicos. Até mesmo acadêmicos ganham destaque. Mas pergunto novamente: são eles que vão aos contêineres e às lixeiras para recolher os resíduos? São eles que os levam para sua casa e fazem a triagem? São eles que dão a base e a

estrutura sem a qual o restante da cadeia de logística reversa não se sustentaria, em virtude da absoluta inexistência de materiais?

A partir desse poema e dos questionamentos, saliento que muito é falado sobre a relevância da reciclagem e das suas benesses ambientais, bem como de que se trata de uma prática que não pode ser olvidada por qualquer setor produtivo. Destaco, também, que trata-se de uma indústria bilionária, à qual se associam benefícios sociais, econômicos e principalmente ambientais. Além disso, a logística reversa é um instrumento importantíssimo disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), auxiliando na gestão dos resíduos e na minimização dos impactos ambientais. Nesse âmbito, apesar da importância que possuem para que o sistema de fato funcione e seja efetivo, muito pouco é dito, escrito ou estudado sobre os catadores, especialmente como indivíduos.

As questões de pesquisa que orientaram esta investigação foram as seguintes: como é o cotidiano de trabalho e de vida de catadores de resíduos sólidos na cidade de Feliz-RS? Como eles veem a si mesmos e a sua prática laboral nesse contexto? Quais saberes e processos educativos se constituem nessa realidade? Como sua atuação poderia se relacionar com a Logística Reversa?

A pesquisa teve como objetivo geral compreender as experiências dos/das catadores/as de resíduos na cidade de Feliz-RS, relacionando-as às possíveis contribuições para a constituição de uma logística reversa (nomeada por nós como informal); bem como sistematizar os saberes e processos educativos que emergem de suas experiências laborais. Para alcançar esse objetivo geral, foram estabelecidos três objetivos específicos: contextualizar o âmbito de atuação dos/das catadores/as de resíduos sólidos na cidade de Feliz-RS, buscando compreender suas relações com a sociedade em que vivem; verificar quais são os saberes e processos educativos constituídos em suas

experiências e labores; e discutir as contribuições educativas que a atuação dos/as catadores/as suscita para o ciclo da Logística Reversa.

Sinteticamente, a Logística Reversa pode ser definida como o processo de movimentar bens e produtos, a partir do seu descarte, com o objetivo de agregar valor a eles ou de promover a sua destinação adequada. Representa mais do que um reuso de embalagens e reciclagem de materiais, podendo compreender operações de remanufatura e recondicionamento. Inicialmente, a Logística Reversa não foi elaborada com a finalidade de atender a uma demanda de sustentabilidade ambiental, mas vem cada vez mais abrangendo esses aspectos ambientais ou “verdes” na gestão da sua cadeia. (XAVIER; CORREIA, 2013, p. 27-28).

Após o mestrado, a partir de reflexões acerca da dissertação, fui desenvolvendo questionamentos e análises sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente sobre a logística reversa e os atores que participam do ciclo reverso. Questionando a participação dos diversos atores sociais¹, bem como o vislumbre da quase inexistência da logística reversa em diversos setores – fatores que se somaram a uma análise do ambiente social no qual eu estava inserido –, percebi que, no campo da logística reversa, existe um ator fundamental que, de fato, põe o ciclo reverso em movimento (mesmo que de forma limitada) e atua em silêncio, muitas vezes desapercibido, invisibilizado e indesejado socialmente: o catador de resíduos sólidos urbanos.

Ao retomar a análise da dissertação e as inquietudes em relação ao tema, especialmente sobre o movimento do ciclo da Logística Reversa, observei que os catadores são vistos como atores fundamentais dentro da PNRS, implementada com a promulgação da Lei 10.350, de 2010. Esse documento valoriza a figura dos catadores como integrantes da Política Nacional do Meio Ambiente,

1 Mais adiante retomarei, em termos teóricos, essa noção.

destacando sua participação na construção de um ecossistema ecologicamente equilibrado:

Art. 7 São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos [...]. (BRASIL, 2010).

Visto que é objetivo da Política Nacional de Resíduos Sólidos a integração dos catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis no ciclo de vida dos produtos e na própria logística reversa, e considerando que vivo e trabalho na cidade de Feliz-RS, passei a ter um olhar mais atento ao silencioso trabalho desses indivíduos, separando e recolhendo e agregando valor ao que, para a população, é geralmente definido como lixo. Com esse olhar mais cadenciado e observador, somado às leituras e análises sobre a logística reversa, passei a refletir sobre como esse trabalho pode ser pensado como parte da cadeia reversa.

Observei inicialmente que, embora venha se organizando em associações – como, por exemplo, a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Garibaldi, a Associação de Recicladores de Bento Gonçalves e a Associação de Catadores de Mãos dadas com a Ecologia, de Porto Alegre² –, essa ocupação ainda é socialmente ignorada, mal vista ou, ainda, mal reconhecida. No caso de Feliz-RS, por se tratar de município de colonização alemã, que mantém predominância de descendentes dessa etnia até os dias atuais, desde que cheguei, ouço da população em geral o comentário sobre a inexistência de desemprego (o que, por fim, não é a realidade atual, devido a inúmeros fatores políticos, sociais e econômicos) e sobre a valorização do trabalho por aqueles que ali vivem. Também vislumbro

2 Uma listagem com as Cooperativas e Associações de catadores e recicladores está disponível em: <http://www.aslore.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Relação-de-Cooperativas-de-Catadores-no-RS.pdf>.

que toda a população, desde jovens até idosos, está ativa, seja no comércio local, seja na indústria ou na agricultura familiar. Assim, há uma estreita relação sociocultural da população com o trabalho. Ao mesmo tempo, não ouvi pessoas salientando ou até mesmo indicando a existência de catadores na cidade, de modo que precisei de uma atenção maior e de um olhar mais aguçado para tentar identificá-los.

Por isso, quando ingressei no Doutorado em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), optei por estudar as vivências e o trabalho dos catadores na cidade de Feliz-RS, inquietude esta derivada do que foi apresentado até o momento. A pesquisa deu origem à tese, que foi desenvolvida na Linha III do referido PPG, denominada Educação, Desenvolvimento e Tecnologias. A inserção da investigação nessa linha de pesquisa justificou-se pelo seu objetivo, visto que o trabalho tem como foco as relações entre as temáticas educação, desenvolvimento e tecnologias no âmbito de processos educacionais escolares e não escolares, em diferentes modalidades. A proximidade com essa linha também ocorreu pelo fato de que nela se problematizam questões de ordem política, sócio-histórica, cultural e técnica, além de se pesquisar e produzir metodologias na interface com a formação da cidadania, das tecnologias e de projetos de desenvolvimento.

Em relação à relevância desta pesquisa para o campo da Educação, acredito que, entre as justificativas para sua realização, esteja no fato de que os catadores, protagonistas desta investigação, no âmbito da educação não escolarizada, informal e voltada para as práticas do trabalho, desenvolvem seus saberes e expressam um olhar voltado para a questão ambiental, mesmo que indiretamente. Eles retiram o sustento desse trabalho, então sabem o que pode ser reciclado e como orientar as pessoas a separar seus resíduos e destiná-los a locais adequados. Também podem auxiliar o Poder Público e a economia, pois sua visão sobre os resíduos pode direcionar maneiras

mais eficientes de recolhimento, destinação e tratamento desses materiais. Essas são contribuições oriundas de um grupo que tem desenvolvido um conjunto de saberes por meio de suas vivências e experiências, enquanto busca sua própria subsistência. Nesse sentido, a emergência de teorias sociais no campo educacional se assenta em uma visão social das transformações a efetuar na educação, visto que esta serve, principalmente, para mudar a sociedade, pois a educação deve desempenhar importante papel na reconstrução social. (BERTRAND, 2001, p. 151).

O termo educação pode explicitar diferentes significados, e os processos educativos e as dimensões da educação abarcam um conjunto que visa à formação humana integral. Com isso, teóricos apontam algumas modalidades da educação, como a informal, a não formal e a formal. (LIBÂNEO, 2010, p. 69-86). Nesse sentido, defendo que esta pesquisa, bem como este livro dela oriundo, contribui para o campo da Educação ao discutir, ou se inserir, na modalidade educacional informal, uma vez que procuro abordar a formação dos catadores durante suas práticas diárias laborais, em um processo contínuo de aquisição de competências e conhecimentos que, aparentemente, não se vislumbram em nenhum quadro institucional. Essas competências e conhecimentos são elaborados de e para o labor que exercem e constituídas independentemente da consciência das finalidades a que se pretendem.

Dentro das constantes crises de trabalho e de emprego, associadas às incessantes chamadas acerca da crise ambiental, os catadores (re)criam sua própria existência ao encontrarem um modo de subsistirem sem sucumbirem à ilegalidade ou a atividades criminosas, atuando em uma brecha entre a marginalidade e a formalidade laboral, ao mesmo tempo em que desenvolvem uma consciência ambiental que deveria ser observada mais atentamente pela sociedade e pelo Poder Público, pois muito oferece à sociedade como um todo.

De modo a iniciar a construção de conhecimentos acerca dos catadores de resíduos, especialmente na área da Educação, e para compreensão de como a pesquisa insere-se em um campo já consolidado e contribui para ele, destaco que realizei a pesquisa sobre o estado da arte nos bancos de teses e dissertações. Esse levantamento permitiu, de modo geral, observar que: a temática central dos catadores de resíduos sólidos é encontrada em diversas áreas de pesquisa, incluindo-se áreas da saúde (por exemplo, Psicologia) e campos como Serviço Social, Geografia, Direito e Educação; no campo das Ciências Sociais foram realizadas pesquisas que tratam da temática dos catadores, relacionando a área com a situação social desses sujeitos e a sua atividade.

No âmbito de uma realidade em que os catadores se tornam presentes na sociedade e passam a ter uma ocupação reconhecida³, especialmente após a publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, percebe-se a ampliação do número de trabalhos de pesquisa que têm como sujeitos os catadores. Contudo, os estudos concentram-se em grandes centros urbanos, ou então são realizados em cooperativas de reciclagem. Assim, uma investigação dos catadores enquanto indivíduos isolados (sem organização em cooperativa) e dentro de uma pequena cidade torna-se relevante para compreender suas dinâmicas, percepções, dificuldades e necessidades, com vistas a se identificarem os processos educativos que emergem dessa realidade.

As leituras permitiram inúmeras reflexões sobre a temática e sobre como seriam estruturadas a pesquisa e a construção dos produtos da pesquisa, como a tese e futuros produtos acadêmicos como artigos e livros. Em um primeiro momento, ficou claro o crescimento da produção a partir da temática envolvendo os catadores de resíduos

3 Reconhecidos por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em 2002, como categoria profissional.

sólidos ao longo dos anos, especialmente após a promulgação da PNRS, que destacou e inseriu essa atividade na gestão integrada dos resíduos sólidos. Por ser um campo em expansão e com diferentes perspectivas de pesquisa, são muitas as possibilidades de inspiração à análise e à compreensão das peculiaridades que envolvem minha própria caminhada e o campo empírico analisado.

Em relação à temática, percebi que, nas ciências humanas e em especial na Educação, os diferentes trabalhos foram realizados em grandes centros urbanos e, em sua grande maioria, com catadores cooperativados ou que estão vinculados a algum grupo profissional/profissionalizante. Essa não é a realidade dos catadores que foram investigados por mim, pois a cidade de Feliz-RS possui menos de 15.000 habitantes (trata-se, portanto, de um pequeno município em termos demográficos); e, no momento, não há nenhuma cooperativa ou grupo que reúna os catadores da cidade.

Em relação à metodologia, percebi que as abordagens investigativas são direcionadas ao estudo dos catadores como pertencentes a grupos, devido ao fato de que, em centros urbanos maiores, há a presença de cooperativas ou coletivos que os reúnem. Quanto aos catadores abordados individualmente, os estudos são mais escassos – e é nesse enfoque que minha pesquisa se insere, pois não há cooperativa ou associação na região estudada, e os catadores trabalham isoladamente, sem se tornarem cooperativados ou associados. Por isso, as metodologias de pesquisas anteriores, que mostram “caminhos” para a abordagem desses indivíduos e abordam as questões incluídas nas entrevistas, consistiram em uma importante base para a construção desta pesquisa, constituindo-se em pilares sobre os quais me apoiei.

De modo geral, percebo que a contribuição da pesquisa realizada para o campo em que se insere está no fato de que ela foi realizada com catadores em uma pequena cidade do interior. Esses

catadores não estão cooperativados ou associados e trabalham por conta própria, visando ao próprio sustento, em uma cidade com menos de vinte mil habitantes – algo que não foi abordado em investigações anteriores que encontramos para nos embasar. Outra contribuição desse estudo é a observação da ligação dos catadores e de seu trabalho à logística reversa e à gestão dos resíduos sólidos, explorando, com isso, as contribuições que trazem ou podem trazer para a gestão dos resíduos, tanto aos poderes públicos quanto à população. Assim, desse trabalho desempenhado pelos catadores, podem emergir diversas contribuições para o campo educacional.

Assim, este livro está estruturado da seguinte maneira: inicialmente apresento o campo empírico, pois a pesquisa foi realizada na cidade de Feliz-RS e como a discussão aborda os catadores dentro desse campo específico, torna-se imprescindível compreender a origem e algumas peculiaridades da cidade. A partir dessa contextualização do local da pesquisa, apresento os catadores, sujeitos da pesquisa. Uma vez abordado o campo empírico e realizada sua contextualização, apresento os caminhos metodológicos e as escolhas teóricas que embasam a pesquisa. A partir desse delineamento, construí as análises de acordo com os objetivos traçados para a pesquisa.

O capítulo seguinte apresenta reflexões que foram construídas a partir da observação dos catadores, de seus itinerários e maneiras de atuação. Nessas análises, levei em consideração falas provenientes de conversas ou das entrevistas; mas sua construção se deu principalmente com base nas observações que fiz dos seus labores e de suas dinâmicas dentro do campo social onde se inserem. No âmbito dessas observações, investiguei por que os catadores denominam-se recicladores e não catadores e como se dão as disputas de identidade que emergem desse contexto. A partir disso, em seguida, busquei compreender o cotidiano de seleção e os itinerários para a catação dos resíduos, bem como as dificuldades que emergem desse contexto.

Em seguida, o capítulo analisa as relações e conflitos que emergem desse campo social, além dos regramentos que são construídos pelos próprios catadores no exercício do seu labor. Por fim, busco analisar a presença sempre constante de outro ator no campo, o atravessador, e as relações e dinâmicas laborais que os catadores desenvolvem com esse intermediário que negocia os resíduos com eles.

Aprofundando essa análise, o último capítulo foi construído tendo como base, principalmente, as entrevistas em profundidade realizadas com os catadores. Nelas, tencionei ouvir suas narrativas, aprendendo com eles as técnicas e saberes desenvolvidos no exercício do labor, as relações que constroem com a sociedade e o Poder Público (ou a ausência dessas relações) e como vislumbram a possibilidade de trabalho formalizado ou a futura existência de trabalho cooperativado na coleta e seleção de resíduos sólidos. Encerro o capítulo abordando o que a sociedade e o Poder Público de Feliz-RS podem aprender com os catadores, pois, ao construírem saberes e vislumbrarem a cidade por meio da tentativa de sobrevivência com a coleta de resíduos, esses indivíduos, histórica e materialmente estigmatizados, têm muito a ensinar àqueles que apenas geram os resíduos ou possuem a preocupação de manter a cidade limpa – o que, dentro de uma nova perspectiva ambiental, não é mais suficiente._

1

**A CIDADE DE FELIZ-RS
E OS CATADORES E CATADORAS**

A cidade de Feliz-RS foi fundada em 1959, mas as origens históricas de sua ocupação por habitantes de origem europeia remontam ao final do século XIX. A ocupação do território hoje pertencente à cidade de Feliz por essa população teve início em 1846, com a chegada dos colonizadores alemães à região. Nessa fase inicial da colonização europeia, as regiões da campanha estavam ocupadas por fazendeiros gaúchos e portugueses, levando os imigrantes a se fixarem nos vales dos rios dos Sinos, Caí e Taquari. Dos primeiros colonizadores que chegaram a essas terras, a maioria veio da Província Renana, do Palatinado e de Hessen-Darmstadt, na Alemanha. (IBGE, 2017).

O marco político-administrativo do município de Feliz-RS inicia-se com a criação do Distrito de Santa Catarina da Feliz, pela lei provincial nº 953, de 06/05/1875, e pelo ato municipal nº 1, de 12/08/1892. Nesse período, o local estava subordinado administrativamente ao município de São Sebastião do Caí. (IBGE, 2017). Conforme a Prefeitura Municipal de Feliz (FELIZ, [2018a?]), em 22 de dezembro de 1888, a então chamada Picada Feliz foi elevada à condição de vila, passando a chamar-se Vila Feliz. A emancipação e sua constituição como município foram associadas às reivindicações dos municípios, realizadas através de um plebiscito. Em 17 de fevereiro de 1959, através da Lei Estadual 3.726/1959, foi decretada a emancipação política do local, que passou a chamar-se Feliz. Em 31 de maio do mesmo ano, foi realizada a instalação do município; e, em 25 de julho daquele ano, foi aprovada a sua primeira Lei Orgânica. (IBGE, 2017; FELIZ, 1990).

Ainda de acordo com a Prefeitura Municipal (FELIZ, [2018b?]), em termos geográficos, pode-se afirmar que a sede do município se situa, em quase sua totalidade, à margem direita do rio Caí, sendo cortada pela rodovia RS 452. O município está situado entre os dois principais polos econômicos do Estado: a região metropolitana (80 km de Porto Alegre) e a região serrana do Estado (45 km de Caxias do Sul). Desse modo, Feliz-RS está situada no Vale do Rio Caí, entre a capital,

Porto Alegre, e o principal polo industrial e econômico do interior do Estado, Caxias do Sul.

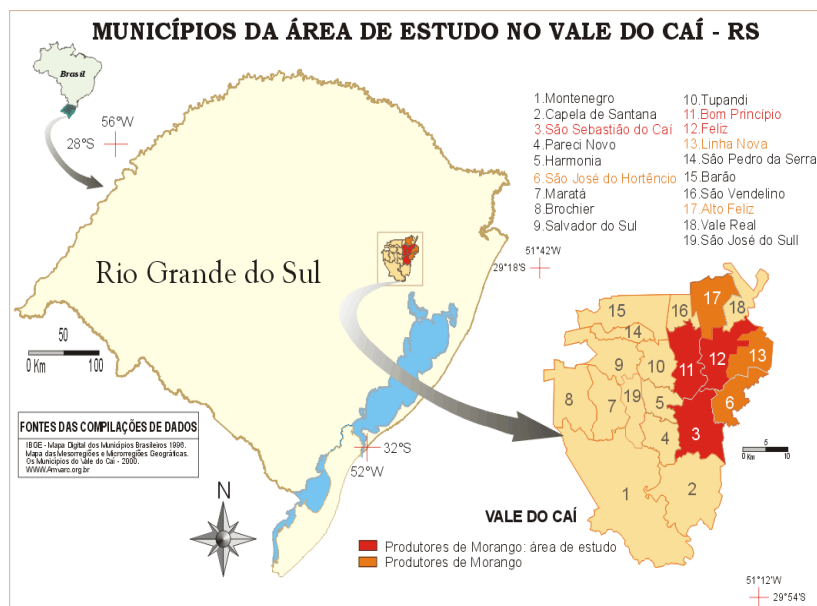
A posição geográfica de Feliz-RS pode ser mais bem visualizada através dos mapas a seguir. Conforme é possível verificar por meio das ilustrações, a região do Vale do Caí é constituída por diversos pequenos municípios, todos muito próximos uns dos outros (8 km a 11 km de distância, aproximadamente).

Figura 1 - Localização do Vale do Caí no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Rio Grande do Sul (2015).

Figura 2 - Município de Feliz-RS e o Vale do Caí



Fonte: Specht e Rückert (2011).

Segundo dados do IBGE (2017), a população total, verificada por meio do Censo de 2010, é de 12.359 pessoas, calculando-se que, em 2017, a população era de 13.273 pessoas. Em relação a trabalho e renda, é estimado que o número de ocupados é de 4.698 pessoas, o que corresponde a 35,8% da população. O salário médio dos trabalhadores formais, em 2015, correspondia a 2,1 salários mínimos. Já o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo, em 2010, era de 17,6%.

Ainda conforme o censo de 2010 do IBGE, 76,18% da população são residentes em área urbana, e os outros 23,81% moram na zona rural (IBGE, 2017). Segundo a Prefeitura Municipal (FELIZ, [2018c?]), a origem étnica é 70% alemã, 15% italiana e 15% de outros grupos. Essa presença da descendência alemã na cidade reflete-se em termos

sociais e culturais, com a existência de festas consideradas típicas e a presença da língua alemã (especialmente dialetos) entre a população – principalmente entre os mais idosos.

Em relação à educação dos habitantes, a taxa de escolarização para pessoas de 6 a 14 anos foi de 98,9% em 2010. Isso colocava o município na posição 137 de 497, dentre as cidades do Estado, e na posição 718 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Ainda segundo o IBGE (2017), o Índice de Desenvolvimento Humano do Município é de 0,75. A Prefeitura Municipal (FELIZ, [2018d?]) também destaca o Indicador Social de Desenvolvimento de Municípios (ISDM), desenvolvido pelo Centro de Microeconomia Aplicada da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP). Em relação ao ISDM, o município de Feliz ocupa a primeira posição no Estado do Rio Grande do Sul; em nível nacional, ocupa a 5ª posição; e, numa escala de 0 a 10, obteve o índice de 6,19.

Além disso, a Prefeitura Municipal (FELIZ, 2015), baseando-se no Atlas da Exclusão Social no Brasil, elaborou o Índice de Exclusão Social (IES). A cidade obteve os seguintes indicadores: índice de exclusão 0,818, índice de emprego 0,764, índice de pobreza 0,982, índice de desigualdade 0,829, índice de alfabetização 0,994, índice de escolaridade 0,451 e índice de violência 1 – dados que posicionam Feliz-RS como a 11ª cidade mais igualitária do Brasil. Quanto a esses dados, visto que, tradicionalmente, a ocupação de catadores de materiais reciclados é tida como um labor, e não como uma profissão reconhecida socialmente – sendo mais uma alternativa para a subsistência daqueles que vivem da reciclagem –, esses dados são interessantes para uma interpretação relativa à situação social dos catadores de Feliz-RS.

A economia do Município de Feliz-RS, segundo dados da Prefeitura Municipal (FELIZ, [2018e?]), é distribuída percentualmente da seguinte forma: a agricultura é responsável por 35,10%, enquanto a

indústria corresponde a 32,55%, e comércio e serviços correspondem a 32,36% da economia local. No setor da agricultura, destaca-se a produção de hortifrúti (morango, figo, goiaba e amora são as principais frutas produzidas). Em virtude da colonização e devido à geografia do lugar, as propriedades são pequenas e baseadas na agricultura familiar. Atualmente, segundo dados da Prefeitura Municipal (FELIZ, [2018f?]), o setor agrário possui mais de 720 propriedades rurais, com uma área total de 4.850 hectares. Além do setor hortifrúti, outra atividade do setor primário, a produção de aves de corte, é muito desenvolvida, assim como em toda a região. Também é significativa a integração com empresas agropecuárias, que fornecem ração, assistência técnica e veterinária e adquirem toda a produção. Ademais, destaca-se a criação de suínos e gado leiteiro. Já a indústria tem como principal destaque os ramos metalomecânico, moveleiro e calçadista. O comércio local encontra-se concentrado especialmente no centro da cidade, com lojas e magazines.

Em relação à cultura e à sociedade, é tradicional a Festa da Amora e do Morango, que ocorre no Parque Municipal de Feliz-RS, focada no turismo e na divulgação do potencial agrícola, industrial e comercial da cidade. Também ocorrem eventos relacionados à indústria cervejira, como o Encontro de Cervejarias Artesanais e Cultura Alemã e o Festival Nacional do Chopp. Tais celebrações promovem o elogio à cultura germânica do município, devido à sua colonização. (FELIZ, [2018g?]). Além disso, segundo a Prefeitura Municipal (FELIZ, [2018g?]), o município oferta um passeio ciclístico, com caminhos pelo interior, pela área urbana e na mata nativa, além de promover o Encontro de Carros Antigos, que é aberto a todas as categorias de veículos antigos e afins com mais de 25 anos de fabricação (automóveis, motos, utilitários, caminhões e ônibus), nacionais e importados.

Um aspecto interessante desses eventos em relação à presente pesquisa é que eles certamente produzem quantidade significativa

de resíduos de diversos tipos, como papelão, plástico e latas de alumínio, que são posteriormente disputados entre catadores e Poder Público Municipal. Pelo que foi narrado pelos catadores entrevistados, algumas vezes, é-lhes permitido recolher resíduos oriundos dessas festas municipais. Portanto, pelo observado ao longo da pesquisa, a realização de tais eventos, apesar de representar geração de resíduos em maior quantidade, não interfere em grande medida no cotidiano, no labor e na renda dos catadores da cidade.

Em relação à coleta de resíduos, a Prefeitura Municipal possui contrato com uma empresa privada, por meio de licitação. A média é de 195 toneladas recolhidas por mês, incluindo o lixo seco e o orgânico. Os resíduos orgânicos são recolhidos nas segundas, quartas e sextas-feiras na área central; e os seletivos, nas terças e quintas-feiras na área central, e uma vez por semana no interior e em outras áreas. O interior do município conta apenas com coleta de resíduos seletivos.

No âmbito do tratamento dos resíduos, o município está implementando o sistema de contêineres. Segundo o site da Prefeitura Municipal, “manter o nível elevado de qualidade de vida conquistados nos últimos anos exige projetos inteligentes que colaboram para a preservação da saúde e meio ambiente.” (FELIZ, 2017). De acordo com dados do Executivo Municipal, com a instalação de 160 contêineres, o investimento realizado gera economia para os cofres públicos. Com isso, o município contará com um sistema semimecanizado de coleta de resíduos. Ainda segundo a Prefeitura, o novo sistema representará economia de valores e eliminará odores e poluição visual.

Mas o que mais me chamou a atenção em relação a esse dado foi uma frase colocada no site da Prefeitura: afirma o órgão que o novo sistema de coleta visa a propiciar “eliminação dos sacos de lixos rasgados por animais ou catadores informais, redução da proliferação de insetos e animais transmissores de doenças e evitar o contato da população com o lixo.” (FELIZ, 2017). Com isso, é possível deduzir

alguns indícios da visão da Prefeitura sobre os catadores, que são vistos como pessoas que fazem atividades informais e que rasgam sacos, contribuindo para a poluição visual e os indesejados odores no município. Desse modo, a questão social de pessoas que estão em busca de subsistência e que fazem um trabalho de cunho ambiental não é vista ou destacada, ao menos em princípio. Ademais, como afirmado anteriormente, não há qualquer menção à logística reversa de resíduos que se encontre implementada em algum setor no município (comércio, lojistas, população ou setor público).

Nesse âmbito, esclareço que utilizo o termo “catar” para os catadores de resíduos sólidos, que exercem sua ocupação na informalidade e, de fato, catam, pois selecionam aqueles materiais passíveis de valor econômico através da reciclagem. Não utilizo “coleta”, por ser o termo utilizado pelos poderes públicos e pelas entidades formalizadas responsáveis pela gestão de resíduos sólidos – o que difere essencialmente da atividade dos catadores, pois não há a seleção manual e cuidadosa dos resíduos e dos rejeitos (lixo).

Observei, com isso, que os catadores de resíduos geralmente circulam pelo centro da cidade de Feliz-RS, pois é onde há maior concentração de comércio e serviços e onde há mais material descartado – matéria-prima de sua atividade, como papelão e plásticos. Visto que não há na cidade nenhum indício de estruturação de canais de logística reversa, tanto por parte do comércio local quanto do Poder Público Municipal, os catadores acabam encontrando um “espaço” dentro da dinâmica social diária de vida das pessoas e do comércio, para ali garantirem sua subsistência e constituírem novos saberes através de seu trabalho.

Uma vez que localizava alguns dos catadores na cidade de Feliz-RS, conversava com eles, apresentando-me e iniciando uma conversa sobre sua atividade. Alguns, inicialmente, mostraram-se um pouco reticentes com a abordagem. Mas, tão logo a conversa

fluía, acabavam falando bastante, me explicando suas atividades e contextos. Ao relatar para eles sobre a possível pesquisa acerca de sua atividade, muitos prontamente indicavam o seu telefone, e um deles inclusive convidou-me a conhecer o local onde vive e faz a triagem dos materiais.

Desde os primeiros contatos, percebi que alguns permanecem na ocupação de catadores, enquanto outros não são mais vistos e novos são identificados. Ou seja, não é um trabalho em que há uma permanência constante dos indivíduos, pois o campo está em constante transformação. Contudo, existe um número mais constante, que varia de cinco a dez catadores em atividade no município, os quais considerei como o grupo de indivíduos que constituiu a base empírica desta investigação.

Quando do início da pesquisa, foram previamente contatados 12 indivíduos, sendo 4 mulheres e 8 homens. Desse número de entrevistados e observados, três encontraram trabalho formal na indústria local e não estão mais no campo de catadores de modo integral. Acredito que, eventualmente, recolham resíduos de modo a complementar a renda ou auxiliar familiares e companheiros que seguem como catadores.

Desses 12 catadores, os catadores 8, 9 e 10 (ou seja, três indivíduos) não possuem parentes ou vínculos familiares com outros catadores da cidade. Os demais catadores possuem relação familiar (pai e filhos) ou marital (casados ou união estável), o que demonstra que o labor de catador acaba sendo uma alternativa a todos os membros de uma família que esteja sem opções no mercado formal de trabalho. Destaco ainda que as vidas e narrativas dos catadores entrevistados e observados são apresentadas com mais detalhes em capítulo próprio.

2

**CAMINHOS INVESTIGATIVOS:
APRESENTAÇÃO DAS ESCOLHAS
TEÓRICAS E METODOLÓGICAS**

Com base na definição do campo empírico apresentado no capítulo anterior, passo a apresentar as categorias que embasaram o tratamento das informações e dados produzidos na pesquisa.

Com o avanço da modernidade, mesmo sem discutir as diversas teorias sociológicas que buscam explicar a sociedade atual, percebemos que um dos efeitos colaterais perversos é a enorme quantidade de lixo (resíduos) gerada por uma sociedade que privilegia o consumo e a cultura do descartável e do perecível. Segundo Trigueiro (2017), são aproximadamente 10 bilhões de toneladas de resíduos por ano, que impactam na saúde, na economia e no meio ambiente, atingindo ao menos 3 bilhões de pessoas no mundo, em virtude da falta de sistemas inteligentes de coleta, transporte e destinação final dos resíduos.

A preservação ambiental e a adoção de políticas de desenvolvimento ecológico passam a ser uma necessidade universal para a preservação da vida na Terra, pois, como ressaltou o programa das Nações Unidas (ONU) para o Meio Ambiente, em recente relatório, no atual nível de consumo e descarte de resíduos, ultrapassamos em 40% a capacidade de restauração da biosfera – e esse déficit, que envolve consumo de alimentos, energia e recursos naturais, aumenta em 2,5% ao ano. Com isso, uma das formas de preservação dos ecossistemas planetários e dos recursos ambientais passa, necessariamente, pela reutilização ou reciclagem dos resíduos. Atualmente a população mundial produz, diariamente, meio quilo de lixo por habitante, levando a um total diário de cerca de 3 bilhões de quilos de lixo e 40 milhões de toneladas de lixo eletrônico por ano. Mas esse é um problema cujo enfrentamento ainda é amador, fragmentado e sem contornos ou maiores definições. (CONCEIÇÃO, 2013, p. 15-17).

São diversas as soluções que se apresentam para a crise ambiental gerada pelos resíduos sólidos, desde reavaliar os níveis de consumo, até mesmo criar novas tecnologias e materiais para a sua

produção. Além disso, outra solução já está presente e não é muito considerada: a logística reversa dos resíduos. Nesse sentido, segundo Minc (2005, p. 64), “a forma como o lixo é gerado, sua composição, a proporção de seu reaproveitamento e sua disposição final são indicadores do desenvolvimento e da cultura da sociedade”. Ainda segundo esse autor, o que chamamos de “lixo” nada mais seria do que matéria-prima fora do lugar. Esse pensamento leva à gestão de resíduos sólidos urbanos vinculados à logística reversa desse “lixo”, que se torna matéria-prima novamente – ou então, o produto tem sua destinação final adequada, caso seja inservível para as indústrias.

Por isso, começo discutindo a definição de logística reversa, pois foi dela que partiram as reflexões que me trouxeram à tese e a este livro. Para compreender o significado desse termo, é necessário contextualizar a logística. Segundo Izidoro (2015), a logística é a disponibilização de bens e de serviços que são gerados por uma determinada sociedade, em locais, tempo, quantidades e qualidades necessários a quem vai deles se utilizar. Aprofundando o conceito anterior, Costa (2017) explica que a atividade de logística teve origem no meio militar, com a tarefa de abastecimento de tropas. O francês Anoine H. de Jomini foi o primeiro a tentar definir o termo logística, referindo-se a ele como a “arte de movimentar exércitos.” (OLIVEIRA, 2016). Posteriormente, a logística foi incorporada à indústria como um todo. A área, então, passou a se referir a todas as atividades de movimentação e armazenagem que facilitam o fluxo, desde o ponto de aquisição de matérias-primas até o consumo final – incluindo os fluxos de informação que colocam os produtos em movimento, com o propósito de prover níveis de serviços adequados aos clientes a um custo razoável.

Para Oliveira (2016), do ponto de vista logístico, a vida de um produto não se encerra com a entrega ao consumidor final, pois esse produto pode se tornar danificado, inoperante ou obsoleto.

Assim, o produto ou suas peças podem retornar à fábrica de origem para conserto, descarte ou remanejamento. Dessa forma, a logística possui um fluxo que é reverso, que engloba retorno, reuso, remanufatura, recondicionamento e reciclagem. Esse fluxo de retorno dos produtos após a venda ou o uso criou o segmento especializado de logística denominado logística reversa. Além de favorável ao meio ambiente, a logística reversa representa uma oportunidade de lucro para as empresas.

Uma das definições da logística reversa é feita pelo *Council of Supply Chain Management Professionals (CSCMP)*, associação internacional de profissionais, estudantes e estudiosos da área:

The process of planning, implementing and controlling the efficient, cost effective flow of raw materials, in-process inventory, finished goods and related information from the point of consumption to the point of origin for the purpose of recapturing value or proper disposal⁴. (CSCMP, [2018?]).

Então, sinteticamente, a logística reversa operacionaliza o retorno dos resíduos após o momento em que são gerados, possibilitando sua revalorização e reinserção econômica. (GUARNIERI, 2011).

Conceição (2013) aponta as diferenças básicas entre a logística direta e a reversa. Na logística direta, existe o fluxo de matérias, produtos e informações de um ponto para vários pontos de distribuição; já na logística reversa, há o fluxo de muitos pontos para um ponto de recolhimento. Outra diferença se dá na destinação da rota, pois na logística direta há uma rota definida, enquanto que a logística reversa não possui uma rota precisa. O preço também é fundamental ao se diferenciarem as logísticas direta e reversa, pois, na logística direta, o preço é relativamente uniforme no mercado; já na logística reversa,

4 Em versão livre para o português: "O processo de planejar, implementar e controlar o fluxo eficiente e econômico de matérias-primas, estoque em processo, produtos acabados e informações relacionadas, desde o ponto de consumo até o ponto de origem, com o objetivo de recuperar valor ou o descarte adequado."

isso depende de fatores como limpeza, rastreabilidade, tipo, volume e distância. Ressalto que um ponto fundamental é o preço, pois um dos principais movimentos da logística reversa é em direção à indústria da reciclagem, que tem um modelo econômico oligopsônico – ou seja, caracterizado por um número menor de compradores do que de vendedores. Portanto, quem determina preço de venda é quem compra, e não quem vende.

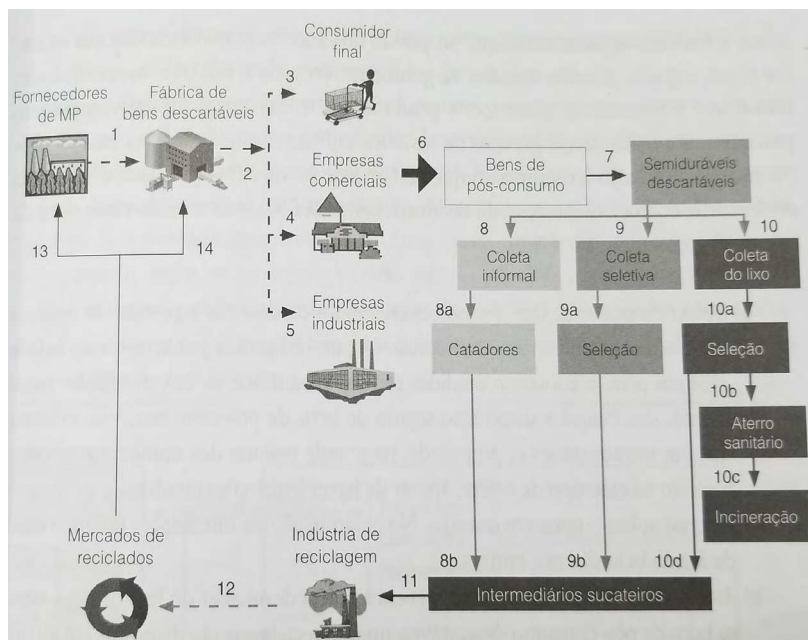
A logística reversa pode ocorrer no pós-venda ou no pós-consumo. O pós-venda pode se originar de várias formas – seja por problemas de desempenho ou de qualidade do produto, seja por garantias comerciais –, e pode ocorrer em diferentes momentos da distribuição direta. Em razão disso, os produtos retornam à cadeia de suprimentos, sendo reintegrados ao ciclo de negócios através de uma diversidade de formas de comercialização e de processamento. (LEITE, 2009).

A seu turno, a logística reversa pós-consumo é oriunda do ciclo de vida útil dos produtos – o que pode durar de semanas a muitos anos –, os quais, após esse ciclo, são descartados de diferentes maneiras (vide Figura 3), gerando o que, para os leigos, é lixo e, para ambientalistas e profissionais, é um conjunto de resíduos sólidos em geral. Após os bens atingirem seu fim de vida útil, o fluxo reverso tem início, por meio dos canais de remanufatura, reciclagem ou disposição final em aterros sanitários. (LEITE, 2009).

A logística reversa com a qual me ocupo neste trabalho é a pós-consumo, pois a logística reversa pós-venda tem sido implementada e cobrada pelo consumidor que, logo após comprar o produto, deseja devolvê-lo por insatisfação ou por defeito, evitando assim perda financeira. E, devido às leis que regem o consumo no Brasil, em especial o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990), a logística reversa pós-venda vem sendo amplamente implementada. Já a logística reversa pós-consumo encontra obstáculos para sua

operacionalização, pois, nesse caso, estamos tratando de resíduos – ou, como são chamados comumente, lixo.

Figura 1 - Fluxo reverso de distribuição de bens de pós-consumo descartáveis



Fonte: Pereira *et al.* (2012).

Destaco que, com a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por meio da Lei 12.305 de 2010, a logística reversa tornou-se um instrumento de grande importância para a gestão de resíduos sólidos. O art. 3º da referida Lei define a logística reversa no inciso XII:

[...] logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em

seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. (BRASIL, 2010).

A cadeia de logística reversa, por promover a coleta e a restituição dos resíduos ao setor empresarial, gera duas consequências: a destinação final adequada dos rejeitos (não reaproveitáveis na cadeia produtiva), ou o reaproveitamento dos resíduos no ciclo produtivo que os originou (ou em outros ciclos produtivos). Portanto, a logística reversa é “fonte alimentadora” da indústria da reciclagem.

Além disso, a PNRS propõe uma série de instrumentos para a gestão de resíduos no art. 8º, destacando a coleta seletiva, sistemas de logística reversa e outras ferramentas para a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Elas são ligadas ao incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas, ou a outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, juntamente com a educação ambiental – conforme se depreende dos incisos III, IV e VIII:

III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VIII - a educação ambiental; [...]. (BRASIL, 2010).

A gestão integrada e compartilhada dos resíduos sólidos propiciou o reconhecimento, a valorização e a responsabilização dos diferentes atores sociais envolvidos no processo. De acordo com Demajorovic e Lima (2013), além do Poder Público e dos grandes geradores, a população passou a ter papel fundamental ao realizar a separação adequada dos materiais, que garantem o funcionamento da logística reversa. Além disso, conforme Calderoni (1999), a minimização

dos resíduos através da redução do conteúdo das matérias-primas utilizadas, por meio da introdução de novos materiais e novos processos produtivos; o *redesign* – que consiste em um novo projeto que implique diferentes combinações de tipos e quantidades de matérias-primas de modo a diminuir a quantidade total necessária –; e a reutilização de produtos constituem-se, juntamente com a reciclagem, em alternativas à sobrevivência ecológica das sociedades capitalistas.

A partir da reflexão sobre a geração de resíduos sólidos e da questão ambiental por trás desse aumento de resíduos, passando pela definição da logística reversa, é possível verificar que há a inserção de catadores nesse processo. São eles que fazem a coleta informal dos bens pós-consumo. Mesmo que não participem dos setores formais – e sequer sejam descritos em muitas das explicações sobre os fluxos da logística reversa –, os catadores estão presentes e possuem papel relevante no setor. Mais especificamente, os catadores a que me refiro neste trabalho são os catadores de material reciclável. Eles pertencem a um grupo cuja ocupação é definida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como sendo o trabalho exercido por aqueles que se organizam de forma autônoma, ou em cooperativas, sem carteira assinada. A descrição da atividade é a seguinte:

Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança. (CBO, [2018?]).

A disputa pelo trabalho do catador de resíduos sólidos urbanos inicia pela própria nomenclatura: de acordo com Conceição (2005), um dos agentes mais importantes envolvidos na epistemologia ambiental é o catador, chamado de catador de lixo, rampeiro, margarida, andarilho, xepeiro, badameiro e boia-fria do lixo. Ainda, são denominados

carrinheiros ou carroceiros, em razão do carrinho que levam consigo para acondicionar os materiais que encontram em suas jornadas. Quando superam o estigma social que lhes é imposto, passam a ser designados como agentes ambientais ou trabalhadores da reciclagem.

Para Barros e Pinto (2008), historicamente, o trabalho de catação foi duplamente marginalizado, pois se encontrava às margens da economia, já que aparentemente não produzia valor; e às margens da sociedade, em razão da precariedade material em que viviam seus agentes. Com o advento da reciclagem e de sua vinculação à sustentabilidade em nível mundial, iniciou-se um processo de reconhecimento dos catadores e de suas atividades. Eles atuam no País há mais de 30 anos, mas laboram em situação de marginalização e de não reconhecimento.

Como destacado por Calderoni (1999), as perspectivas dos catadores e carrinheiros acham-se ligadas, em primeiro lugar, à situação de clandestinidade ou semiclandestinidade em que se encontram – essa atividade é uma, muitas vezes a única, alternativa à marginalidade para diversos deles. Assim, o reconhecimento (mesmo que precário e ainda que tardio) de sua atividade pode ser visto como o início do reconhecimento de uma enorme dívida social em relação aos primeiros atores sociais a realizarem a coleta seletiva no País.

Durante décadas, a coleta de materiais recicláveis permaneceu restrita, quase que exclusivamente, aos catadores de rua dos grandes centros urbanos. A enorme quantidade de resíduos originados na sociedade capitalista e consumista permitiu que um grande número de pessoas desemparadas encontrasse na atividade de catação a sua sobrevivência. No entanto, mesmo que presentes nos grandes centros urbanos e tornando-se mais presentes nos centros urbanos menores, ainda há descaso dos representantes do setor público e dos movimentos sociais em relação à sua importância como agentes

efetivos na coleta seletiva, o que contribui para manter seu labor marginalizado. (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p. 61-63).

Segundo Veronese (2018), os catadores ainda vivem condições de vida precárias nas periferias de grandes cidades e ainda são estigmatizados nos espaços por onde circulam. Sua inserção econômica é limitada, e a renda nem sempre é suficiente para garantir vida digna a suas famílias. O trabalho dos catadores é exposto a variações climáticas, a riscos de acidentes na manipulação de materiais e a intolerâncias advindas da estigmatização social.

Já nas cooperativas, surgem especializações de tarefas que aumentam o número de postos de trabalho, como separador, triador e enfardador; mas quem faz o trabalho de base, quem cata, recolhe e separa o material que pode ser reciclável – e, com isso, evita problemas ambientais – é o catador. Mesmo assim, a sociedade brasileira precisa enfrentar o problema ético-moral e social do porquê desse trabalhador tão importante para o meio urbano e para o meio ambiente não conseguir atingir plena cidadania, segurança, renda digna e reconhecimento entre os membros da sociedade; é preciso superar o estigma de se associar, simbolicamente, o catador ao lixo que ele recolhe.

Com a importância da questão ambiental, especialmente a partir dos anos de 1980, a reciclagem ganhou destaque e espaço, e os produtos reciclados adquiriram valor econômico e social. Isso levou o labor do catador, início da cadeia produtiva da reciclagem, a ser mais valorizado, fazendo com que, aos poucos, as pessoas passassem a reconhecer a contribuição dos catadores no processo. (BARROS; PINTO, 2008, p. 74-75).

Assim, esses indivíduos ou grupos trabalham para a venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. Suas atividades são exercidas a céu aberto, em horários variados. Dessa forma, o

trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação de material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Em relação a escolaridade, formação ou experiência, ainda segundo a CBO ([2018?]), o acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. Nesse contexto, as cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de capacitações a seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho e sobre meio ambiente.

Por não possuírem carteira assinada ou qualquer exigência de formalização para o exercício de suas ocupações, pela definição da CBO ([2018?]), esses trabalhadores enquadram-se na categoria de trabalho informal. Segundo Noronha (2003), a definição de formal ou informal não é bem clara, o que implica a inexistência de coesão conceitual nesse âmbito. Para ele, da análise do formal ou informal podem surgir ao menos três conceitos: o primeiro é oriundo da economia, que associa a informalidade a atividades periféricas e não rentáveis; a segunda interpretação é jurídica, perspectiva na qual não há situações de trabalho formais e informais, e sim apenas legais ou ilegais; em terceiro lugar, no Brasil, o uso coloquial dos termos formalidade e informalidade está ligado ao fato de o trabalhador possuir ou não carteira de trabalho assinada, registro de autônomo ou status de empregador. Com a informalidade, um sentimento de injustiça soma-se a essa percepção da população sobre a ausência de carteira de trabalho.

Além disso, os catadores informais e não cooperativados sofrem com a concorrência de outros catadores. Como salienta Calderoni (1999), como em qualquer regime próximo da concorrência perfeita, há uma quase acomodação do número possível de participantes no mercado. Caso existam catadores em número abaixo da acomodação ideal, novos concorrentes surgem; caso existam mais catadores, o ganho de cada um é insuficiente para a subsistência. Ainda, essa é

uma concorrência espacialmente circunscrita, pois fica condicionada ao raio de distância dos depósitos onde esses trabalhadores deixam suas coletas – locais aonde conseguem deslocar-se de modo economicamente viável, ou até onde sua saúde e disposição o permitirem. O autor salienta ainda que, em relação às perspectivas para essa atividade, há previsão de aumento nos postos de trabalho e (caso consigam se organizar em cooperativas ou empresas) de crescimento na remuneração. Em relação à clandestinidade ou semiclandestinidade, Calderoni (1999) defende que isso tende a ser superado com o crescimento do mercado e da consciência social, que são consequências do maior grau de organização de uma parcela cada vez mais ampla dos membros dessa coletividade.

Relacionando a ocupação dos catadores de materiais recicláveis ao trabalho realizado na informalidade e com baixa estima social – que, segundo a descrição anterior, é visto como um trabalho que tende à percepção popular de injustiça –, é possível associar essa atividade ao labor. A partir de tal lógica, a atividade dos catadores não constituiria uma profissão, mas sim um labor. Aqui, utilizo a obra *A condição humana*, de Hannah Arendt, para definir a noção de labor, buscando aproximá-la do campo empírico desta investigação.

Arendt (2010), a partir da expressão *vita activa*, designa três atividades humanas que são fundamentais, pois cada uma corresponde a uma das condições básicas sob as quais a vida humana mantém-se. As atividades humanas fundamentais são: trabalho, obra e ação. O trabalho é a atividade correspondente ao processo biológico do corpo humano, cujas necessidades vitais são produzidas e fornecidas. A condição humana do trabalho é a própria vida. Já a obra corresponde à não naturalidade da existência humana, proporcionando um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de ambientes naturais, destinando-se a sobreviver e a transcender à existência da vida. A condição humana da obra é a humanidade. A seu turno, a ação

é a única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem mediação das coisas ou da matéria, e corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens (e não o Homem) vivem na Terra e habitam o mundo. Nesse sentido, a pluralidade é a condição da vida política.

Segundo Magalhães ([1985]2006), Hannah Arendt, ao fazer uma distinção entre três atividades humanas fundamentais – trabalho, obra e ação –, que correspondem a três condições humanas – respectivamente, vida, pertencer-ao-mundo e pluralidade –, propõe uma separação entre duas esferas da vida humana: o trabalho e a obra correspondem à esfera privada, enquanto a ação corresponde à esfera pública. Todo o esforço de Arendt consiste em explicitar essa distinção (que correspondia, na Antiguidade, à distinção entre trabalho não produtivo do escravo e atividade produtiva do artesão) e as implicações que decorrem de seu não reconhecimento na era moderna. (MAGALHÃES, [1985] 2006, p. 4).

Além disso, Arendt (2010) aproxima o trabalho ao labor (*labor*, *Arbeit*), enquanto a obra está relacionada ao que é chamado de *work* ou *Werk* – ou, ainda, *das Herstellen*. Segundo a tradução de sua obra, o labor difere-se do trabalho, da mesma forma que o trabalho não produtivo se distingue da atividade produtiva. Na antiguidade, nas cidades-estados gregas, todas as ocupações não políticas, que demandavam tempo e energia dos cidadãos, eram vistas com desprezo. No geral, as atividades que serviam apenas para sustentar a vida possuíam tal conotação pelo menos até o século XVIII. Assim, nenhuma obra era vista como sórdida quando significasse maior independência; por outro lado, a mesma atividade poderia ser vista como sinal de servilismo se o que estivesse em jogo não fosse a independência pessoal, mas a sujeição à necessidade (ARENDT, 2010).

No mundo contemporâneo, no qual há a glorificação do trabalho, ainda podemos fazer a distinção entre labor e trabalho,

considerando que o labor é relacionado a toda atividade estritamente necessária à subsistência das necessidades pessoais individuais. Portanto, nesse ponto, é possível fazer a ligação entre o labor e a atividade de catadores de materiais recicláveis, especialmente os não cooperativados, que não possuem nenhuma formalização de sua atividade. Eles sequer têm vínculo com uma cooperativa, o que lhes permitiria um mínimo de formalização da atividade e de presença frente ao sistema da logística reversa. Assim, esse indivíduo que trabalha como catador exerce um labor, e não um trabalho (trabalho visto como uma obra, algo que transcende a necessidade de manter-se vivo e deixa uma marca no mundo ou algo para a posteridade, que se reflita em algo maior que sua própria existência material). Inclusive, uma das questões investigadas concerne à visão que os catadores possuem sobre sua atividade, pois muitos relataram, nos primeiros contatos, que já haviam trabalhado antes, como se trabalho fosse uma atividade formal, legalizada. Isso dá a entender que a atividade de catação não seria um trabalho, pois se trataria de algo temporário ou necessário naquele momento para sua subsistência, enquanto não estão empregados, trabalhando formalmente.

Como salientado por Conceição (2005), antes de se tornarem andarilhos, a maior parte dos catadores trabalhava no emprego formal e, hoje, vive nas ruas das grandes metrópoles brasileiras. A perda do emprego formalizado, única fonte de obtenção de renda, acabou por levar esses indivíduos à economia informal. Conceição ainda afirma que esse ator, sem espírito ambientalista algum, está na verdade apenas lutando por sua própria sobrevivência, na qual sua matéria-prima é abundante e gratuita. Ainda segundo o autor (2005), citando Maria de Fátima Abreu,

Os catadores, embora pobres e semi-analfabetos não são destituídos de conhecimento e de sabedoria e tomam decisões baseadas numa compreensão e avaliação precisas de suas necessidades. Deve-se ter respeito à capacidade dos próprios

catadores para gerar trabalho e renda e novas condições de vida a partir da experiência construída por eles mesmos, trançando com eles as saídas para a sua situação de exclusão social (ABREU, 2001 *apud* CONCEIÇÃO, 2005, p. 55).

Os catadores de materiais recicláveis, ao se inserirem na logística reversa por meio de seu labor, atuando na seleção e na movimentação dos resíduos sólidos através dos fluxos reversos, podem ser vistos e analisados como atores em um campo. Para abordar esse aspecto, valho-me especialmente das teorias de Pierre Bourdieu (2015) e Alain Touraine (2009).

A sociologia de Bourdieu ajuda a fundamentar esta análise, pois não admite uma sociologia sem sujeito, na qual os agentes históricos são meramente reduzidos a suportes da estrutura e percebidos como “autômatos” com vida própria, apelando-se a um modelo estruturalista de determinação mecânica. Ao contrário, para esse autor, existe um sistema de sanções e prêmios, inscritos objetivamente, que permite a estruturação, em grande medida, da experiência prática, de modo que é imperativo perceber as estratégias dos atores em relação a essas determinações. (SOUZA, 2018).

Souza (2018) utiliza do termo “estratégia” para explicar a sociologia de Bourdieu e como os atores sociais agem dentro do campo, onde existem objetivamente sanções e prêmios. No entanto, para esta pesquisa, em relação aos catadores como atores sociais inseridos em um campo, utilizarei o termo “tática” para descrever suas ações. A opção por utilizar essa denominação é baseada em Certeau (1994, p. 99), para quem a estratégia deriva de algo próprio, e é uma base de onde é possível gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. A estratégia é o “cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”. Certeau (1994, p. 100)

define a tática, a seu turno, como sendo uma ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio, pois as delimitações de fora não fornecem a condição da autonomia. A tática é “a arte do fraco”, pois o ator deve condicionar-se ao lugar do outro, com “o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”. Além disso, a tática é posta em prática pelas ocasiões e delas depende, e “opera golpe por golpe, lance por lance (...) o que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante”. Essa diferenciação pontual entre estratégia e tática teorizadas por Certeau é fundamental para descrever o planejamento ou a impossibilidade deste na atuação diária do labor dos catadores de resíduos sólidos, pois estes operam em um lugar que não é seu. Apesar de constituírem o campo social com regras próprias, são sujeitados por regramentos maiores e por forças estranhas a esse campo, agindo e criando alternativas no instante, e ao mesmo tempo em que possuem mobilidade, estão fadados a não conservação duradoura do que é ganho.

Para Bourdieu, o núcleo da chave analítica não concerne ao ator individual, e sim às relações entre os atores ou as relações entre posições no interior de um sistema ou “campo”. Segundo o autor (1993 *apud* JOAS; KNÖBL, 2017), os campos

São espaços de posições (ou postos) estruturados cujas propriedades dependem de suas posições no interior desses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (que são em parte determinadas por elas). Existem regras gerais dos campos: campos tão diferentes quanto o campo da política, o campo da filosofia ou o campo da religião têm leis invariáveis de funcionamento [...]. Sempre que se estuda um novo campo, seja ele o campo da filologia no século XIX, moda contemporânea ou a religião na Idade Média, se descobre propriedades específicas que são peculiares daquele campo, ao mesmo tempo em que se avança no conhecimento sobre o mecanismo universal dos campos. (BOURDIEU, 1993 *apud* JOAS; KNÖBL, 2017, p. 409).

Então, para Bourdieu (2004), a noção de campo designa um espaço relativamente autônomo, um microcosmo dotado de leis próprias, que diferem das leis sociais do macrocosmo.

Em razão disso, Joas e Knöbl (2017) destacam que não é útil que se analise o comportamento de atores individuais de forma isolada, como fazem muitos teóricos da ação, sem desenvolver maiores reflexões – a não ser que também se determine a posição de um ator no interior de tal “campo”, de modo que a ação se torne significativa em primeiro lugar. Por isso, a análise dos catadores como atores em seu campo permite depreender as próprias leis sociais estabelecidas especificamente nesse contexto, que podem diferir das leis sociais do macrocosmo. Com isso, também é possível verificar o quanto esse campo possui autonomia.

A autonomia de um campo, segundo Bourdieu (2004),

[...] é sua capacidade de refratar, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas. [...] Dizemos que quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução. Inversamente, a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente. Isso significa que a “politização” de uma disciplina não é indício de uma grande autonomia, e uma das maiores dificuldades encontradas pelas ciências sociais para chegarem à autonomia é o fato de que pessoas pouco competentes, do ponto de vista de normas específicas, possam sempre intervir em nome de princípios heterônomos sem serem imediatamente qualificadas. (BOURDIEU, 2004, p. 22).

Considerando tais aspectos, a análise realizada nesta obra não levou em conta cada catador de resíduos sólidos da cidade de Feliz-RS de modo isolado, pois considerou cada um deles como um ator em

um “campo” específico, tendo em vista os modos como suas posições nesse campo são afetadas e afetam suas ações.

Seguindo nessa lógica, utilizo o termo atores ou agentes, que, para Bourdieu, concerne a pessoas eminentemente ativas e atuantes. Consoante o autor, as pessoas são atores em um campo pelo qual são profundamente moldadas, pois o significado e o valor social de eventos biográficos não são constituídos na base do sujeito, mas nas bases dos posicionamentos e deslocamentos dos atores no interior de um espaço social, dando aos eventos biográficos, em primeiro lugar, o significado que eles assumem para o ator. (JOAS; KNÖBL, 2017). Com isso, Bourdieu (2004) assinala que é importante a compreensão dos princípios do campo. Para ele, a estrutura das relações objetivas entre os agentes determina o que eles podem e não podem fazer. Ainda segundo o autor,

[...] mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. Isso significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo (um economista, um escritor, um artista, etc.) se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa neste campo, se sabemos “de onde ele fala”, como se dizia de modo um tanto vago por volta de 1968 – o que supõe que pudemos e soubemos fazer, previamente, o trabalho necessário para construir as relações objetivas que são constitutivas da estrutura do campo em questão – em vez de nos contentarmos em nos reportar ao lugar que supostamente ele ocupa no espaço social global, o que a tradição marxista chama de sua condição de classe. (BOURDIEU, 2004, p. 23-24).

Considerando tais aspectos, nesta pesquisa, busco vislumbrar os catadores e catadoras como atores sociais que buscam exercer seus direitos fundamentais à vida e ao trabalho. Por isso, saliento a importância de escutar essas pessoas para poder compreender as diversas atividades que exercem, o modo como transformam a rua em seu local de trabalho e como vislumbram e transformam o que é

lixo, na ótica das demais pessoas, num meio de sobrevivência. Essa contribuição prática do cotidiano, marcada pela experiência e pela sobrevivência nos espaços urbanos, constitui-se num movimento de ir e vir em busca dos materiais recicláveis que garantem sua subsistência. Com isso, como salientado por Souza (2011), os catadores tornam-se sujeitos do tempo presente; e sua voz, através de suas narrativas, transforma-se num território de reconstituição das várias trajetórias de luta pela sobrevivência e existência.

Em suas relações dentro desse campo específico, os catadores produzem suas próprias regras sociais, que nem sempre correspondem às regras do macrocampo social. Dessas suas interações, relações e posições dentro do campo, constituem-se saberes e uma educação não escolarizada. Por conseguinte, em busca da compreensão acerca da posição dessa educação não escolarizada, oriunda das práticas dos catadores dentro das possíveis definições de Educação, valho-me das definições de educação formal, não formal e social, que conjuntamente compõem o que é denominado como formação integral do indivíduo.

A formação integral é composta por educação formal, educação não formal e educação social, em uma complexa articulação entre saberes e práticas educativas, desenvolvendo nos indivíduos aptidões e competências sociais, emocionais e políticas em diversos espaços de aprendizagem. (FUHRMANN; PAULO, 2014). Além de se considerarem as dificuldades de definir a educação formal e a não formal, é necessário levar em conta que o termo educação informal também é utilizado. Desse modo, as definições não são consensuais nem estanques, e muitas vezes há sobreposições dos modos educativos, pois as dimensões se interpenetram, e os seus limites dependem dos contextos e situações em que ocorrem. Então, há aqueles que preconizam a separação bipartite entre educação formal e informal. No entanto, considerando as definições presentes em Marques e Freitas (2017), defendendo uma repartição tripartite

(educação formal, educação não formal e educação informal). Nesse sentido, observo que o termo educação informal, nesta pesquisa, concerne a saberes e competências que emergem da atuação dos catadores em seu campo laboral.

Conforme Libâneo (2010), o termo “informal” é o mais adequado para a modalidade educativa resultante do “clima” em que os indivíduos vivem, pois envolve tudo o que pertence ao ambiente e às relações socioculturais e políticas e que impregna a vida individual e grupal, acabando por afetar e influenciar a educação das pessoas de modo necessário e inevitável. Porém, tal processo não se dá deliberadamente, metodicamente, pois não há objetivos conscientemente preestabelecidos.

Ainda de acordo com Libâneo (2010), a ênfase dada por muitos educadores a essa modalidade de educação tem contribuído para a compreensão da totalidade dos processos educativos, para além de uma dualidade docente-discente. Segundo ele,

O contexto da vida social, política, econômica e cultural, os espaços de convivência social na família, nas escolas, nas fábricas, na rua e na variedade de organizações e instituições sociais, formam um ambiente que produz efeitos educativos, embora não se constituam mediante atos conscientemente intencionais, não se realizem em instâncias claramente institucionalizadas, nem sejam dirigidas por sujeitos determináveis. Refletem-se, por exemplo, em conhecimentos, experiências, modos de pensar; na determinação de oportunidades de trabalho ou nas opções sobre modalidades de qualificação profissional; na conformação a modelos de normalidade social, regras de convivência; princípios norteadores da conduta; na adoção de ideias políticas, tudo repercutindo no desenvolvimento da personalidade. Os estudos sobre educação e prática social, educação e trabalho, currículo e sociedade, educação e reprodução social, currículo explícito e currículo oculto são mostras do impacto dos elementos informais da educação nos processos educativos individuais. (LIBÂNEO, 2010, p. 91).

Também justifico essa escolha pelo fato de que, segundo o levantamento de Marques e Freitas (2017), a educação informal caracteriza-se pela ausência de um estatuto educativo, enquanto que, na educação formal e na não formal, há a presença de um estatuto. Ademais, na educação formal, há uma série de objetivos traçados; já na não formal, os objetivos são traçados muitas vezes em relação à educação formal. A seu turno, na educação informal, a aprendizagem não é estruturada, e seus resultados acontecem nos processos de socialização. Por fim, na educação formal e na não formal, há uma intencionalidade no aprendizado (ao menos, uma maior intencionalidade), e há o endereçamento a certos grupos populacionais; enquanto que a educação informal, além de ser não intencional ou incidental, é tradicionalmente de interesse de grupos oprimidos. Além disso, “[...] a educação informal, [é] centrada no aluno ou no aprendiz. É ele quem conduz e faz o seu percurso. Na maioria dos casos, não há professor envolvido.” (MARQUES; FREITAS, 2017).

Portanto, no intento de me apropriar de um conceito de educação informal para esta pesquisa, parto do pressuposto de que ela consiste no seguinte processo:

[...] learning resulting from daily life activities related to work, family or leisure. It is not structured (in terms of learning objectives, learning time or learning support) and typically does not lead to certification. Informal learning may be intentional but in most cases it is non-intentional (or “incidental”/ random). (COLLEY; HODKINSON; MALCOLM, 2002)⁵.

Desse modo, a dimensão da educação que abordo nesta pesquisa é a educação informal, baseada nas atividades da vida diária relacionadas ao trabalho dos catadores.

5 Em versão livre para o português: “aprendizagem decorrente de atividades de vida diária relacionadas ao trabalho, família ou lazer. Ela não está estruturada (em termos de objetivos de aprendizado, tempo de aprendizado ou suporte à aprendizagem) e normalmente não leva à certificação. A aprendizagem informal pode ser intencional, mas na maioria dos casos é não intencional (ou “acidental”/aleatória).”

Quanto à metodologia, esta pesquisa adotou a abordagem qualitativa, contexto em que o pesquisador, segundo Gray (2012, p. 135), visa a “obter um panorama profundo, intenso e ‘holístico’ do contexto em estudo, muitas vezes envolvendo a interação dentro das vidas cotidianas de pessoas, grupos, comunidades e organizações”. Assim, dentre as principais características da pesquisa qualitativa, destaca-se o fato de que o pesquisador produz dados no campo e no local em que os participantes vivenciam a questão ou o problema estudado, delimitando e organizando pessoalmente as informações por meio de observações de comportamentos e/ou entrevistas, ou seja, com a utilização de múltiplas fontes. (CRESWELL, 2010).

Nessa concepção, o plano inicial para a pesquisa não pode ser rigidamente prescrito, de modo que todas as fases do processo podem mudar ou se deslocar depois que o pesquisador, de fato, ingressar no seu campo empírico e iniciar a produção de dados. Assim, os indivíduos podem mudar, os locais podem ser modificados, bem como as perguntas e questionamentos podem modificar-se; mas a ideia fundamental de aprender sobre a problemática com os participantes e obter informações perdurará por toda a pesquisa. (CRESWELL, 2010). A partir dessa ótica, os procedimentos que adotei para a produção dos dados foram observações e entrevistas com os catadores da cidade de Feliz-RS. Também elaborei um diário de pesquisa, no qual registrei algumas informações e percepções que considerei relevantes ao trabalho.

A observação é um dos principais métodos de produção de dados que permitem descrever contextos, pessoas, eventos e sentidos atribuídos pelos participantes. (GRAY, 2012). Mais especificamente, adotei o modelo de observação aberta, na qual os catadores possuíam pleno conhecimento de minha presença e de que estavam sendo observados, com vistas à obtenção de dados à pesquisa. Também adotei uma observação que chamo de “interativa”, pois acompanhei

as rotinas e itinerários dos catadores de resíduos sólidos pela cidade de Feliz-RS para, com isso, atribuir significados e interpretações a suas práticas. Essas interpretações não podem ser separadas de seus contextos e entendimentos, nem de suas origens e de sua história; por isso, entendo que tal metodologia de produção permitiu a construção de dados pertinentes que foram analisados ao longo deste livro.

Ainda quanto à observação, o que busquei foi conhecer o itinerário dos catadores e suas relações com o meio em que estão inseridos. Com isso, vislumbrei como identificam os resíduos e os separam daquilo que é considerado “lixo”; como fazem a seleção dos materiais que possuem valor; onde os buscam (se há uma rotina que seguem); e quais são as dificuldades encontradas nesse processo. Suas relações com o meio também foram essenciais para a observação de: como ocorre o relacionamento com o comércio que descarta, em maior quantidade, papelão e plástico, que são do interesse dos catadores; como é a relação com o poder público ou a falta dela; como é a relação dos catadores com o trânsito da cidade; e como é sua relação com a imprevisibilidade do clima. Além disso, a observação me permitiu analisar se há interação entre os catadores durante suas rotinas laborais (seja em relações de competitividade ou de colaboração) e como se dá a comunicação com possíveis intermediários, que recebem esse material reciclável e dão destinação à indústria, visto que, dificilmente, os catadores levam diretamente o que recolhem à indústria da reciclagem.

O diário de pesquisa, com notas sobre esse cotidiano, foi adotado como ferramenta nessas rotinas e labores, o que permitiu identificar e analisar os saberes constituídos por esses catadores, com base nas minhas percepções de pesquisador – que interpreta e entende o que ouve e enxerga.

Além da observação, entrevistei os catadores participantes e assim compreendi sua história de vida, suas narrativas de vida, como

se decidiram pelo labor como catadores (ou de que forma descobriram essa atividade) e como veem e se relacionam com a catação na cidade de Feliz-RS – bem como com o Poder Público e com a população em geral. Para esse processo de entrevista, busquei fundamento na perspectiva de Kaufmann (2013), que propõe que a entrevista compreensiva não é apenas uma técnica, mas um método de trabalho diferenciado, visando à produção teórica a partir dos dados. Assim, ele propõe que, na relação dialógica com o entrevistado e na interação global do pesquisador com o universo nativo, há melhores chances de obtenção de respostas não superficiais dos pesquisados.

A entrevista, para Kaufmann (2013), inicia pela empatia e pelo envolvimento mútuo das duas pessoas; mas há um terceiro polo fundamental, que é o próprio objeto da pesquisa. A pessoa entrevistada possui apenas pedaços desse objeto, relacionados à sua vida, matéria-prima da entrevista; enquanto que, para o pesquisador, essa matéria-prima insere-se em um quadro mais amplo, que é a problemática da pesquisa.

Considerando que entrevistei catadores e ouvi suas histórias de vida, considerei o que Kaufmann chama de “fábulas de vida”:

As pessoas interrogadas nem sempre dizem a verdade [...]. O deslocamento em relação à verdade dos fatos está em outro lugar, não na mentira. Por vezes, as pessoas nos contam histórias distantes da realidade, não porque estejam mentindo para o investigador, mas porque elas inventam essas histórias às quais creem sinceramente e a contam a outras pessoas que não o investigador, histórias que dão sentido à sua própria vida. [...] Mas o pesquisador não deve se deixar enganar; ele deve desconfiar das histórias que são contadas, sobretudo das mais bonitas, construídas como verdadeiros contos de fadas [...]. O pesquisador deve ouvir atentamente as falas que lhe são contadas, pois é através delas que encontrará os indícios. Mas sem se deixar levar por elas, nem acreditar nelas ingenuamente. (KAUFMANN, 2013, p. 108; 110).

Contudo, apesar da possibilidade de surgirem as “fábulas de vida”, como denomina Kaufmann, a entrevista com a história de vida foi uma ferramenta valiosa para esta pesquisa, pois, como salientado por Brandão (2007), visa a dar conta das influências socioculturais naquilo que o indivíduo é e faz. Dessa forma, é provável que existam alguns distanciamentos da realidade – e é preciso aceitá-los, pois uma história de vida

[...] é sempre individual e única – a história de um indivíduo particular contada a partir da sua perspectiva e à luz da sua experiência. Ela está, portanto, sempre imbuída da subjetividade própria do narrador, que não procede, nessa qualidade, ao mesmo tipo de operações que o investigador leva a cabo para construir e/ ou aferir a validade de uma teoria. (BRANDÃO, 2007, p. 1-2).

Assim, na entrevista, conheci cada indivíduo entrevistado, descobrindo: sua idade; se é natural da cidade de Feliz-RS ou região; se não é, como chegou ao local e com que perspectivas; como percebeu a necessidade de trabalhar como catador de resíduos sólidos; como vê sua atuação e como acha que ela é percebida na cidade, pelas instituições e pelas pessoas; se há compreensão de que faz parte de uma cadeia maior, de logística reversa, atuando no mercado da reciclagem; se o labor garante seu sustento, ou apenas sua subsistência; como é a relação com os demais catadores; e quais experiências e aprendizados relacionados ao seu labor como catador gostaria de compartilhar.

Visto que a pesquisa necessitou do envolvimento de pessoas, bem como de suas individualidades e narrativas de vida, é oportuno esclarecer o tratamento ético dado ao processo. Nesse sentido, os catadores foram informados claramente da investigação, de seus objetivos e do tratamento aos dados produzidos. Também foram consultados sobre a possibilidade de eu percorrer juntamente com eles seus itinerários e realizar as observações, bem como sobre a entrevista

realizada. Além disso, foi mantido o anonimato dos entrevistados, e eles foram devidamente informados sobre esse anonimato – garanti que não seriam revelados nomes reais, nem seriam publicadas fotografias que permitissem identificá-los individualmente, mas apenas que demonstrassem o labor que executam em um contexto social, o que eles autorizaram através de termo de consentimento livre e esclarecido.

Por esse motivo, perguntei a cada entrevistado/a como ele/ela prefere se nomear para a pesquisa, de modo a atribuir um nome fictício de sua preferência para o tratamento dos dados produzidos. Como eles/elas preferiram não se manifestar sobre como gostariam de ser nomeados, optei pelo tratamento genérico de Catador/a para garantir a identidade de gênero e dar a devida atenção à presença de mulheres no campo. A esse tratamento genérico, foi acrescentado um numeral para identificar e relacionar suas falas. Com isso, as características pessoais e individuais permaneceram anônimas, mas suas falas e personalidades podem ser distinguidas apenas para fins de pesquisa e para cumprimento dos objetivos aqui estabelecidos.

3

**OBSERVANDO OS CATADORES
E CATADORAS:
REFLEXÕES SOBRE AS TRAJETÓRIAS
DE VIDA E AS VIVÊNCIAS DO LABOR**

Retomo, neste capítulo, as apresentações das/os protagonistas da pesquisa, pois somente por meio deles/as pude formular as reflexões acerca de seus itinerários e vivências laborais. Como salientado anteriormente, o campo empírico composto pelos catadores é oscilante, pois eles ingressam ou saem desse cenário conforme suas disponibilidades e oportunidades no mundo formal do trabalho. É possível perceber essa oscilação quando se compara esta contextualização e apresentação dos indivíduos participantes àquela inicialmente apresentada no projeto de tese.

Contudo, apesar das oscilações, o número de indivíduos que ocupa esse campo da coleta de resíduos sólidos permaneceu mais ou menos o mesmo. Baseando-me novamente em Calderoni (1999), percebo como o campo composto pelos catadores tende a tornar-se mais ou menos estável. Como salientado por ele, um número de atores menor do que o comportado implica o ingresso de novos indivíduos. Já um número maior satura o espaço e não permite a subsistência, levando a saídas desse espaço laboral⁶.

Como disse o Catador 3, *“Uma pessoa, eu tava falando ontem, que tem doze reciclador aí, tinha quatro, agora tem doze”*. Posteriormente às entrevistas e já durante a redação do texto final da tese que deu origem a esse livro, o encontrei-o na rua, com seu jaleco para a coleta de materiais. Nesse dia, ele me informou que seus filhos, os Catadores 1 e 2, estavam empregados em uma empresa que produz ferramentas e em uma olaria, mas que as suas noras estavam *“vendo para irem pra reciclagem”*.

6 Esta análise de Calderoni (1999) é perceptível no campo que pesquisei. Após a conclusão da Tese e a defesa do Doutorado, segui em contato e observação mais distante dos catadores e do campo constituído por eles na cidade de Feliz-RS. Com isso, percebi que alguns conseguiram algum trabalho formal ou em outra área, como construção civil, deixando o campo do recolhimento de resíduos. Enquanto esses saíram do campo, outros vieram e passaram a laborar pelo centro da cidade recolhendo resíduos e verificando as lixeiras e contêineres em busca de materiais que tenham valor na indústria da reciclagem. Como o livro é oriundo da tese de doutoramento, permaneço narrando e analisando tal qual à época da pesquisa, e apenas faço esta observação de modo a situar que é um campo altamente mutável no tempo pelo constante ingresso e saída de indivíduos.

Então, ao que parece, a saturação desse campo de recolhimento de resíduos corresponde a um número próximo ao atual – cerca de 12 catadores. Quando alguns saem, especialmente quando conseguem emprego formal, outros ocupam esses espaços deixados, conformando o campo com o número de atores comportado. Quanto aos indivíduos encontrados ao longo da pesquisa e mencionados no projeto de tese que deu origem a esse livro, ocorreram algumas situações que demonstram a oscilação de indivíduos que entram e saem do campo. Reitero que me refiro aos catadores como Catador/a mais um numeral, de modo a preservar suas identidades e respeitar o tratamento ético com o qual me comprometi nesta pesquisa. Desse grupo de 12 catadores, 4 são mulheres e 8 são homens.

Quando iniciei a pesquisa, procurando os catadores pela cidade para entrevistá-los e acompanhar suas vivências, experiências e saberes construídos nesse labor, soube que o Catador 1, que trabalhava como catador e depois trabalhou como lixeiro – vinculado à empresa que presta o serviço de limpeza urbana –, o qual permanecia eventualmente recolhendo materiais recicláveis para complementar a renda, havia deixado o emprego e a atividade de catador na cidade de Feliz-RS e se mudado com parte de sua família para Porto Alegre. Ao longo da pesquisa, encontrei-o novamente recolhendo materiais dos contêineres dispostos pela cidade, e assim tivemos uma primeira conversa “formal” para a construção da pesquisa. Posteriormente, soube por meio de seu pai, o Catador 3, que ele havia conseguido emprego em uma fábrica de ferramentas da cidade e não estava mais recolhendo resíduos. Ou seja, durante o período de construção do projeto para a qualificação, a pesquisa e a redação da tese que originou este livro, ele saiu, retornou ao campo e saiu novamente, demonstrando a dinâmica do campo em que se inserem.

Após a entrevista, ainda durante o período de redação da tese, encontrei o Catador 6, casado com a Catadora 7; o casal me disse que

ela havia encontrado um trabalho formal em uma empresa da região e que não está mais “*trabalhando com reciclagem*”. Já o senhor de origem nordestina mencionado ainda quando do projeto de tese, que recolhia latinhas pela cidade e vivia nos fundos da Igreja Luterana, não foi mais encontrado. Quando perguntei sobre ele aos demais catadores, o Catador 4 informou que soube notícias de que ele voltou para o Nordeste do país, pois sua família, que lá vive, providenciou seu retorno. O catador também me relatou que esse senhor reclamava muito do calor da cidade de Feliz-RS – aspecto que evidencia o desconforto e as intempéries aos quais esses indivíduos estão sujeitos.

Outra catadora que inicialmente foi encontrada quando do mapeamento do campo empírico foi procurada, mas seu esposo informou que o casal não mais trabalhava ou vivia desse labor; que eles apenas “mexiam” no lixo, como todos fazem na cidade; e que isso é um “hábito” de procurar coisas que lhes sirvam, mas que não é dali que retiram seu sustento. Diante disso, respeitei sua posição e não os incluí na pesquisa⁷.

Ao procurá-los, conheci a Catadora 9, que trabalhou por muitos anos com recolhimento e reciclagem de resíduos sólidos. Ela foi incluída na pesquisa e entrevistada especialmente pelo fato de ter trabalhado por cerca de 20 anos nesse labor, conhecendo o campo desde a sua constituição em Feliz-RS. Hoje ela está trabalhando formalmente em uma empresa da cidade, responsável pela fabricação de plásticos a partir de resíduos sólidos que são recolhidos por catadores ou cooperativas e adquiridos como matéria-prima. Mesmo assim, aceitou conversar e participar da entrevista, apresentando muitos esclarecimentos e dados para a investigação.

7 Dentro da dinâmica do campo, esta é uma das que mais tenho encontrado recolhendo latas de alumínio no centro da cidade no período posterior à defesa do doutorado. No período da pesquisa, os encontros com ela recolhendo eram mais esporádicos.

Portanto, essa é uma breve explicação de como o campo no qual laboram os catadores oscila, com seus ingressos, partidas e reingressos, constituindo um permanente ir e vir de indivíduos, mas que mantém seu número total relativamente estável – o que demonstra que esse campo é, de fato, uma (às vezes a única) oportunidade para aqueles que não conseguem sua colocação no mundo formal do trabalho. Esclarecidos esses pontos iniciais, passo a apresentar os indivíduos que compõem o campo social pesquisado.

O Catador 1 tem 22 anos, é casado e tem três filhos. Estudou até a 6ª série do ensino fundamental. É de etnia negra, natural de Porto Alegre e vive na cidade de Feliz-RS há cerca de dois anos. Após o trabalho como catador, passou a trabalhar como lixeiro, no caminhão de lixo da empresa que faz a limpeza urbana, quando então se mudou para Porto Alegre. Depois, retornou a Feliz-RS e voltou ao trabalho de catador. Recolhe os resíduos com um carrinho de mão. Paga aluguel da casa onde mora com esposa e filhos. Soube, após as entrevistas e observações, através de seu pai, o Catador 3, que o Catador 1 havia sido admitido como empregado em uma empresa que fabrica ferramentas e que ele não trabalharia mais com recolhimento de resíduos. Contudo, sua esposa tinha a intenção de assumir o espaço dele na coleta.

O Catador 2 tem 25 anos, é casado e tem três filhos. Estudou até a 8ª série do ensino fundamental, mas me relatou, no momento em que apresentei o Termo de Consentimento, que não sabia ler ou escrever corretamente, pois “trocava muito as letras”. Tive de ler o Termo de Consentimento para que ele compreendesse o propósito da pesquisa e pudesse expressar se concordava em participar dela. É irmão do Catador 1 e mora perto dele, mas ambos trabalham de maneira independente. O Catador 2 vive há cerca de dois anos na cidade de Feliz-RS, quando veio de Porto Alegre. É de etnia negra e já trabalhou em postos de gasolina e olarias; mas, na falta de oportunidades no trabalho formal, labora recolhendo resíduos sólidos. Paga aluguel da

casa onde mora com a esposa e os filhos. Recolhe os resíduos com um carrinho de mão. Soube, após as entrevistas e observações, por intermédio de seu pai, o Catador 3, que ele havia sido admitido como empregado em uma olaria e que não trabalharia mais com recolhimento de resíduos; mas que sua esposa também tinha a intenção de assumir o espaço dele na coleta.

O Catador 3 tem 54 anos, é separado e vive sozinho. É pai dos Catadores 1 e 2. Está na cidade de Feliz-RS há mais ou menos 2 anos, quando veio trabalhar como servente e pedreiro para um sobrinho e decidiu ficar na cidade. Na falta de outros trabalhos, como já havia trabalhado e conhece o labor de catador, passou a recolher resíduos sólidos na cidade. É de etnia negra e analfabeto. Tem uma Volkswagen Kombi antiga e malconservada, que usa para ir de onde mora até os limites urbanos da cidade, onde deixa a Kombi e usa o carrinho de mão para recolher os resíduos. Não possui habilitação para dirigir a Kombi, por isso está sempre atento e não circula com ela pela cidade. Paga aluguel da casa, onde reside sozinho. Ao coletar os resíduos, utiliza um jaleco por cima da roupa.

O Catador 4 e a Catadora 5 são casados e têm respectivamente 74 e 67 anos de idade. São naturais da região de Feliz-RS. Mais especificamente, viviam em Bom Princípio (que fica a mais ou menos 10 km de distância de Feliz-RS) e, por questões familiares, que foram brevemente comentadas por eles, mudaram de cidade. Os dois são aposentados com um salário mínimo nacional. Para conseguir dignidade e uma vida um pouco melhor, começaram a trabalhar com recolhimento de resíduos sólidos por indicação do filho, que sabia que alguns vizinhos haviam parado de fazer o recolhimento e estavam vendendo o carrinho. Possuem ascendência germânica e falam o dialeto da região.

O Catador 6 e a Catadora 7 são casados e têm respectivamente 44 e 34 anos de idade. Ele é natural de Santa Catarina e vive há

dezesseis anos em Feliz-RS; e ela é natural desta. Possuem cinco filhos, com os quais vivem em uma casa em situada numa área de “invasão”. Já trabalharam em empresas antes de se tornarem catadores, e a falta de oportunidades no mundo formal do trabalho levou-os ao labor de catadores e à reciclagem. Depois da entrevista, a Catadora 7 me relatou que foi admitida numa empresa na cidade de Vale Real, que dista cerca de 7 km da cidade de Feliz – de sua casa a distância é menor, pois eles vivem praticamente no limite entre as cidades. Possuem um carro particular e uma Volkswagen Kombi, que passaria a ser usada para recolher os resíduos. Até o momento da entrevista, ela recolhia com um carrinho de mão; e ele, de carroça com cavalo. Ambos possuem o ensino fundamental incompleto.

O Catador 8 está com 28 anos de idade, tem ensino médio completo e é natural de Feliz-RS. Caminha pela cidade recolhendo resíduos, que reúne em sacos que carrega nas costas. Trabalhava em uma empresa da região e, por questões familiares com o pai adotivo e a irmã, saiu de casa, quando foi para o Chuí. Andou pelo Uruguai, mas não me relatou mais detalhes sobre o período. No Chuí, no âmbito do comércio, iniciou o recolhimento de papelão e latas, por indicação de um morador local. Quando retornou para Feliz-RS, seguiu com esse labor. Vive em um terreno próximo ao Rio Caí, no qual construiu sua barraca.

A Catadora 9 tem 49 anos de idade e trabalhou recolhendo resíduos por quase 20 anos. Há mais ou menos 2 anos, não recolhe mais resíduos, pois, quando passou a viver com o atual companheiro, decidiram que, como ela já havia criado os filhos, não havia mais necessidade desse labor. Atualmente, ela está em contrato de experiência em uma empresa de plásticos cuja matéria prima é reciclada na cidade de Feliz-RS. Contou-me, com alegria, que foi muito bem no “teste” feito na empresa de separação de materiais, pois sua experiência com coleta de resíduos lhe foi útil. Ainda mantém, nos fundos da casa aonde vive, um pequeno galpão, onde guarda os

resíduos que recolhia até o momento de revenda. Também mantém o carrinho que utilizava para caminhar pela cidade recolhendo resíduos e, do outro lado da rua, coloca a carroça que comprou e que era movimentada pelo cavalo, que agora vive na chácara do companheiro.

O Catador 10 tem 72 anos de idade, é aposentado e recebe um salário mínimo. Relatou-me que apenas um salário mínimo não é o suficiente para viver, e por isso achou alternativa na catação de materiais. Trabalhou como pedreiro e também realizou serviços gerais. Natural de Feliz-RS, com cerca de 7 anos de idade foi viver em Ijuí com a família, onde trabalhavam em uma fazenda. Depois, viveu em Porto Alegre e na região metropolitana. Vive em um terreno em Feliz-RS, em frente à casa do irmão, já falecido. Disse que prefere viver ali no terreno, onde improvisou uma barraca, do que viver na casa com a cunhada. Recolhe resíduos com um carrinho de mão, utilizado para obras. Tem esse labor como maneira de complementar a renda.

Os Catadores 11 e 12 são um homem e uma mulher, que vivem maritalmente (união estável) e têm 42 e 48 anos respectivamente. Não têm filhos e moram no Bairro Coqueiral, na casa que pertencia ao pai dele, já falecido. Fazem sua jornada laboral nos bairros mais afastados do centro, pois o centro da cidade já tem diversos catadores. Devido à crise de trabalho, encontraram nos resíduos a subsistência. Ele fala o dialeto alemão da cidade. Além disso, o casal vende produtos de limpeza de uma pequena fábrica local. Eles também revendem os resíduos plásticos de materiais de limpeza para esse fabricante, o que lhes proporciona um valor maior do que a destinação aos atravessadores.

É perceptível que, dentro do campo social composto por esses 12 catadores, existem muitas relações familiares. Ao mesmo tempo em que essas relações perpassam o labor, contribuindo para um aumento inicial de renda, para trocas de conhecimentos e também para estabelecer uma rede de proteção, conforme as técnicas vão

se desenvolvendo, alguns catadores percebem que um membro da família consegue recolher os resíduos de maneira mais eficaz. Foi o que me narraram os Catadores 6 e 7, marido e esposa, que, com o desenvolvimento de saberes, perceberam que apenas o Catador 6 consegue fazer a rota e recolher os resíduos. Além disso, com a Catadora 7 agora empregada em uma empresa, a situação familiar fica melhor e a renda aumenta. Talvez esse seja o motivo da busca pela formalidade do trabalho por pelo menos um dos membros da família.

Observo que, quando da construção do projeto de tese que originou este livro e o embasamento para a pesquisa, tencionava realizar caminhadas com os catadores, para assim observar seus trabalhos e “táticas” para o recolhimento de resíduos, bem como para superar as adversidades de seu labor. Com esses acompanhamentos, esperava conquistar sua confiança para realizar as entrevistas compreensivas. Nesse sentido, tentei marcar períodos com vários deles para acompanhá-los, mas a própria precariedade na comunicação com muitos deles impediu a concretização do que foi planejado. Muitos não possuem qualquer contato telefônico, o que dificultou o encontro. Como destaca Souza (2011, p. 144) “os catadores(as) são sujeitos do tempo presente”. Então, pude encontrá-los no local onde estavam no momento e conversar com eles, obtendo informações e percepções. Apenas com o Catador 4, pude realizar a caminhada por um turno e verificar sua visão sobre seu labor e a sociedade, bem como perceber como essa sociedade vê a ele e o que faz.

Com os demais, apesar de ter tentado combinar locais e horários, sempre ocorreram desencontros. Isso pode indicar que eles não possuem rotina fixa de trabalho, ou que não estavam interessados em ter alguém os acompanhando e, talvez, vigiando e julgando seu trabalho. Por isso, respeitei essa posição, que, apesar de não ter sido verbalizada, foi sentida. Nesse ponto, recordei-me de Guitton (2018, p. 19): “A vida também nos permite observar o trabalho dos outros. No entanto, aquele que trabalha não deseja ser observado; este,

sem dúvida, tem razão em esconder-se naquelas práticas que teve tantas dificuldades em aprender, que o revelam". Portanto, apesar de não caminhar junto a eles, acompanhando um turno de seu labor ao recolherem os resíduos, pude observar, a uma certa distância e em espaço menor de tempo, muitos deles exercendo seu labor nas ruas da cidade e, assim, pude manter breves conversas com eles nesses encontros que mantivemos.

Em compensação a essa impossibilidade de caminhadas mais próximas, com o objetivo de realizarmos uma entrevista mais aprofundada e compreensiva, todos me receberam em suas casas ou moradias em horário que não era o habitual de recolhimento de resíduos. Essa confiança – que rapidamente foi construída, sem a necessidade das caminhadas – abriu a possibilidade não antes prevista, de observação do local e do modo como vivem, bem como da forma pela qual o labor acaba misturando-se com suas próprias existências, pois os locais de moradia também são os locais de armazenamento dos resíduos que recolhem, de modo que se tornam seus centros individualizados de triagem do material.

Destaco, também, que as falas dos entrevistados são mantidas da maneira como foram proferidas, inclusive com nomenclaturas e palavras como foram ditas – o que não configura erro de linguagem, mas sim uma forma de respeito e de manutenção de suas identidades e posições enquanto indivíduos inseridos em um contexto social.

3.1 RECICLADOR, E NÃO CATADOR: DISPUTAS DE IDENTIDADE NO CAMPO DO TRABALHO

Nesta seção busco analisar uma das disputas que emergem no cotidiano dos catadores. A partir de observações e contatos com eles, pude iniciar a compreensão sobre essas disputas que emergem

ao longo de suas vidas laborais. A primeira concerne à identidade no trabalho e à sua construção a partir dele. Como salientado por Medeiros e Macêdo (2006) utilizando-se da dialética marxiana para definir a importância dada ao trabalho na construção da identidade social do homem,

Ao dizer que o trabalho cria o homem, e, por força da dialética, que o homem cria a si mesmo pelo trabalho, Marx provocou uma reflexão sobre o que era o trabalho e evocou sua função mediadora na relação entre o homem e a natureza. Através do trabalho, o homem superou sua condição de ser natural e se converteu em ser social (MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p. 63).

Então, ao mesmo tempo em que o trabalho cria o homem e o homem cria a si mesmo pelo trabalho, a construção de sua identidade e do valor dado ao seu trabalho é objeto de disputas e imposições sociais. Conforme Conceição (2005, 2013) diversas são as nomenclaturas para designar o catador de lixo de rua, seja andarilho, badameiro, xepeiro, carroceiro, garrafeiro ou, simplesmente, catador de lixo. Ainda segundo ele, essas designações regionais referem-se a um dos mais importantes agentes envolvidos na epistemologia ambiental. Outra característica é que, antes de se tornarem catadores, a maior parte deles trabalhava no emprego formal; e, com a perda do emprego, única fonte de renda, esses indivíduos se inseriram na economia informal.

Em relação a esses indivíduos, Perelman e Boy (2010) se referem à formação de dois grupos: os catadores estruturais ou institucionalizados e os novos catadores (*cirujas estructurales e nuevos cirujas*⁸). O que diferencia um grupo do outro é o fato de

8 Aqui é necessária uma breve explanação: o termo “cirujas” traduzido do espanhol pode significar “cirurgião” ou “cirurgia”. Com a leitura do texto, torna-se claro que se refere ao que, para nós, são os catadores de lixo, ou catadores de resíduos sólidos. Com isso, também é possível perceber que cada localidade utiliza uma designação própria para se referir a esses indivíduos e a seu labor, que é o recolhimento de materiais potencialmente recicláveis das lixeiras e ruas das cidades, ou até mesmo lixões e aterros, para depois vendê-los às indústrias da reciclagem, para que, com isso, garantam seu sustento.

os catadores estruturais ou institucionalizados terem crescido em um ambiente familiar onde recolham materiais, muitas vezes em aterros ou lixões. Por sua vez, os novos catadores são justamente os descritos por Conceição (2005, 2013), que trabalharam em um mercado formal ou mesmo informal (prestação de serviços, construção etc., mas sem a formalização de um contrato de trabalho e/ou carteira de trabalho) e que, levados pelas crises econômicas e institucionais dos países onde vivem, ficaram sem trabalho e sem fonte de renda, encontrando no labor de catador uma solução temporária ou permanente para sua sobrevivência.

Essa última situação, dos novos catadores, é a realidade dos indivíduos que observei e entrevistei, pois todos afirmaram que já trabalharam no mercado formal ou informal (prestação de serviços como pedreiro, eletricista etc.) e que, diante de uma crise na oferta de trabalho e de oportunidades no mundo formal ou informal, viram na coleta e na seleção de materiais recicláveis uma alternativa para garantir sua subsistência e a de sua família.

Para Medeiros e Macêdo (2006), o paradoxo dos catadores se constitui dessa forma: ao mesmo tempo em que esse labor garante o sustento dos que estavam excluídos e sem alternativas para sua subsistência no mercado do trabalho, tais indivíduos são excluídos e sujeitos a preconceitos sociais e à falta de regulamentação laboral. Por isso, afirmam as autoras:

O fato dos catadores constarem na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO – poderia ser um indicativo que apontasse para o resgate da dignidade desses trabalhadores, inserindo-os no âmbito das políticas públicas. Porém, o que se observa é uma condição oposta, na qual o trabalho da catação é quase sempre desfavorável ao trabalhador. Conforme estudos nessa pesquisa, o trabalhador catador é exposto a riscos à saúde, a preconceitos sociais e à desregulamentação dos direitos trabalhistas, condições que são extremamente precárias, tanto na informalidade de trabalho, quanto na remuneração.

Além disso, os catadores não têm acesso à educação e ao aprimoramento técnico (MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p. 66).

Ser catador não é uma profissão, mas uma ocupação, listada na CBO. Porém, como destacado por Barros e Pinto,

[...] verifica-se que o simples acesso a alguma ocupação não garante, por si, uma identidade reconhecida. Existem situações em que as possibilidades de constituição de uma identidade valorizada e estável encontram-se bloqueadas ou mesmo impedidas de se efetivar, associadas direta ou indiretamente ao mundo do trabalho e às suas contradições. Ter como fonte de renda bicos, trabalhos ocasionais e precários não configura uma vida valorizada. (BARROS; PINTO, 2008, p. 69).

Essa alternativa de garantir o sustento através do labor como catador é paradoxal e leva a questionamentos sobre a identidade que constroem de si mesmos e do trabalho que realizam, bem como da posição social que ocupam, ou ao modo como a sociedade os interpela enquanto realizam esse labor. A reflexão sobre a identidade surgiu de forma natural e recorrente nas conversas; nesses momentos, eu optava por perguntar o seguinte, como fiz com o Catador 3: *“se eu lhe perguntar o nome da sua profissão, como é que o senhor nomeia a sua profissão?”* A essa pergunta, obtive a resposta *“reciclagem”*. Quando questionei *“reciclagem?”*, ele me respondeu: *“Catador, mas é reciclagem”*.

Os Catadores 6 e 7 foram questionados sobre a nomenclatura de seu labor e sobre o que faziam. Quando o Catador 6 respondeu, deu-me uma grande explicação, especialmente ligando a identidade e a nomenclatura do seu labor ao lixo:

“Eu trabalho com reciclagem, eu acho que é reciclagem, sabe? O pessoal aqui eles têm um tipo é lixo, aí só que no início eu ficava bahh, ahh eu trabalho com reciclagem e o pessoal ah ele é, ahh tu carrega lixo, isso aí não, eu trabalho com reciclagem e eles ficavam naquele meio termo ali sabe e daí. Só que foi passando o tempo, no início eu tinha um pouco de vergonha também, sabe, que a gente tá trabalhando ali, daí às vezes o material,

ele tá dentro da lixeira, tu não acha o material assim no limpo, ou as pessoas te alcançam ali, tu tem que, às vezes, revirar o lixo para encontrar sabe, e às vezes aquilo rende mesmo o valor tá no meio do lixo, aí o que acontece? Daí, a gente ficava um pouco com vergonha assim, os primeiros dias, aí foi passando o tempo, eu pensei não, eu tô trabalhando honestamente, foi isso que eu escolhi, então pra mim fazer, eu vou ter que, eu vou ter que meter a cara e não adianta querer ter vergonha porque aí eu comecei a analisar também o pessoal aqui eles trabalham, só que é uma empresa, na olaria por exemplo, a gente tem uma olaria aqui e outra ali, eles se sujam bem mais que nós, porque eles trabalham com barro, com lama, sabe, fazem bem mais força que nós, o tijolo, ele é R\$ 300,00 o milheiro, então, imagina um tijolo só, ele custa bem pouquinho, então eles também trabalham com centavos, eles têm que ter um milheiro pra ganhar 300 pila, sabe e nós com um milheiro, um mil quilo de papelão, a gente também ganha isso (risos dele e da esposa) sabe? E o papelão é mais limpo que o barro, só que as pessoas 'ahh tu trabalha no lixo' e coisa e tal, saí tem aquela."

Quando questionei: *"preconceito?"*, ele me disse: *"tipo um preconceito, só que depois passou o tempo, eu pensei: não, sabe de uma coisa, ele é lixo, agora eles falam lixo? É! Ela recolhe lixo e eu recolho lixo, pra não gerar aquele, sabe?"*

Ligando essa fala do Catador 6 às demais conversas, entrevistas e observações, esse sentimento de rejeição ao trabalho com "lixo" se apresentou novamente quando conversei com o Catador 1, ao questioná-lo sobre seu labor. Quando perguntei sobre qual seria seu trabalho, ele disse: *"Reciclagem, reciclo né; reciclo; igual a coleta, coleta de lixo; eu reciclo"*. Quando eu disse: *"Que às vezes tem gente que chama de outros nomes"*, ele me respondeu: *"catar lixo, catador de lixo... Que, que nem agora a mulher né, a mulher pegou e me deu 'tu recolhe lixo'. Não, recolho eu falo, o cara não pode ficar brabo. Ela falou bem de boa."*

Ou seja, há uma tomada de posição não somente em relação à designação da profissão por meio dos termos "reciclador" ou

(trabalho com) “reciclagem”, pois também há uma rejeição ao trabalho com o lixo (pois lixo é algo sem valor). Assim, percebi que há uma clara distinção, para eles, entre o que é lixo e o que são os “materiais” que recolhem (resíduos sólidos cujo retorno na cadeia logística é economicamente valorado).

A Catadora 9, quando questionada sobre o nome que dá ao trabalho que faz, respondeu-me: “*Reciclagem*”. E, nesse contexto do trabalho próximo do lixo, espontaneamente me narrou:

“[...] tem pessoas que me olhavam com um olhar muito bom. E tem pessoas que além da gente tá trabalhando assim, ‘olha ali a lixeira!’ Ah meu Deus do Céu!! Tinha sabe? Porque tem de tudo neste mundo, meu Deus do Céu, a gente pode tá limpo, tudo, aí, mas parece que ah (suspiro) a gente tá lá mexendo numa lixeira, tinha até uma conhecida minha, tudo né... Passam lá em cima sabe? E tinha umas que não, e sabe que a pessoa mais bem de vida, até que entende melhor, até as pessoas são bem mais melhor pra reconhecer a gente, agora, tem uns pobre mais pobre que a gente que torce o nariz, que falam isso, que falam aquilo, sabe?”

Os catadores de Feliz-RS, apesar de me relatarem que a sociedade e o Poder Público os tratam com dignidade, usualmente me relataram alguma forma de estigma por parte de alguns cidadãos. Mas esses estigmas, oriundos da falta de (re)conhecimento da atividade que exercem, são pontuais. No geral, elogiavam a população da cidade. E, muitas vezes em suas falas, ficava claro que a falta de (re)conhecimento de sua atividade era a causa de tratamentos estigmatizantes, pois, tão logo essa falta de (re)conhecimento era superada, criavam-se situações de colaboração, incluindo iniciativas de separação dos resíduos e doação aos catadores. Essa postura colaborativa entre moradores e catadores também permite pensar na possibilidade de uma educação para a reciclagem que se difunde na cidade. Ao assumirem o compromisso tácito de guardarem e separarem os resíduos para determinado catador, os cidadãos passam

a observar “com outros olhos” o que antes era considerado lixo. Esse entendimento e o “novo” olhar ajudariam a fortalecer uma cultura de reciclagem – que, evidentemente, também pode ser perpassada por outras noções, como caridade, assistencialismo e incentivo ao trabalho honesto, mesmo que precário.

Sobre a questão de fugir da criminalidade e também sobre as agruras do labor que realizam, a Catadora 5 me disse:

“Tu tem que trabalhar, trabalhar, e tu tem que trabalhar (ênfase) para ter isso aqui que nós temo; nós nunca paremo, ele vai pro centro, eu vou pra cá, de tarde eu vou pra lá e ele vai pro centro e assim vai tu nunca tem sossego, e tudo tem que ser classificado, tudo tem que ser arumado, não é brincadeira isso aí. Muito fácil ah, eles achuntam, não é. É fácil dizer isso aí. É, eu to achuntando, não tô roubando. Mas é uma chudiaria isso aí.”

Nessa fala da Catadora 5, também é possível perceber a valorização do conhecimento construído no trabalho, que se reflete em práticas referentes a como saber separar, saber classificar. A fala demonstra que há Educação nesse labor⁹ que exercem, a qual é construída por eles mesmos através de anos de experiência na ocupação. Esse conhecimento permite aos catadores um olhar aguçado, pois conseguem ver algo além do que está à vista da maioria: percebem que nem tudo é lixo e que há valor por trás de alguns resíduos. Pude perceber claramente isso em um dia, no centro da cidade, quando estava indo à livraria e encontrei o Catador 4. Ele estava eufórico, conversando com um pedreiro que trabalhava em um prédio em construção e que havia encontrado uma peça de metal nos entulhos. O catador pediu ao pedreiro se podia ficar com ela, e isso lhe foi permitido. E ele me contou, quando o cumprimentei, que somente aquela peça (que estava jogada na caçamba de entulho de construção civil) lhe renderia mais de R\$ 20,00.

9 Destaco que a Educação construída no e para o labor (trabalho) que exercem é aprofundada no item 4.1 deste livro.

O mesmo Catador 4, ao ser questionado sobre o nome dado a seu trabalho como “Catador, catador de lixo” – com um sorriso que interpretei como irônico –, disse-me que a sociedade vê seu labor com bons olhos, que gosta do trabalho que é feito por ele e pelos demais catadores, pois a cidade fica limpa. Mas ele percebe claramente a diferenciação entre resíduo sólido (algo que tem valor e que pode ser reinserido na cadeia produtiva) e lixo, ao me dizer: *“muita gente... ‘vem tirar o lixo’, cheio de latinha muita coisa que tem valor... Mas eles chamam de lixo né?”*

O Catador 8 e os Catadores 11 e 12, ao serem questionados sobre o nome dado ao seu trabalho, também exclamaram: *“Reciclagem!”*. Por isso, reafirmo que, neste trabalho, utilizo-me do termo “catador” para designar essa atividade exercida pelos indivíduos que recolhem materiais (potencialmente) recicláveis das ruas e lixeiras (ou contêineres) das cidades para, posteriormente, revendê-los, reinserindo-os na cadeia produtiva. Esse movimento garante-lhes subsistência ou sustento, dependendo de fatores como: a quantidade do que conseguem catar; a qualidade que conseguem atribuir ao que recolhem, por meio de seleção e triagem do material para venda e colocação na indústria da reciclagem; e as relações comerciais estabelecidas com os atravessadores. Justifico a escolha e utilização do termo catador pelo fato de ele ser utilizado pela literatura e pelas pesquisas realizadas com os indivíduos que exercem esse labor para descrevê-los. Contudo, a utilização do termo “reciclador” ou a menção ao trabalho com “reciclagem” pelos indivíduos observados e entrevistados leva a algumas considerações e reflexões acerca da construção da identidade no e pelo trabalho, incluindo seu distanciamento em relação às designações acadêmicas.

A primeira questão é a separação entre lixo e resíduo – que, para eles, pode ser lógica. Essa diferenciação não é natural e nem sempre é compreendida pela população, como se depreende de algumas falas.

Os catadores entrevistados nem mesmo discutem com a população sobre essa diferença. Mas, para os indivíduos que exercem esse labor, a distinção me pareceu clara: o lixo não tem valor; já o “material”, que a literatura acadêmica chama resíduo sólido, tem. E, apesar de ambos estarem no mesmo ambiente, nas lixeiras e ruas, são essencialmente diferentes. Assim, como o lixo é socialmente malvisto, é natural que busquem a desassociação entre o lixo e o seu labor, começando pela própria designação.

Para a literatura acadêmica, a distinção entre lixo e resíduo já está consolidada. Para Calderoni (1999), os conceitos de lixo e de resíduo podem variar conforme a época e o lugar, dependendo de fatores jurídicos, econômicos, ambientais, sociais e tecnológicos para sua definição. O lixo é todo material descartado e colocado em lugar público, o “que se joga fora”, pois sua substância, ou o próprio objeto, é considerado inútil ou nocivo. Em razão disso, Conceição (2013) destaca que a palavra lixo tem sua origem no latim *lix*, que significa cinzas ou lixívia. É o que a Lei 10.350/2010 (PNRS) denomina “rejeito”. Observa ainda Calderoni (1999) que o lixo sai de uma situação em que se encontrava na esfera privada e adentra outra, em que alcança a esfera pública.¹⁰

Por sua vez, resíduo é o termo utilizado muitas vezes no sentido de sobra de um processo produtivo, geralmente industrial. A Lei

10 Dentre os diversos ramos do Direito, o Direito Civil é, segundo Neves (1987), ramo do Direito Privado que estabelece normas relativas ao estado e à capacidade das pessoas, às suas relações patrimoniais e familiares, bem como às obrigações. No Direito Civil, encontramos o Direito das Coisas, que é conjunto de normativas e leis que regulamentam os vínculos jurídicos entre pessoas e bens jurídicos, os quais podem ser objetos materiais (corpóreos) e imateriais (incorpóreos), suscetíveis de apropriação ou utilização humana. No Direito das Coisas, encontramos a *Res derelicta*, a coisa abandonada pelo dono ou possuidor, a qual, portanto, é suscetível de apropriação e de passar à propriedade do primeiro sujeito que se apossar dela. Essa é a situação jurídica do “lixo”, pois, uma vez abandonado pelo seu antigo proprietário/possuidor, está sujeito à apropriação de quem o encontrar. É interessante como os catadores, à sua maneira, sabem disso, mesmo que não tenham noção de que isso decorre de uma regra jurídica. Dentro do campo social, constroem regras e modos de agir, e uma das regras é que “o ‘lixo’ é de quem chegar primeiro”, o que é analisado com mais profundidade no item 5.3 desta tese.

10.350/2010 utiliza os termos rejeito e resíduos sólidos para distinguir o que coloquialmente é denominado de “lixo” e o que os catadores denominam “material”, além de mencionar a “reciclagem”, que os catadores assumem para definir o labor que exercem:

Art. 3o Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

[...]

XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível; [...]. (BRASIL, 2010).

A legislação define como rejeitos os materiais para os quais foram esgotadas as possibilidades de tratamento e recuperação pelos processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis. Segundo Souza Filho e Soler (2013), esses são conceitos ou termos em aberto, pois a própria legislação não apresenta detalhamento e explicações sobre seu real significado e aplicação. Segundo os autores, internacionalmente, a expressão “processos tecnológicos

disponíveis e economicamente viáveis” tem sido interpretada como sinônimo de melhor tecnologia disponível, sendo compreendida como aquelas tecnologias que estejam desenvolvidas numa escala tal que possibilite sua aplicação, em condições viáveis econômica e tecnicamente, levando em conta seu custo-benefício, principalmente em relação à garantia de proteção ao meio ambiente. Ou seja, não basta ser o mais adequado ambientalmente: é preciso atender à uma expectativa econômica capitalista.

Como destaca Calderoni (1999), sob o ponto de vista econômico, resíduo ou lixo é “todo material que uma dada sociedade ou agrupamento humano desperdiça”. O autor ainda completa que, de um ponto de vista econômico, lixo é um produto sem valor, pois não possui valor de troca ou de uso para o detentor ou proprietário. (CALDERONI, 1999, p. 51). Portanto, o resíduo possui valor econômico; é transportado pela cadeia de logística reversa e alimenta a indústria da reciclagem. Além desse valor econômico e direto para a reciclagem, o resíduo possui valor ambiental e social, devido aos benefícios que sua coleta traz ao meio ambiente.

Já o termo catador, como salientado anteriormente, é associado a lixo, visto que a denominação completa utilizada pela literatura é “catador de lixo”. E, como o lixo é diferente do “material” (resíduo sólido), ao mesmo tempo em que se rejeita (mesmo que alguns vislumbrem alguma ligação) o trabalho com lixo, a mudança do termo para “reciclador” ou “reciclagem” gera, ou busca gerar, a percepção de que o trabalho não é exercido com e no lixo (que é algo sem valor). Ou seja, a mudança do termo possibilita sua valorização social, ao mesmo tempo em que pode criar uma percepção de afastamento do trabalho com o lixo. Dessa forma, tal labor não consiste na coleta do lixo, mas sim no recolhimento de “materiais” (resíduos sólidos) que possuem valor. Logo, o próprio labor exercido também possui valor.

A segunda reflexão que faço quanto à utilização dos termos “reciclador” ou “reciclagem” é a tentativa de inserção do seu labor em uma cadeia ou indústria, que é institucionalizada ou formalizada e, portanto, possui valorização social. Destaco que uma forma inicial de formalização ou institucionalização, que leva ao reconhecimento do labor dos catadores, é a associação a uma cooperativa de recicladores. Como salientado por Medeiros e Macêdo (2006), “Lentamente, os catadores buscam se organizar em cooperativas e associações, visando melhores condições de trabalho”. Essa busca pela organização em cooperativas e associações não somente constitui a viabilização de melhores condições de trabalho, mas também a criação de vínculo institucional – que, de certa maneira, valoriza não somente seus labores, mas o próprio indivíduo e sua posição em relação à sociedade.

Como mencionado anteriormente, na cidade de Feliz-RS, não há cooperativas ou associações de catadores. Uma vez que tentam se inserir na cadeia de logística reversa, constituindo o que chamamos de “logística reversa informal”, os catadores buscam essa institucionalização, que, em outros lugares, pode se constituir por meio de associações e cooperativas. Segundo Guarnieri (2011), a logística reversa operacionaliza o retorno dos resíduos após o momento em que são gerados, possibilitando sua revalorização e reinserção econômica. Essa revalorização e reinserção econômica dos resíduos é o que atrai os catadores, que com isso garantem sua subsistência. Muitas vezes, sua inserção nessa cadeia ocorre de maneira informal, pois as pessoas não possuem o hábito de organizar seus resíduos e destiná-los às cadeias reversas (impossibilitadas pela inexistência das cadeias reversas que deveriam existir, ou pela dificuldade de acesso a elas). Isso permite que os catadores se insiram na cadeia reversa, mesmo que a indústria e a sociedade muitas vezes não percebam ou não vejam com bons olhos sua atuação.

Mas é a cadeia de logística reversa que alimenta a indústria da reciclagem. Posto que a reciclagem é vista e tratada como uma indústria – e há, portanto, uma formalização desse setor –, a vinculação a ela pode gerar a ideia de autonomia e valorização do trabalho de catador, um labor que é social e historicamente estigmatizado. Talvez, por esse motivo, pela formalização, pela consciência da utilidade do que fazem e pela noção de pertencimento a uma cadeia, eles optem pelo uso da designação “reciclagem”, e não “catador”.

Também percebi que, além do discurso e da nomenclatura de reciclador, o Catador 3 utiliza um jaleco quando faz suas rotas para recolhimento dos resíduos. Quando lhe questionei sobre a razão pela qual utiliza o jaleco, ele me respondeu:

“É, é eu tô com um jaleco, não aquilo ali, na verdade aquilo ali até eu ganhei, eu acho, não sei se eu ganhei aquilo ali, dois, o meu guri tem outro lá, e o (Catador 2) também bota outro. Não, até a gente, que nem eu tava falando, se botar uma empresa a gente vai ter que fazer uns avental direitinho de recicragem, nós vamo se apresentar nas loja tudo, fazer uma coisa bem organizada, que fica bom, mas todo mundo tá contente que eu não faço bagunça no lixo, se eu ver uma sacolinha fora da lixeira eu já boto pra dentro dela.”

Corroborando o que foi mencionado no excerto acima, a imagem a seguir demonstra a tentativa de formalização da atuação, de pertencimento a um setor produtivo e de (auto)afirmação do labor como um trabalho, que é visto individual e socialmente como bom, dentro dos limites da moralidade e da legalidade. Então, a utilização do jaleco (azul), como se fosse o uniforme de trabalho, reforça o discurso de pertencimento e de legitimação do ofício. Trata-se de uma (auto) afirmação que o retira da informalidade e do estigma. Além disso, essa maneira de colocar-se leva à reflexão de que os catadores são indivíduos que contribuem para a sociedade, pois auxiliam na limpeza da cidade ao recolherem resíduos que, muitas vezes, são colocados

nas ruas e não nas lixeiras. Portanto, os catadores não são sujeitos indesejáveis que “fazem bagunça” e rasgam sacos de resíduos, como veiculado no jornal local, mas indivíduos que de fato contribuem positivamente para a limpeza urbana e para o impacto ambiental que é gerado pelos resíduos.¹¹ Também é possível visualizar o veículo utilizado pelo Catador 3 para ir de sua casa até o centro da cidade, onde recolhe os resíduos. Essas dificuldades de deslocamento são mais bem aprofundadas no item seguinte do capítulo.

Fotografia 1: “Eu reciclo!”



Fonte: Registrada pelo autor.

11 Essas questões serão retomadas no capítulo seguinte.

Então, a utilização dessa nomenclatura por eles mesmos os vincula e busca afirmar que são membros da cadeia de logística reversa – mesmo que não conheçam seu conceito proveniente da literatura científica, possuem consciência de que fazem parte de algo maior, de que vendem o que recolhem e de que isso é revendido, chegando por fim à indústria produtiva de alguma forma – e também da indústria da reciclagem. Portanto, a nomenclatura, nesse sentido, enseja uma percepção de pertencimento, de formalização e de reconhecimento de seu labor, ao mesmo tempo em que os desvincula do estigma social da sobrevivência pelo e através do lixo. Como destacado por Lisboa (2013, p. 133), é “fruto da exigência de lidar com o estigma da atividade e de significá-la positivamente”.

Segundo Touraine (1987), essa luta pela identidade

[...] puede concebirse como un trabajo de la democracia, como la consciencia del esfuerzo mediante el cual los actores de un sistema social – que ejerce gran poder sobre sí mismo y envuelto en cambios constantes – se esfuerzan por determinar por sí mismos las condiciones en las cuales se produce su vida colectiva y personal.¹²

Portanto, pode parecer algo sutil, uma mera designação ou termo que define uma atividade. Mas, para os catadores de Feliz-RS, a mudança do termo para reciclador representa um importante pertencimento a uma atividade que tem valor econômico, social e ambiental. E, por meio do labor pelas ruas e lixeiras da cidade, os catadores e catadoras vão, através de suas falas, denominações e interpretações, (re)construindo suas identidades e (re)afirmando suas posições, buscando demonstrar à sociedade a separação que fazem entre lixo e resíduo sólido e também reivindicando seu pertencimento

12 Em livre tradução: “Pode ser concebida como trabalho da democracia, como a consciência do esforço mediante o qual os atores de um sistema social – que exercem grande poder sobre si mesmo e envolvidos em mudanças constantes – se esforçam por determinar a si mesmos as condições nas quais se produz sua vida coletiva e pessoal.”

a uma cadeia produtiva, na tentativa de conquista das benesses advindas desse reconhecimento.

3.2 “EU VOU LIMPAR TUDO ISSO! EU VOU VENCER ISSO AÍ TUDO!”: O COTIDIANO LABORAL E OS ITINERÁRIOS DOS CATADORES

A partir das observações e de algumas conversas com os catadores na cidade, outra categoria analítica emergiu. Essa categoria adveio de uma fala do Catador 1, que me disse: “*Eu vou limpar tudo isso! Eu vou bater isso aí tudo!*” Ele se referia aos contêineres com resíduos dispostos na cidade. O termômetro registrava 34°C, e a sensação era de calor ainda maior – devido à peculiar geografia de Feliz-RS, que é um vale, com os morros muito próximos uns dos outros e do centro da cidade, o que gera uma sensação de sufocamento e de calor extremo.

A partir dessa exclamação do Catador 1, observei os itinerários e as condições às quais estão sujeitos os catadores que laboram na cidade. Em razão disso, questionei-lhes sobre as dificuldades climáticas para o exercício do labor, considerando que, no verão, a sensação térmica e de abafamento é grande. Além disso, devido à proximidade com a Serra Gaúcha, faz muito frio no período do inverno. Quando perguntados sobre o labor no calor e no frio, todos os catadores entrevistados me responderam que o frio é melhor para trabalhar.

Destaco uma fala da Catadora 9 sobre a questão climática da cidade e sobre como isso interfere na sua atividade de recolhimento de resíduos. Ela relatou como o calor da cidade atinge os habitantes, especialmente os que vieram de outras localidades:

“Olha, pra mim, fica um pouquinho ruim só o vento se a gente pega, mas pra mim é melhor o frio, mas o calor é terrível! [...]”

Minha mãe veio de Bento Gonçalves. [...] Ela parava Natal e Ano novo aqui né, mas ela ficou muito ruim com o calor. [...] Eu sempre tive problemas de bronquite asmática, então, pegava aquele vento de madrugada, de manhã cedo, chegava em casa ahnn ahnn¹³, desse jeito.”

Também há uma relação entre o clima e um saber construído ao longo da experiência pelo labor, como se depreende da fala do Catador 3: *“Acho que frio é melhor pra trabalhar [...] Até pesa mais os papelão (risos)”*. Por essa fala, identifico a existência um saber, decorrente do seu labor, de que o peso dos papelões recolhidos muda com o clima mais frio ou mais quente e de como o frio acaba lhes favorecendo, pois acabam recebendo mais pela mesma quantia de papelão, dado que vendem o que recolhem por peso, e não por volume.

Ao questionar o Catador 8 sobre sua experiência e sobre trabalhar no calor ou no frio, considerando as condições climáticas da cidade, ele me respondeu, inicialmente, que o pior era a chuva. Quando questionei sobre sua preferência por trabalhar no frio ou no calor, ele então me afirmou: *“Trabalhar no calor, porque no meio dia quando o cara sai, quando o cara tá subindo os morro assim, daí o saco pesado nas costa daí é ruim”*.

Em relação à chuva, o Catador 2 me disse também que, no âmbito das condições climáticas, os dias de chuva eram os piores, pois ele não saía para catar. Portanto, era um dia sem renda para ele e para sua família. Quanto ao calor da cidade, ressalto que não há bebedouros públicos¹⁴ na cidade. Portanto, o acesso à água pode ser um desafio aos catadores quando estão no exercício do seu labor.

Percebi, também, que esse catador não possui carrinho para carregar os resíduos que recolhe; quando questionei se ele pretendia

¹³ Referência a dificuldades de respiração.

¹⁴ Os bebedouros existem apenas no Parque Municipal, que não faz parte da rota regular dos itinerários dos catadores.

ter um carrinho, disse-me: *“Aí daí tu tem que cuidar que se tu tem um carrinho, tu pega tudo que tem nos lixo, só que se tu pega o saco, daí tu cuida, tu seleciona mais, se não, tu leva, joga tudo”*. Nesse caso, é possível identificar um tipo de saber relacionado ao autocontrole no labor, pois esse sujeito utiliza o fato de não possuir o carrinho como motivação para fazer a triagem concomitantemente à coleta. Em tal processo, se porventura ele recolhe objetos que não possuem valor, isso significa um peso e um esforço adicional que não será recompensado – especialmente quando esse esforço é feito no calor, como destacam os catadores.

Indo ao encontro dessa fala, o Catador 6 foi questionado se, no início de suas atividades como catador, recolhia muito material sem valor comercial:

“Não, a gente já tinha uma noção [...] A gente tinha uma noção dos material, de todos. [...] É, a gente traz assim, mas a gente, eu já vi pessoas reciclar aqui, eles iam largando tudo pra cima da carroça, e levavam, eles não reciclavam, eles reciclavam só no, quando chegava em casa, eu vi isso assim, sabe. Só que quando eu comecei a reciclar eu já tinha uma ideia que isso é, não é legal, uma que tu vai acumular um monte de lixo, em casa, daí tem que dar um destino pro que sobra né? E daí eles reciclavam lá, e sempre tinha aquela montoeira de lixo que tu leva, rato, barata esse tipo de coisa também sabe?”

Os Catadores 6 e 7 recolhiam os resíduos tanto com carrinho puxado por eles mesmos como de carroça, com um cavalo fazendo a tração. Agora, estão investindo e tentando manter uma Volkswagen Kombi para fazer a rota e reunir os resíduos que coletam. Mesmo assim, há percepção de que, além de o peso carregado ser inútil caso o material recolhido não possa ser revendido, há ainda a questão do acúmulo de lixo em suas casas, local onde fazem a triagem. Ou seja, tudo aquilo que não tenha valor para os atravessadores acaba ficando em suas casas.

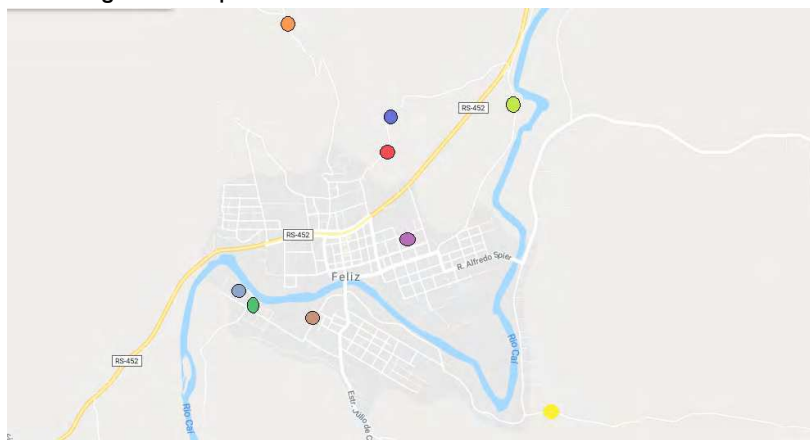
É possível, também, identificar ecos de educação ambiental nessa fala do Catador 6, especialmente quando ele afirma que se deve dar um destino para o que sobra. Afinal, como o que sobra é tecnicamente rejeito, isso deve ter um destino ambientalmente correto.

Outra percepção que emergiu das observações é que o principal local de recolhimento dos resíduos é o centro da cidade, onde há grande concentração de empresas comerciais. Todos os catadores e catadoras residem na periferia da cidade, afastados do centro. Os moradores mais próximos do centro são os Catadores 4 e 5, que vivem na Vila Rica, bairro vizinho ao centro; e os Catadores 8, 9 e 10 que vivem no Bairro Matiel. Esse bairro possui um limitador geográfico para acesso ao centro, que é o Rio Caí. Para ir ao centro, deve-se atravessar a centenária Ponte de Ferro (chamada de “*Altenbrück*”), de mão única, onde há disputas com o trânsito de veículos.

Alguns catadores mantêm rota que não passa pelo centro, como o casal composto pelos Catadores 11 e 12. Quando os questionei sobre a rota que fazem, disseram-me que “*é lá no bairro Matiel*”. Ao questionar se não vão ao centro, a Catadora 12 disse: “*Não, tem muitos lá pra juntar, e é muito movimentado também, ele não quer ir muito*”. Já seu esposo, o Catador 11, complementou: “*Lá já tem o que chegue... Lá já tem... Aí um tira o outro, aí tá dando briga*”. Mesmo assim, é grande a distância de onde moram os Catadores 11 e 12 em relação ao bairro Matiel, onde recolhem os resíduos. Tal bairro possui um supermercado e algum comércio, mas não é comparável ao centro da cidade; e, portanto, o volume de resíduos oriundos das práticas comerciais à disposição desses catadores é menor.

Na tentativa de demonstrar a distância de onde vivem os catadores em relação ao centro da cidade, onde a grande maioria busca os resíduos e materiais que lhes garantem o sustento, elaborei um mapa de Feliz-RS, com marcações indicando onde vivem esses catadores:

Figura 4 - Mapa da cidade de Feliz-RS e moradia dos catadores



Fonte: Elaborada pelo autor.

O centro da cidade, local do maior labor dos catadores, compreende o espaço entre a RS 452 (em amarelo no mapa) e o Rio Caí (em azul no mapa). O Bairro Matiel é localizado após o Rio Caí, na parte de baixo do mapa, onde estão também identificados os Catadores 8, 9 e 10. O bairro onde estão localizados os Catadores 11 e 12 se denomina Coqueiral. Por sua vez, o bairro onde estão localizados os Catadores 6 e 7 é denominado Arroio Feliz. Onde estão os Catadores 1 e 2 é o bairro Picão; e o Catador 3 vive no Morro das Batatas. Os Catadores 4 e 5, a seu turno, vivem no bairro Vila Rica, mais próximos ao Centro.

Esse distanciamento entre o local onde vivem e aquele onde recolhem os resíduos sólidos adquiriu outro contorno quando observei que, além do deslocamento para recolhimento dos resíduos, tão logo sua capacidade de carga esteja completa, os catadores têm de retornar às suas casas para descarregar o material e depois retornar aos locais de coleta novamente. Isso ocorre porque Feliz-RS não possui uma cooperativa de catadores, um centro de triagem ou algo nesses moldes que lhes permita depositar o que recolhem durante suas jornadas. Por isso, uma vez completa a sua possibilidade

de carga, os catadores devem se deslocar até suas casas – local onde deixam essa carga, partindo então para um novo itinerário de recolhimento. Esse ir e vir é constante, pois apenas uma carga de resíduos não é o suficiente para lhes garantir o sustento, sendo necessárias diversas idas e vindas diárias.

A capacidade de carga dos catadores varia; com carrinho de tração humana, carregam de 100 kg a 120 kg segundo me relataram. Os Catadores 6 e 7 possuem carroça com cavalo, o que aumenta sua capacidade de carregamento. Já o Catador 8 não possui carrinho, levando os materiais nas costas – o que limita bastante sua capacidade de carga e o obriga a um “vai e vem” maior. O Catador 10, além de ter idade mais avançada, leva os resíduos em um carrinho de mão de obra, com menor volume e capacidade de peso. Isso o obriga a atravessar diversas vezes a Ponte de Ferro, que separa o centro do local onde vive e para onde leva os resíduos – como é possível vislumbrar na imagem a seguir, que captura o momento de travessia da Ponte (ao fundo, em amarelo) e o desafio do trânsito no momento:

Fotografia 2 - O constante “vai e vem” com os resíduos recolhidos



Fonte: Registrada pelo autor.

Isso gera disputas, apesar de todos me narrarem que o trânsito da cidade é tranquilo, com poucos momentos onde há maior intensidade – o que é ilustrado na foto abaixo:

Fotografia 3 - “O trânsito é tranquilo”



Fonte: Registrada pelo autor.

A Fotografia 3 ilustra uma avenida na área que é considerada central da cidade de Feliz-RS, em horário comercial (mais ou menos 9h da manhã). Contudo, esse mesmo catador da foto acima, o Catador 4, disse-me que uma vez seu carrinho acabou por andar sozinho e atingir um carro que estava na rua, em frente a uma oficina mecânica, pois estava lá aguardando a manutenção. Segundo ele, o conserto do veículo lhe custaria R\$ 500,00, tendo tratado com o dono da oficina de pagar R\$ 100,00 mensais. Após pagar a primeira parcela, o dono do veículo, sabendo que foi o catador quem gerou o dano, optou por receber apenas o que já havia sido pago e assim encerrar a situação. Então, mesmo que digam que não há conflitos e que o trânsito é tranquilo, os catadores estão sujeitos a disputas e desafios.

A Catadora 9 me narrou algo que lhe aconteceu quando recolhia resíduos com auxílio de uma carroça movida por um cavalo:

“Olha, um pouquinho só ali na ponte pra passar, que tem uns cara que são bem ignorante, ahh sai da frente!! (risos) Então, depende, o cavalo era bonzinho, vamo não tinha pobrema, mas tinha uns cavalo bem doido que troteava pra trás e dava ré, tinha um, meu Deus do céu! Se assustava, esse cavalo começou a dar ré, começava a dar ré pra trás, meu Deus do céu. Não ali na ponte no caso, mas ali na vila, e daí fomo subir uma rampinha ali, e o cavalo foi indo, e foi indo bahh, vinha um carro, a mulher fez um escândalo que ia chamar a polícia, eu dizia ahh é o cavalo que tá doido, aí bem no fim, o policial chegou, me conhecia... ahhh dona ‘Catadora 9’, daí o ‘Policial’, então aí ele disse assim tá, mas estragou o que? A mulher até trabalhava ali no, no posto ali, no que passa a ponte, daí ela bem ignorante assim, mas só tirou aquela partezinha do carro, aquela lata, aquela coisa sabe? Ela queria cobrar tudo né, eu disse, mas tá vendo as minhas condições, cobrar o que, isso aí nem, isso aí só ajeitar ali ó, aí nem deu bola pra mulher a mulher ficou gritando.”

Outro conflito gerado pela distância entre o centro da cidade e os locais onde vivem é ilustrado pela situação dos Catadores 1, 2 e 3, que encontram terrenos baldios ou áreas verdes para depositarem o que vão recolhendo. Esses terrenos ou áreas que são utilizados não pertencem a eles, o que gera disputas com vizinhos, que não gostam de ver a vizinhança de sua casa cheia do que, para eles, é lixo. Isso também gera disputas com o Poder Público Municipal, que zela pelas áreas verdes do Município.

Nesse sentido, analiso que, conforme Porto *et al.*, 2004 (apud PIMENTA, 2013), o constante ir e vir e a distância percorrida; o esforço físico despendido para puxar o carrinho ou carregar o material recolhido; o tempo destinado à catação e posteriormente à seleção; bem como o contato com o material descartado – somados à rotina como um todo dos catadores – expõe-nos a doenças associadas ao trabalho. Além disso, qualquer indisposição, impossibilidade ou limitação para

o labor leva-os a ter sua situação de vulnerabilidade agravada, pois isso significa um dia em que não há rendimentos – e um dia sem rendimentos significa que sua subsistência está em risco.

A fotografia a seguir ilustra o contato com material descartado, que expõe os catadores a riscos:

Fotografia 4 - A exposição a riscos



Fonte: Registrada pelo autor.

Na imagem, é possível observar que os catadores mexem nas lixeiras e nos contêineres sem qualquer proteção individual, como o uso de luvas. Como as pessoas, em sua maioria, não acondicionam os resíduos adequadamente, isso aumenta os riscos de que eventualmente possam se cortar com cacos de vidro, lâminas ou algo pontiagudo. Além disso, a separação inadequada pode gerar contato com matéria orgânica sem a devida proteção. Nesse âmbito, observo que a falta

de separação adequada dos resíduos pela população foi percebida pelos catadores de Feliz-RS, visto que muitos deles procuram nos dois contêineres por resíduos recicláveis, tendo contato com o contêiner de resíduos orgânicos nessa busca.

A rotina de labor dos catadores de Feliz-RS não se encerra com a catação e o transporte dos resíduos até suas casas. Após chegarem lá, outra jornada se inicia, com a triagem detalhada e com a separação dos resíduos conforme sua destinação. Em verdade, essa separação detalhada é o que garante que o produto tenha um valor um pouco maior estabelecido pelos catadores. Contudo, não é seu trabalho que é propriamente valorado, mas sim o resíduo separado e destinado.

Como salienta Burgos (2013), a catação e as atividades que a sucedem, como transporte com dispêndio da força do próprio corpo, além de seleção e separação dos materiais numa triagem mais cuidadosa e detalhada, constituem processos de trabalho que não são remunerados como trabalho. Os catadores acabam sendo trabalhadores que não conseguem vender sua força de trabalho numa relação formal, mas que acabam sendo reinseridos produtivamente nesse conjunto de atividades. Também não são trabalhadores autônomos, pois há subsunção ao capital produtivo que os mobiliza, mesmo que indiretamente – embora, nas atividades que realizam na esfera do comércio, apareçam como uma espécie de autônomo, que trabalha por conta própria. Somando-se a essa seleção e triagem mais detalhada, o resíduo que não possui valor comercial – que na verdade é rejeito, ou, para eles, lixo – acaba ficando nas redondezas de onde vivem.

A preocupação de que aquilo que é coletado e não é vendido acaba por tornar-se lixo, que polui o ambiente onde vivem, está presente na fala do Catador 6:

“Só que quando eu comecei a reciclar eu já tinha uma ideia que isso é, não é legal, uma que tu vai acumular um monte de lixo, em casa, daí tem que dar um destino pro que sobra né, e daí eles reciclavam lá, e sempre tinha aquela monteira de lixo que tu leva, rato, barata esse tipo de coisa também sabe? Aí a gente já não, a gente começou assim, vamo trazer só o que é reciclável, então, a gente já, a gente recicla na rua, a gente traz o material só reciclável pra casa, o que a gente faz aqui é só a separação porque se a gente for querer separar lá, uma que não tem espaço, tem que ter os lugar, no caso, pra colocar, às vezes tu acha, tipo, dois, três dum tipo, e dez do outro, aí então, pra trazer a gente traz tudo junto, a gente coloca tudo junto daí a gente faz a, o reciclamento, a seleção aqui em casa, muitas vezes, no caso, papelão com papelão, pet com pet, aí tem o pad também, o pad é tipo, os material de ahn, de uso de higiente, que é aqueles galãozinho, os galãozinho, aí os vidro de shampoo que é de plástico.”

Completando essa fala, o Catador 6 me disse: “[...] A gente trabalha com o lixo, mas a gente não gosta de, de, de viver assim, com lixaiama, com sujeira [...] Não é um depósito de lixo, a gente não joga tipo chega aqui e joga as coisas.”

A imagem abaixo demonstra o que é explicado pelo Catador 6. Apesar do acúmulo de resíduos que são recolhidos, há uma clara organização e distinção desses materiais, demonstrando que eles não são simplesmente jogados nos pátios de suas residências.

Fotografia 5 - “Aqui não é um depósito de lixo”: casa e “centro de triagem” dos Catadores 6 e 7



Fonte: Registrada pelo autor.

Contudo, nem sempre há condições de separação e organização, o que acaba ocasionando o acúmulo de rejeitos (lixo) nas proximidades de onde vivem os catadores. Então, eles levam o lixo produzido no centro da cidade para a periferia onde vivem e passam a conviver com esse lixo, ao qual não conseguem atribuir valor para a venda à indústria da reciclagem. Essa observação é ilustrada na fotografia a seguir, que mostra a moradia do Catador 10, onde é possível ver claramente um acúmulo de rejeitos (lixo). Esse catador me disse: “*quer ver uma coisa, pelo certo deveria ter um pátio maior e classificar cada tipo de material separado né. Daí fazer embalagem e guardar e levar*”.

Fotografia 6 - O que não tem valor é lixo: local de moradia e “centro de triagem” do Catador 10



Fonte: Registrada pelo autor.

Essa situação leva a uma distribuição injusta dos riscos ambientais gerados. Aqueles que menos possuem condições econômicas e sociais acabam por viver em áreas degradadas, ou então degradam as áreas onde vivem, pois, ao recolherem os resíduos e realizarem a triagem, acabam ficando com o lixo, o rejeito, nas proximidades de onde vivem. É o que Beck (2008, 2010) chama de situações sociais de ameaça que surgem dos riscos, especialmente os ambientais. Essas situações acompanham a desigualdade de posições de estrato e classes sociais; mas, ao fim, possuem uma lógica distributiva distinta: cedo ou tarde, esses riscos acabam alcançando quem os produz ou lucra com eles. Nesse sentido, há também consequências ambientais para o restante da sociedade, eventualmente atingindo aqueles que geram os resíduos/rejeitos.

Além de poluir o ambiente em que vivem os catadores, o acúmulo de resíduos – sejam aqueles que são vendidos e que devem ser triados, permanecendo no local onde vivem aguardando os atravessadores (que compram e recolhem a cada duas semanas

ou mais), sejam aqueles que acabam não tendo valor para a cadeia reversa e poluem permanentemente o ambiente – gera conflitos com a sociedade e a vizinhança, que relata insatisfação com o “lixo” acumulado nos arredores de onde vivem. Ou seja, além da poluição ambiental, isso coloca os catadores em situação de conflito, ou de eminente conflito com a população, como me foi relatado por alguns dos catadores observados e entrevistados.

Pelo modo como exercem sua atividade, sujeitos às intempéries e às dificuldades do trânsito e do local onde recolhem seu sustento (lixeiras e contêineres); e considerando a distância percorrida e os riscos a que se submetem ao fazê-lo, somados ao peso que carregam e ao fato de levarem tudo isso ao seu local de moradia (o que os leva a ter sua atividade sempre consigo), defendo que a ocupação de catador é um labor, e não um trabalho. Para Antunes (2014), embasando-se em Marx, é por meio do trabalho que o ser humano (parte da natureza) se afasta de sua condição imediatamente animal, fazendo da própria natureza uma extensão de seu corpo, tornando-a mais humana e social: uma “natureza trabalhada”.

O trabalho é historicamente tido como uma tortura: o termo é oriundo do latim *tripaliare*, que significa torturar. (GONÇALVES, 1998, p. 108). Conforme abordado anteriormente, Arendt (2010), a partir da expressão *vita activa*, designa três atividades humanas que são fundamentais, pois cada uma corresponde a uma das condições básicas sob as quais a vida humana mantém-se. As atividades humanas fundamentais são: trabalho, obra e ação. O trabalho é a atividade correspondente ao processo biológico do corpo humano, cujas necessidades vitais são produzidas e fornecidas. A condição humana do trabalho é a própria vida. Já a obra corresponde à não naturalidade da existência humana, proporcionando um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de ambientes naturais, destinando-se a sobreviver e transcender à existência da vida. A condição humana da

obra é a humanidade. A seu turno, a ação é a única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem mediação das coisas ou da matéria, e corresponde à condição humana da pluralidade – ao fato de que os homens (e não o Homem) vivem na Terra e habitam o mundo. A pluralidade é a condição da vida política.

Como já mencionado, Magalhães ([1985]2006), comentando a obra de Hannah Arendt, afirma que, ao fazer uma distinção entre três atividades humanas fundamentais – trabalho, obra e ação –, que correspondem a três condições humanas – respectivamente, vida, pertencer-ao-mundo e pluralidade –, a autora propõe uma separação entre duas esferas da vida humana: o trabalho e a obra correspondem à esfera privada, enquanto a ação corresponde à esfera pública. Todo o esforço de Arendt consiste em explicitar essa distinção (que correspondia, na Antiguidade, à distinção entre trabalho não produtivo do escravo e atividade produtiva do artesão) e as implicações que decorrem de seu não reconhecimento na era moderna. (MAGALHÃES, [1985] 2006, p. 4).

Além disso, Arendt (2010) aproxima o trabalho ao labor (*labor, Arbeit*), enquanto a obra está relacionada ao que é chamado de *work* ou *Werk* – ou, ainda, *das Herstellen*. Segundo a tradução de sua obra, o labor difere-se do trabalho, da mesma forma que o trabalho não produtivo se distingue da atividade produtiva. Na antiguidade, nas cidades-estados gregas, todas as ocupações não políticas, resultantes de demanda de tempo e energia dos cidadãos, eram vistas com desprezo. No geral, as atividades que serviam apenas para sustentar a vida possuíam tal conotação até o século XVIII. (ARENDT, 2010).

Para Gonçalves (1998), distanciando-se desse sinônimo de sofrimento ou penalização, o trabalho vai ganhando outro significado a partir do Renascimento. Por isso, atualmente, utilizo-me do termo labor para me referir ao que, na antiguidade, era denominado trabalho, conforme Arendt (2010): algo somente destinado à

subsistência e malvisto socialmente. Isso é diferente do sentido atual do termo trabalho, que segue a linha pós-Renascimento e adquire outra conotação, sendo bem-visto socialmente. Já o termo *labor* em português, bem como a palavra inglesa de origem latina *labor*, a francesa *travail* e a alemã *arbeit*, remetem ao significado de dor e de esforço dos que trabalham, permanecendo associadas à penúria e à miséria. (GONÇALVES, 1998, p. 109).

Ainda, pelo esforço que fazem e riscos a que se submetem, os catadores estão sujeitos à incerteza de não encontrarem resíduos, como me disse o Catador 6:

“Isso é uma coisa que é relativa, tem semana que a gente consegue ir bem, tem dias que a gente consegue ir bem, que às vezes, tem um dia que ele paga uma semana sabe? Como também, às vezes, a gente trabalha uma semana a gente já trabalhou até duas semanas assim, de olhar e pensar bah, mas não, a gente conseguiu o dinheiro daí naquele que eu te disse que a gente faz o reaproveitável, sabe? [...] porque eu sei que sem estudo é mais difícil as coisa, sabe. O trabalho pra quem não, o que é oferecido pra quem não tem estudo é um trabalho um pouco mais judiado, mais forçado, sabe, a remuneração é mais pouca sabe. Então, quem tem mais estudo já consegue já um salário melhor né, o que vai ter uma vida melhor, vai ter mais facilidade de ter uma casa, de ter um carro.”

Um dia, quando o encontrei na rua, perguntei-lhe sobre seu rendimento, pois percebi que o carrinho estava mais vazio. Ele me disse, então, que os meses de janeiro e fevereiro estavam “fracos” de papelão, lata etc. Além disso, o catador percebia que até mesmo o comércio da cidade estava com pouco movimento, o que significava menos resíduos gerados.

Ao se referir às características do trabalho de rua no Brasil, Durães (2014, p. 234) destaca que a primeira e mais tradicional corresponde ao fato de que o trabalhador “vive literalmente no limite da sobrevivência, provendo dia a dia a suas necessidades imediatas,

como alimentação e moradia [...] e qualquer dia de não trabalho é um dia a menos de conquista da sobrevivência". Como laboram para garantir a própria subsistência – e um dia sem labor significa, muitas vezes, o comprometimento da subsistência de sua família –, suas jornadas de trabalho são diárias. Mesmo que não façam seu itinerário de catação, permanecem absortos nesse labor, o que é possível depreender da fala do Catador 6, quando questionado se fazia o itinerário diariamente: *"Quase todos, às vezes, eu fico pra, maioria dos dias, às vezes, eu fico pra vender os material e pra selecionar sabe?"*

Portanto, é possível fazer a seguinte associação: no âmbito do trabalho, têm-se as profissões. No do labor, há as ocupações ou atividades que, muitas vezes, sequer são reconhecidas como ocupações. O trabalho garante o sustento do indivíduo, mesmo que ele não vá exercê-lo (férias, fim de semana), e lhe garante uma renda previamente estipulada. O labor é necessário para o sustento diário, e, quando não é exercido, não gera rendimentos. Nesse sentido, os catadores ainda não exercem uma profissão reconhecida, limitando-se a uma ocupação listada na CBO. Somadas a isso, as condições a que estão sujeitos para garantir sua subsistência – pelo clima, pelo esforço físico e especialmente pelo fato de que estão sempre imersos em sua atividade, sem descanso – levam à conclusão de que ainda estão sujeitos a um labor, que significa trabalho no sentido de tortura, cansaço e penalização.

3.3 "O 'LIXO' É DE QUEM CHEGAR PRIMEIRO": AS DISPUTAS NO CAMPO DO TRABALHO

Das observações dos catadores em seu labor, percebe-se que eles são atores sociais, imersos em um campo social. Dessa sua atuação no campo, emergem colaborações e disputas por espaço

e por posições. Essa categoria emerge de uma fala do Catador 10, que, durante uma conversa, iniciou me dizendo: *“até tem gente aqui passando a mão no que é dos outros”*. Em seguida, continuou narrando:

“Tem uma fruteira, e do lado tem um barzinho. E o dono do barzinho me dava o papelão né. Aí ele entrou no bar ‘o que que tu qué aqui’ ele disse. Não, eu digo, tenho coisa aí pra recolher. ‘É, eu também pego’ Não, tu vai pegar do outro, que é do bar. Esse aqui que é do dono do restaurante foi ele que me deu. Aí veio a mulher dele criando caso comigo ‘não ele disse pra ela’. Chama o teu marido.”

Por isso, a sociologia de Bourdieu (2004, 2005) ajuda a fundamentar essa análise, pois os sujeitos não são indivíduos predispostos a um sistema mecânico de determinação. Eles não são partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo, pois possuem disposições adquiridas chamadas de *habitus*, que são maneiras permanentes, duráveis, as quais podem levá-los a resistir e a opor-se às forças do campo, tentando modificar suas estruturas em razão de suas disposições, para conformá-lo a tais características. Há também um sistema de sanções e prêmios que permite a estruturação, em grande medida, da experiência prática – e é necessário perceber as estratégias dos atores em relação a tal sistema.

Mas o ator individualmente considerado não é o núcleo da chave analítica da teoria sociológica, mas sim as relações entre os diversos atores, ou ainda as relações entre posições no interior de um sistema ou “campo”. Aqui, reforço que, para Bourdieu (1993 *apud* JOAS; KNÖBL, 2017), os campos são espaços estruturados cujas propriedades dependem de posições no seu interior, que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes – mesmo que, em parte, essas características sejam determinadas por eles.

Por isso, Bourdieu (2004) explana que a noção de campo, então, designa um espaço relativamente autônomo – ou seja, é um

microcosmo dotado de leis próprias, que se diferem das leis sociais do macrocosmo. Essa autonomia é caracterizada pela sua capacidade de refratar e retraduzir, sob uma forma específica, as pressões e demandas externas.

Para Touraine (1996), o sujeito se cria e é definido pela sua liberdade, e não pelas funções; já o ator social fica centrado em si mesmo, e não mais na sociedade. O indivíduo torna-se sujeito quando se liberta das normas sociais do “dever do Estado”. Assim, “O sujeito integra identidade e técnicas, construindo-se como ator capaz de modificar seu meio ambiente e transformar suas experiências de vida em provas de sua liberdade.” (TOURAINÉ, 1996, p. 171).

Os catadores de resíduos sólidos, portanto, são sujeitos imersos em seu próprio microcosmo, que possui leis, regramentos e comportamentos próprios. Ao observar os catadores de Feliz-RS, percebi que, a partir dessa imersão no campo, eles constroem suas leis e regramentos, agem e se posicionam. Ademais, desses regramentos (ou da tentativa de criá-los) e das posições que assumem (ou buscam assumir), emergem as conformações de comportamentos e/ou conflitos. Essa constante ligação de oposição ou resistência ao campo – e também de conformidade a ele – por parte dos catadores (sujeitos) está condicionada a um sistema de prêmios (mais material reciclável, material de melhor qualidade) e de sanções (exclusão, conflitos).

Em razão disso, Joas e Knöbl (2017) destacam que não é útil que se analise o comportamento de atores individuais de forma isolada, como muitos teóricos da ação o fazem, sem desenvolver maiores reflexões – a não ser que também se determine a posição de um ator no interior de tal “campo”, na qual a ação se torne significativa em primeiro lugar. Por isso, a análise dos catadores como atores em seu campo permite depreender as próprias leis sociais estabelecidas especificamente nesse contexto, que podem diferir das leis sociais do macrocosmo.

Com isso, Bourdieu (2004) assinala que é importante a compreensão dos princípios do campo. Para ele, a estrutura das relações objetivas entre os agentes determina o que eles podem e não podem fazer. Disso, decorre a primeira norma do campo que é constituído pelos catadores: o “lixo” é de quem chegar primeiro. Há plena consciência de que o resíduo que está na rua não pertence a ninguém, de modo que quem primeiro chegar tem preferência para catar e selecionar.

Essa regra é de conhecimento dos catadores, e diversos deles me narraram de alguma forma que o que está na rua, disposto em lixeiras ou abandonado, não pertence a ninguém. Portanto, aquele que primeiro chegar pode se apropriar do material. No entanto, apesar de isso ser consolidado de fato entre eles, há tentativas de “expansões” ou de (re)interpretações da regra.

Uma tentativa de sobressair à regra de que o resíduo é de quem chegar primeiro é o argumento de que determinado lugar ou pessoa “guarda” o resíduo para um catador específico. Ao perguntar sobre seu itinerário de recolhimento de materiais, o Catador 10 me disse: *“Peguei papelón na padaria, o filho do véio dono da padaria gosta de mim, ele guarda pra mim”*. Indo ao encontro dessas falas, quando acompanhei o Catador 4 em seu trajeto de recolhimento dos resíduos, ele me falava constantemente que determinados lugares “guardavam pra ele (o material reciclável)”. Ele me disse: *“Tenho todas as lojas. A única loja que não tenho é a X¹⁵”*. Já o Catador 4 me disse que essa loja que ele “não tem” vende os papelões que gera, e por isso ele não pode recolher. Mesmo tentando, através da fala e da argumentação, criar a sensação de posse sobre os resíduos, o Catador 4 tem consciência da primeira regra do campo (quem chegar primeiro leva os resíduos) quando diz: *“Olha lá, olha lá....tem que tirar primeiro isso aí, se passa a outra mulher... Aaaahnnn... Se eu não ia passar agora a mulher já ia me tirar”*.

15 O nome da loja citada foi omitido no intuito de respeitar os cuidados éticos da pesquisa.

Dessa regra, surgem táticas por parte dos catadores, tentando melhorar sua posição no campo e fazer com que a catação dos resíduos lhes favoreça mais do que aos concorrentes. Nesse sentido, Catador 4 me disse: *“Eu dou pra cada... Eu dei um mel pra dona aqui. Semana passada eu comprei dois litro de (marca de refrigerante) e disse, tu me bota papelón do lado e não na frente. Quando eu cheguei lá, mas tinha um monte, tava assim...”*.

Percebi outra tática ao fazer o itinerário com o Catador 4. Quando chegamos ao centro da cidade, havia um carrinho de recolhimento de resíduos parado na praça central, próximo de todas as lojas que geram resíduos como papelão e plásticos, os quais são disputados pelos catadores. Esse carrinho pode ser visto na fotografia abaixo:

Fotografia 7 - Ocupando o espaço



Fonte: Registrada pelo autor.

A manutenção do carrinho, assim parado, é uma tentativa de sinalização para os demais catadores de que o espaço está ocupado, de que já existe alguém recolhendo resíduos na região. Como destacado por Bourdieu (2004, 2005), é uma tentativa de oposição

ou disputa no campo, para que uma nova regra seja conformada – o que representaria um “prêmio” maior ao sujeito. Pude perceber que o Catador 4 reagiu a esse carrinho parado e discretamente externou a crítica para mim, deixando claro que iria recolher os resíduos nos lugares que “guardavam” os materiais para ele: *“Tomara que a mulher vai vim daqui a pouco...só olhar o que ela pegou, o carrinho aqui pra eu não tirar aqui.”*

Em que pese a existência dessa tentativa de sinalização da ocupação do espaço, ainda prevalece a regra de que quem chegar primeiro passa a ser proprietário dos resíduos. Inclusive há o respeito a isso, como me narrou o Catador 6 em uma conversa, ao me dizer que, uma vez, ao chegar para catar em uma lixeira da cidade, viu que os Catadores 4 e 5 haviam chegado antes. Ele aguardou eles saírem para ir até a lixeira e ver se havia algo que lhe interessava. Vale ressaltar que, enquanto os Catadores 4 e 5 se detêm ao recolhimento de papelão, latas, plásticos e alguns metais, o Catador 6 se especializou também em materiais diversos, como eletrônicos, móveis e demais objetos que não são foco dos demais. Ele me disse que, nessa vez, apesar de os Catadores 4 e 5 terem chegado antes, o *“dinheiro foi deixado pra trás”*, pois não havia sido recolhido o material que tinha maior valor.

Outra tática desenvolvida em razão das disputas no campo social e também em respeito à “lei” que determina que o “lixo é de quem chegar primeiro” é iniciar cedo o itinerário e a catação, além de chegar primeiro no fim do dia, quando as lojas estão fechando e já dispõem de seus resíduos. O Catador 4 me disse: *“Quem leva, eles não têm tudo, né. Por isso tem que sair [...] Por isso tem que sair cedo de manhã né, por isso que eu falei pra ti ontem, 7:30 tem que sair”*. Já o Catador 10 me disse que inicia sua jornada às 6h da manhã, quando sai com seu carrinho de mão e passa pelo centro da cidade recolhendo resíduos que já foram colocados pela padaria e por outros estabelecimentos que começam suas atividades mais cedo.

Dessas pequenas disputas pela subsistência e por um pequeno ganho a mais, mas que são simbólicas e demonstram as personalidades dos indivíduos e suas caracterizações como atores e sujeitos sociais, emergem características e regramentos próprios. Apesar dessas disputas, muitas vezes as sutilezas nas falas procuram demonstrar suas vantagens no campo, ao mesmo tempo em que deixam clara uma superioridade em relação aos concorrentes. Como me disse o Catador 1, *“eu me dou bem como todo mundo, mas é aquilo ali né, eles não pegam firme, nem meu irmão, [o Catador 2], meu pai não pega firme. Com esse sol aqui, não vai aparecer ninguém pra catar.”*

Apesar dessas falas e de algumas disputas narradas, todos me disseram que se dão bem com os demais catadores – todos se respeitam. Contudo, ainda agem individualmente e em disputa no campo. Nesse contexto, os Catadores 11 e 12 me disseram que preferem não ir ao centro da cidade para evitar disputas e conflitos com os demais, bem como não mantêm contato com os concorrentes para que não exista atrito. Mas nenhum deles narrou qualquer conflito mais acentuado ou mesmo violência em relação às disputas que emergem no campo na busca por resíduos e pela própria sobrevivência. Por isso, é pertinente reconhecer o respeito mútuo que é mantido pelos catadores de Feliz-RS, ao mesmo tempo em que vislumbro que eles são sujeitos sociais, imersos em um campo próprio, onde buscam suas identidades e o exercício do direito fundamental ao trabalho e à vida. Mesmo com as dificuldades e os obstáculos que o labor exercido nesse campo próprio lhes oferece, a primeira e principal regra que emerge é respeitada.

A partir das entrevistas e observações, observei que nesse campo no qual estão inseridos, emerge também uma “ética de solidariedade” na própria concorrência entre os catadores. Isso porque a eliminação na concorrência significaria condenar o outro à morte, pela absoluta impossibilidade de prover o próprio sustento. Por isso,

sua concorrência é essencialmente diferente da visão liberal e cruel do termo, que visa eliminar totalmente o concorrente, enquanto aperfeiçoa seu próprio sistema. Aqui, o outro é mantido vivo e tem seus direitos reconhecidos. Então, apesar de regras e algumas disputas, que são apenas por melhores resíduos ou quantidade (pouco) maior, há, ao mesmo tempo, o reconhecimento ao direito à sobrevivência dos demais, o respeito de que todos estão trabalhando (laborando) e há, de fato, espaço para todos e que é possível que sobrevivam fazendo suas rotas e recolhendo os resíduos que estão dispostos nas ruas, contêineres e lixeiras da cidade.

Em suma, como salienta Souza (2011), trata-se de reconhecer os catadores e catadoras como atores sociais, imersos em um campo em que regras próprias emergem e são respeitadas, ao mesmo tempo em que esses sujeitos buscam exercer o direito ao trabalho e à vida. Para isso, é necessário compreender o conteúdo das várias atividades que eles exercem nos diversos locais e as suas formas de labor, as quais, embora não sejam institucionalizadas, são realizadas por esses sujeitos, que tornam a rua seu território de trabalho – e os restos de materiais reciclados (e não de lixo), um meio de sobrevivência cotidiana.

3.4 “*ELES TAMBÉM TÊM QUE GANHAR*”: AS RELAÇÕES CONSTRUÍDAS COM OS ATRAVESSADORES

Nesse mesmo campo social no qual se inserem os catadores de resíduos sólidos, emerge um outro ator que disputa, cria regras e interage com eles: o atravessador ou sucateiro. Também conhecido como o “homem da balança”, o atravessador é um intermediário na cadeia de logística reversa iniciada pelos catadores e que vai até a indústria. Segundo Conceição (2013), registram-se até três estágios ou

fases de intermediários em toda a cadeia reversa, que varia conforme o mercado e o grau de comercialização do material reciclado.

Dessas inserções dos atravessadores no campo da reciclagem, emergem diversos fatores e regras. Nesse sentido, como a pesquisa é focada nos catadores e em suas visões e falas sobre suas realidades de vida e de labor, a análise é centralizada nas suas falas e visões sobre essas relações e disputas construídas com esses outros atores, que são os atravessadores.

O que emerge para análise de imediato é a situação da inversão de uma lógica de mercado: são os compradores, no caso os atravessadores, que definem o preço pela mercadoria adquirida. Isso fica claro no relato do Catador 10, quando lhe questiono sobre o preço dos produtos: *“é o senhor que coloca ou é eles que colocam o preço?”* Ele responde: *“É eles que pagam, mais ou menos.”*

Todos os catadores me disseram ter uma boa relação com os atravessadores com os quais negociam atualmente. Mas, até chegar a esse estágio de relação, o campo foi permeado por disputas internas não somente entre os catadores, mas entre catadores e atravessadores. Ao encontro disso, o Catador 11 me disse: *“É que tinha uns que sabe, esse é que tinha que abrir o olho!”* E, complementando sua fala, sua esposa, a Catadora 12, disse: *“Te passava a perna no peso. [...] o cara aquele me falou umas quatro vez no dia o peso do ferro.”*

Em relação ao que é pago pelos atravessadores, o Catador 3 relatou:

“Eu vou dizer uma coisa pra ti, sinceramente eu tô, eu tô, como é que eu vou dizer pra ti? O meu tempo tá meio pouco, mas eu vou ter que sair fora um pouco daqui, São Leopoldo, Novo Hamburgo, pra tentar pegar uma empresa grande e vender direto minhas mercadorias. Porque no caso eu tô ganhando pra, o ferro eu vendo prum rapaz, ele pega aqui, R\$ 0,30 o quilo.

R\$ 0,30 o quilo de ferro, aí, do ferro velho, aí ele vende a R\$ 0,45 no caso, a última carga que eu vendi de ferro aí, eu não fiz muito, mas deu dois mil quilos e duzentos e pouco, deu seiscentos e poucos pila, só que daí quê que ele fez? Ele mandou o caminhão garra, do depósito que ele vende, quê que ele fez? Ele pegou ali no Caí, ele mandou um empregado dele vir no caminhão, o caminhão veio, carreguemo a carga com a garra, fumo ali na pesemo a carga e eu só fui lá receber [...] só que o quê que acontece, daí ele pegou e passou, botou mais um pouco da carga dele, no caso ele ganha R\$ 0,15 somente pra fazer isso aí, ganhou R\$ 0,15 praticamente pra pegar meu ferro ali, ele não gastou nada, intermediário, mesma coisa que tu pegar.

[...] Entendeu? E não gastou dinheiro, não gastou nada, e ganhou ali, praticamente ganhou R\$ 500,00, quase R\$ 500,00 ganhou quase assim, só pra aí tu faz as conta R\$ 0,15 dá trezentos pila dois mil quilo, com mais 200 é deu uns 300 e poucos pila, quase 400 pila ele ganhou. Mas só numa hora, sem fazer nada [...]”.

Por meio de relatos como esse, percebi, através das observações, que os catadores de Feliz-RS, após reunirem um volume em suas casas, negociam com os atravessadores ou sucateiros. Eles, por sua vez, com seu poder de barganha, depois de reunirem um grande volume, vendem o material para a indústrias que utilizam esses resíduos em seu processo produtivo, fechando o ciclo reverso. (CONCEIÇÃO, 2005, 2013).

O Catador 6, sobre sua relação com os atravessadores, disse-me:

“No início, não que talvez seja desonesto, é que no início, essas pessoas que a gente vende, eles não pagam muito, pagaram muito pouco sabe? Ofereceram um valor bem pouco, daí a gente já conheceu depois, acho que na terceira, ou quarta vez que a gente foi vender aí que nem eu disse, é muita procura por, há uma disputa nas pessoas que comprem para comprar material, uma disputa não uma disputa assim uma coisa de briga, uma disputa de preço, de preço e condição, aí a gente começou a conhecer outras empresas e começaram a fazer oferta melhor de preço que a gente pensou não, vamo que nem nós, nós temo ahn é uma empresa independente, nós não

temo nada assim de, tudo que a gente conseguiu foi sem, ahn, sem apoio sabe, sem apoio, foi vendemo, peguemo o dinheiro e nós corremo atrás, então a gente não tem o compromisso de venda com nenhuma empresa é aquele que fizer a melhor oferta, melhor preço.”

Dessas relações dentro do campo, as posições ocupadas pelos catadores e pelos atravessadores são desiguais; e, dessa desigualdade e das disputas por preço e margens maiores de lucratividade, emergem conflitos e situações de exploração do trabalho ou labor alheio. Por isso, é possível afirmar que, por estarem desprovidos de capital, de instrumentos de trabalho e de organização econômica e social, bem como de capacitação, os catadores encontram-se submetidos a uma lógica de exploração pelos atravessadores de materiais recicláveis. Os intermediários compram materiais coletados a preços irrisórios, chegando a um lucro de até 600%. Além disso, em alguns centros, instituem um sistema de aluguel de carrinhos para os catadores, instrumento indispensável para o trabalho. (ALVES, 2007). De acordo com Demajorovic e Lima (2013) o ganho dos intermediários na cadeia consegue margem de 100%, considerando-se o preço pago aos catadores e o preço final da venda dos materiais.

A expectativa de ganho e a frustração pelo que é pago podem ser resumidas na fala da Catadora 9:

“É, eles que nem São Leopoldo ali, eles pesavam naquela balança grande tudo, a carga do caminhão, o peso do caminhão e depois a gente tinha ali pra vender e ahh (suspiro) a gente ia lá com aquela montanha e pensava vou ganhar muito dinheiro (risada) ahhh, meu Deus só que eu trabalhava ali de 15 em 15 dia nós vendia um caminhão lotado de coisa, então dava em média R\$ 300, R\$ 400,00 mas ali ia tudo selecionado pra ganhar isso aí né, agora, se vai vender que nem os que vendesse por aqui, ganhava uma miséria, não ganhava quase nada...”

Por essa fala, é possível perceber que a única maneira de os catadores ganharem o suficiente para sua subsistência é pelo enorme

volume de resíduos que recolhem. O valor que lhes é pago é tão baixo que mesmo uma grande quantidade de resíduos recolhidos paga pouco, frustrando até mesmo as expectativas eventualmente criadas em razão da enorme quantidade recolhida. Nesse sentido, o mercado de compra e venda de materiais recicláveis é oligopsônico, de acordo com Conceição (2013), pois é composto por um número muito maior de vendedores do que de compradores. Além disso, os vendedores possuem escolarização baixa e pouco poder de barganha, devido à necessidade urgente de venda desses materiais para transformá-los em dinheiro para seu sustento. Essa soma de fatores leva a um mercado extremamente desigual em termos de rentabilidade.

Ao observar a quantia de resíduos acumulados na residência dos Catadores 4 e 5, questionei-lhes sobre os valores pagos ao eles. A Catadora 5 me disse: *“Isso vai tudo pro X¹⁶. Só que ele em vez de aumentá uma vez com o plástico, ele diminuiu com o preço, tu acredita isso? Baixou o preço! [...] Tudo classificado, é tudo limpinho.”* Quando perguntei quem coloca o preço, se são as empresas, ela me disse: *“Claro! (com um sorriso irônico). Mas ele, cada vez tá subindo o plástico lá (ao se referir ao valor de venda da empresa, após a reciclagem).”*

Isso mostra uma desigualdade gritante e uma inversão econômica: o preço não é definido por quem vende, mas por quem compra. E quem compra é quem possui mais recursos, além de saber que o catador precisa urgentemente do dinheiro para a própria subsistência. Então, trata-se de uma negociação entre desiguais – e quem sofre é o lado mais fraco, que são os catadores.

Ao ser questionada sobre a exploração do seu trabalho e sobre o pouco valor que lhe é atribuído, a Catadora 9 me disse: *“É os ‘suga-suga’ né, que quer ganhar em cima da gente e ganha muito em cima né, porque bah, eles não dão valor pro trabalho da gente né? [...]”* Nesse

16 Empresa da região que compra matéria-prima plástica dos catadores.

mesmo sentido, reproduzo a fala da Catadora 12 sobre o desgaste necessário para o recolhimento dos resíduos e sobre o valor que lhes é ofertado ou pago: *“Aí tu não tem graça tu te judiá, tu caminha longe, tu chegar torta em casa, iihhh tu separá e tu larga tudo caprichadinho e a pessoa te passar a perna.”* Na mesma entrevista, o Catador 11, casado com a Catadora 12, complementando a sua fala, disse-me: *“Eles querem tudo no capricho sabe, e ainda querem ainda passar a perna aí no pátio. Aí não tem graça trabaiá, aí tu tem que ganhar mais ou menos o que que vale o valor.”*

Esses relatos acima demonstram a desigualdade de forças que existe nesse campo, oriundas do próprio mercado de materiais recicláveis. Há sensação de exploração e de falta de valor pelo trabalho. Retornando à associação anteriormente feita neste livro, de que o catador realiza um labor, e não um trabalho, é possível reforçar tal categorização com essas sensações descritas pelos catadores: o seu trabalho não vale nada. O fato de receberem tão pouco pelo que é recolhido lhes passa a sensação de que sua atividade, seu labor, seu desgaste diário na busca pelos materiais nada vale além do irrisório preço pago pelo material. Então, o que vale é o material, e não seu tempo e esforço.

Isso reforça o estigma do catador e de seu labor, pois a atividade lhe exige um esforço descomunal para recolher quantidades enormes de resíduos, de modo que sua renda possa ser um pouco melhor ao fim das vendas. Também reforça outros conflitos sociais, como o acúmulo de resíduos nas casas e redondezas onde vivem os catadores. Como é preciso um grande volume de resíduos, esses atravessadores não passam diariamente, ou mesmo semanalmente, para comprar os materiais dos catadores. São semanas acumulando resíduos para que o volume compense (mais ou menos) a venda pelo catador e também potencialize o ganho do atravessador – acumulação que é possível ver na fotografia abaixo:

Fotografia 8 - “*Somente compensa pelo volume*”: fundos da casa e “centro de triagem” dos Catadores 4 e 5



Fonte: Registrada pelo autor.

Percebo que essa relação de forças e de (des)valorização da atividade dos catadores é potencializadora – senão a própria geradora – de muitas disputas e estigmas aos quais se sujeitam esses indivíduos. Conforme destacado por Conceição (2005, 2013), o valor absoluto e a agregação de valor nessas transações ficam com os atravessadores e a indústria. Os verdadeiros “donos” do “lixo”, que de fato laboraram e se colocaram em situações de esforço contínuo, expondo-se a riscos, recebem muito pouco no processo. Dessa forma, por possuírem o conhecimento do funcionamento da indústria, além de terem maior capital e volume, os atravessadores impõem o preço aos catadores, sabendo que eles ficam praticamente sem alternativas. Isso fica claro na fala do Catador 4:

“Veja bem, quando eu comecei isso há 5 anos, o plástico assim era R\$1,40. Aí o plástico de rolo que é usado pra agricultura ali, pra roça, o rolo de 500m era R\$ 110,00. Veja bem, agora tá R\$ 350,00 o rolo e ganho o mesmo preço ainda... 5 anos, não aumenta. Eu já reclamei lá, o homem disse ‘se achar outro lugar leva no outro lugar’.”

Pelo que observei – e considerando alguns questionamentos que fiz aos catadores de Feliz-RS –, há um mercado e alguma concorrência entre os atravessadores que lhes compram os resíduos. Essa concorrência não se resolve tanto no preço, mas sim nas disputas de reconhecimento dos catadores e na transparência (ou falta dela) com que conduzem as negociações. Se o catador se sente lesado ou considera que a relação não está lhe parecendo honesta o suficiente, não vende mais para esse atravessador e passa a negociar com outro. Esses conflitos e tentativas de enganar os catadores é constante, pelo que me foi narrado por vários deles. Destaco, aqui, a fala da Catadora 9:

“Mas, tinha dias que aaai (suspiro), sabe quando dá mais raiva, quando você fez uma soma e daí chega com outra (riso), eles foram em casa, e a pessoa teimar na tua frente, que não, ‘mas a tua balança não tá certa!’ Então, agente engolia aquilo, assim, isso meu Deus do céu! Isso dava uma raiva, dava vontade de parar, mas tinha que ir. Dava aquela raiva na hora, depois aí, é, vou ir, dava aquela vontade de ir pra rua, vamo buscar as coisa [...]”.

A margem de preços, com a consequente a dignidade e reconhecimento da atividade dos catadores através de um pagamento melhor, que lhe permita uma melhor condição de vida e condição social, ainda é uma utopia. Por certo, a lógica vislumbrada permanece a descrita pela literatura acadêmica: são os catadores autônomos, como é o caso dos que laboram em Feliz-RS, que recebem a menor parcela do valor gerado na cadeia de reciclagem, apesar de contribuírem com o maior volume do que é coletado. (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013).

Como destacado por Demajorovic e Lima (2013), são os milhares de catadores atuantes nas cidades brasileiras que

alimentam a enorme base de materiais reaproveitáveis que seguem o fluxo da logística reversa, construindo a cadeia de reciclagem, até serem por fim incorporados novamente em inúmeros processos e produtos. O quadro atual apresenta desafios para a construção de uma cadeia de logística reversa e de reciclagem eficiente que também assegure a inclusão social, com melhor distribuição de renda e com trabalho digno.

Com isso, faz-se necessário pensar em uma cadeia de reciclagem mais justa e que distribua os ganhos de maneira mais igualitária. E essa justiça depende de um olhar mais atento para a realidade e para o papel desempenhado por todos os atores sociais que dela participam – especialmente os catadores, mais frágeis e institucionalmente marginalizados no processo laboral. Caso contrário, como destacado por Barros e Pinto (2008), mantém-se o trabalho de catação como duplamente marginalizado, pois essa atividade encontra-se às margens da sociedade, dada a sua precariedade, e às margens da economia, já que aparentemente não gera valor, considerando o montante que é pago aos catadores pelo que recolhem.

4

**CONVERSANDO COM
OS CATADORES E CATADORAS:
REFLEXÕES FORMULADAS A PARTIR
DAS ENTREVISTAS COMPREENSIVAS**

Este capítulo é construído com base nas entrevistas compreensivas que foram realizadas com os catadores da cidade de Feliz-RS que participaram da pesquisa. As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas nas residências dos catadores, após encontrá-los nas ruas da cidade e realizar um contato inicial, solicitando a autorização para uma conversa mais longa e aprofundada. Sempre fui até suas residências, locais que me indicaram nessas conversas prévias, em horários que não eram os habituais para o recolhimento de resíduos na cidade. Isso foi feito de maneira a não prejudicar suas rotas e coletas – e, conseqüentemente, os rendimentos que garantem sua subsistência.

Apenas o Catador 8 foi entrevistado em um restaurante da cidade, pertencente à sua tia e a seus primos. Como não é um indivíduo disposto a muita conversa, ao encontrá-lo na rua e vislumbrar sua disposição para a entrevista, acompanhei-o até o restaurante. Sua tia e primos vieram conversar comigo após nossa entrevista, perguntando-me sobre as técnicas que eu havia utilizado, pois ele não conversa com eles; apenas faz os cumprimentos formais e agradece quando recebe a comida que lhe dão. Os demais catadores também me disseram que era possível que eu encontrasse dificuldades na entrevista. Mas o encontrei em um bom momento, e conversamos por aproximadamente meia hora, período em que me narrou um pouco de sua trajetória de vida, aprendizados e dificuldades do labor que faz.

A Catadora 9 não foi encontrada nas ruas da cidade, pois não trabalha mais com a atividade de catação de resíduos. Mas, ao procurar uma possível catadora, perguntando sobre isso no bairro, cheguei até ela, que me atendeu no pátio. Tão logo explicado o motivo de minha procura e o que pretendia, convidou-me para entrar em sua residência e me apresentou seu marido. Tivemos uma longa conversa, em que ela narrou sua trajetória, fatos e aprendizagens de quase vinte anos de labor com resíduos sólidos.

A entrevista compreensiva, segundo Kaufmann (2013), exige empatia e a construção de uma relação de confiança entre entrevistado e entrevistador. E, por isso, permite a construção de dados através desse diálogo relacional. As entrevistas foram pensadas e estruturadas para durar entre meia hora e uma hora, de modo a permitir conhecer as trajetórias de vida dos participantes, por meio de suas narrativas, buscando compreender especialmente como iniciaram o labor de catadores, como veem sua atuação e quais são as relações que constroem com os demais catadores, com o Poder Público e com a sociedade em geral. Apesar dessa estruturação prévia, com vistas a compreender as relações dos indivíduos a partir de sua atividade laboral, a entrevista se desenvolveu como um diálogo, no qual o entrevistado estava livre para me contar o que pensava e sentia. Eventualmente eu lhe fazia questionamentos sobre essas narrativas. A partir disso, tais relações construídas e narradas pelos catadores de Feliz-RS são percebidas e analisadas neste capítulo, dando-lhes o status de sujeitos desta pesquisa, cujas vozes e percepções são historicamente estigmatizadas e desconsideradas.

4.1 “USANDO A CABEÇA”: AS TÉCNICAS E SABERES DESENVOLVIDOS POR MEIO DO LABOR

Esta seção foi pensada a partir de uma fala do Catador 1, ao conversarmos sobre as diferenças que ele vislumbrava entre trabalhar como lixeiro para a empresa de limpeza urbana de Feliz-RS e atuar como catador de resíduos:

“Esse aqui é mais difícil, porque esse aqui o cara tem que ter uma cabeça, tem que juntar, tem que separar, tem que fazer a mesma coisa que 10 funcionários deles o cara faz sozinho. Eles têm lá, eles têm uma usina, aí o cara larga nos bag, o cara tem que ter o bag do cara. É que nem uma empresinha.”

A partir do termo “usar a cabeça”, percebi como é fundamental para os catadores a construção de saberes relacionados às suas práticas e como isso representa Educação. Com base nisso, passo a descrever e analisar falas dos catadores que coadunam com a existência de uma educação não escolarizada, que defendo ser uma educação informal, oriunda do labor e orientada para ele e para a vida desses indivíduos. É possível perceber que se trata de uma educação informal conforme a descrição de Libâneo (2010), segundo a qual há educação dos indivíduos de modo necessário e inevitável, porém sem atuação deliberada ou metódica, pela absoluta falta de objetivos preestabelecidos de maneira consciente – ou, como salientam Marques e Freitas (2017), devido à inexistência de um estatuto educativo.

Para Marques e Freitas (2017), a educação informal também tem como característica o fato de a aprendizagem não ser estruturada, e seus resultados acontecem nos processos de socialização. O processo é não intencional ou incidental, além de ser tradicionalmente de interesse de grupos oprimidos. É o caso do aprendizado dos catadores, quando, através de suas rotinas laborais, vão desenvolvendo suas técnicas e saberes de maneira não intencional (pois o objetivo é desenvolver melhor o labor e, com isso, garantir maiores ganhos e a subsistência), de modo que os resultados acontecem nesse mesmo ambiente.

Além disso, outra característica presente é a própria condução do aprendizado pelo catador, sem a presença de um professor envolvido, como salientam Marques e Freitas (2017): “[...] a educação informal, centrada no aluno ou no aprendiz. É ele quem conduz e faz o seu percurso. Na maioria dos casos, não há professor envolvido”. Por ser um processo centrado no indivíduo, cada catador desenvolve seus próprios saberes, suas técnicas e seu próprio trajeto de aprendizado e desenvolvimento pelo e para o seu labor. Portanto, a dimensão educacional que abordamos nesta pesquisa é a educação informal, baseada nas atividades da vida

diária relacionadas ao trabalho dos catadores e nas experiências que constroem enquanto buscam sua subsistência.

O primeiro saber desenvolvido pelos catadores através do seu labor diz respeito ao trajeto a ser feito e aos horários que devem ser “respeitados”. Sobre o trajeto realizado para que a busca pelos resíduos possa ser exitosa, o Catador 1 me disse: *“Agora tô indo todo dia. De manhã cedo vô atrás de um monte do caminhão”*. Por essa fala, percebi que a rotina dos catadores é diária na coleta e na separação dos resíduos. Além de sair cedo para recolher o material antes dos outros, como destacado na fala do Catador 4¹⁷, percebo que o Catador 1 desenvolveu a técnica de acompanhar o caminhão de recolhimento de lixo na cidade, para assim catar aquilo a que é possível atribuir valor na cadeia de reciclagem.

A Catadora 9 também percebeu que o caminhão do lixo, responsável pela limpeza urbana, fazia sua rota cedo pela manhã, de modo que ela tinha de se adaptar a ele e ao horário do comércio da cidade:

“Então, pra mim não tinha horário, eu saía, às vezes, três hora da madrugada, pra poder pegar antes do caminhão né, que passa que leva as coisas né, E então eu saía de madrugada, ou senão, esse horário aqui tava ainda, antes de fechar os mercado, que fechava os mercado e pegava tudo ali quase né [...]”

Dessa forma, além dessa “disputa” com o caminhão, ou da utilização dele como marco de referência para a busca dos resíduos, a Catadora 9 percebeu que, antes do fechamento dos mercados, havia acúmulo de resíduos que lhe interessavam, e isso orientava sua rotina.

Também há a necessidade de buscar locais e organizar a rotina para o recolhimento dos resíduos. Assim, O Catador 3 disse que o seu itinerário e o processo para o recolhimento dos resíduos ocorrem no

17 Assim narrou o Catador 4: *“Por isso tem que sair... [...] Por isso tem que sair cedo de manhã né, por isso que eu falei pra ti ontem, 7h30 tem que sair”*.

centro da cidade, quando ele vasculha as ruas de modo ordenado: *“Tenho, tenho, tenho aí eu pego ali o centro, pego rua por rua. Isso, rua por rua, lixeira também a gente bate na lixeira, pega nas lojas, nas lixeiras, oficina também ali, ferro velho também.”* Ele vive longe do centro, como foi mostrado em mapa anterior (item 5.2), e seu local de moradia e estoque dos resíduos que coleta é no interior. Assim, considerando que o percurso no sentido centro-bairro é composto basicamente por subida, ele faz o trajeto de VW Kombi.

“Eu venho na Kombi, traz carregada de bugiganga dentro. [...] Eu deixava na frente da sapataria a Kombi e pegava o carrinho e ia, aí eu trabalho com o carrinho e largo dentro da Kombi. Agora eu deixo a Kombi, se tu descer o hospital, lá embaixo depois de passar ali aquela coisa, de xaixão da funerária ali, tem uma rua que tu entra e tem uma avenida larga. Eu deixo lá no mato lá a Kombi e pego o carrinho, o carrinho tá lá, tá lá o carrinho carregado com papelão e [...]. Aqui ninguém mexe nada entendeu? Aqui é bom, por isso.”

Além de saber a rota a ser feita e os horários a serem respeitados para que possam catar os melhores resíduos (em termos de valor) e em maior quantidade, há o desenvolvimento de saberes relacionados à identificação e à valoração do que é encontrado. Essa identificação do que tem valor representa, para os catadores, menor peso a carregar, como já salientado pelo Catador 8 em item anterior desta obra. Isso também evita que eles levem para suas residências, que são seus centros de triagem, resíduos que não são comercializáveis e que se tornam lixo no entorno onde vivem.

O conhecimento dos resíduos, sua identificação, separação/triagem e destinação são saberes que os catadores desenvolvem no seu labor, os quais são valiosos para a indústria da reciclagem, podendo abrir-lhes as portas da formalidade nesse campo, como percebi na entrevista com a Catadora 9:

“Até vou começar a trabalhar na reciclagem, lá no X¹⁸, dia 16. Segunda eu vou lá no médico e daí vou, dia 16 eu vou começar, aí eu fui lá, fiz o teste, essa semana que passou, aí a mulher telefonou, tu passou, eu disse sim, eu já trabalhei com essas coisa, com plásticos né, eu trabalhava com tudo né, latinha, ferro velho, ahn pet, ahn leitoso, Q’boa, tudo que é coisa a gente lidava né [...]”

Esse saber construído pelos catadores, relativo a como separar os resíduos, têm origem na própria luta pela sobrevivência. Caso os resíduos não sejam separados e devidamente classificados, não possuem valor comercial, como é relatado pela Catadora 9:

“[...] mas ali ia tudo selecionado pra ganhar isso aí né, agora, se vai vender que nem os que vendesse por aqui, ganhava uma miséria, não ganhava quase nada e então as latinha, o cobre, o alumínio grosso, o alumínio fino, a panela, tem vários tipo né, que nem que molha, ah, vai tudo igual não é tudo igual, e o inox, os motorzinho né? Da geladeira, essas coisa, tudo separado também. Lá em São Leopoldo eu ganhava cada motorzinho a R\$ 10,00, aqui era cinco.”

Os Catadores 6 e 7, além de fazerem a separação dos resíduos para uma valoração maior, contaram-me que “criaram” uma “nova categoria”: o “reaproveitável”. É como eles denominam o que encontram e não destinam à logística reversa, mas comercializam diretamente a novos consumidores.

“Assim, a reciclagem era uma ideia antiga já, eu já tinha observado outras pessoas que trabalhavam com isso e também eu via assim, que ia bastante coisa, coisa fora assim, sabe, até muitas delas foi reaproveitável, porque a gente trabalha aqui com a reciclagem que é reciclagem de, de materiais, mas também com coisas reaproveitáveis, e isso é tudo, é uma porta, é um sofá, é um balcão, é uma televisão, tinha essa televisão aqui, e a é, ela veio do lixo. DVD, nós temos uns três DVD aqui, é uma televisão que funciona, esse ventilador aqui,

ele veio do lixo. Então, aqui nós bem dizer, mobilhemo a casa com coisas que o pessoal botou fora sabe, e a gente viu que era proveito. E aqui a gente é procurado também por muitas pessoas que, às vezes, não tem condição de comprar novo, eles ahn eu vou lá ele tem vai vender baratinho, e tal, e daí a gente faz isso daí que nem...”

Assim, além de mobiliar a casa e vender certos itens para os vizinhos, os Catadores 6 e 7 também mencionam uma outra forma de comercialização dos resíduos, que nomeiam de “reaproveitáveis”:

“Vem máquina de lavar roupa, é uma coisa que eu já trabalho aqui também com uma parceria com o pessoal que arruma máquina de lavar sabe, tem uns dois, três, eu acho daí o pessoal me dá, ou às vezes, colocam até fora, na calçada, a gente vê que é lixo, ali do lado da lixeira, nós carrega e traz e daí o pessoal, a gente que precisa de peça pra, pra, pra máquina sabe? Daí eu vendo a, muitas vezes, eu vendo inteira, é que nem ontem, o senhor chegou, tinha uma pessoa ali né? Aqueles ali, eles vieram pra comprar a máquina aqui, aí eles levam lá, eu vendo um preço assim que pra mim, eu tô ganhando porque eu achei ela, muitas vezes ganhei, não me custou nada, só o ter que carregar lá e trazer, então e ela vendida como sucata, o valor, o valor da sucata é muito baixo, então se eu conseguir colocar ela no mercado de novo assim, já como tá é melhor, eu consigo um dinheiro um pouco melhor daí. Um valor um pouco melhor, e na verdade, quem trabalha com reciclagem, poucos têm a ideia de recuperar, assim, alguma coisa, tudo.”

É possível perceber que, com a visão de reaproveitamento dos produtos, o valor que é recebido por esses catadores é maior do que a sua venda como sucata. Dessa forma, alguns resíduos não passam pelo retorno à cadeia reversa, pois são recolocados no mercado novamente de outro modo. Nesse sentido, o comércio de resíduos reaproveitáveis condiciona o olhar do Catador 6, que me disse perceber quando determinado material servirá para alguém que conhece:

“O pessoal que vem aqui, eu falo a tem de repente dava pra usar, é material, tudo é material, qualquer coisa se aproveita, só

se é pra si mesmo sabe, e eu olho uma coisa eu penso, bah, de repente isso aí sirva pra outra pessoa sabe. Daí se a gente já tem a gente consegue vender daí pra, ventilador a gente vendeu bastante, térmicas, porque a térmica, às vezes, a gente que acontece, a térmica é oca, ela quebra o vidro, o pessoal bota fora. Aí eu trabalho, aí eu tiro o vidro né, coloco o vidro num saco ou numa caixa, deixo na lixeira, trago o casco, às vezes eu acho uma térmica com o vidro bom, e o casco tá feio daí o que eu faço? Eu tiro e a gente vende, uma nova custa uns 80 e a gente vende por 40 pila, comparação sabe, e foi umas quantas já, várias. Ventilador, a gente já vendeu, televisão, teve uma época que as loja tavam com uma promoção de dar uma televisão velha que a gente, que daí tu dava a televisão velha acho que na entrada de uma nova, ou coisa assim [...] a gente carregou mais de 20 tv, e ao total acho que deu umas 50 tv. Geladeira também e muitas delas assim, tipo umas 20 funcionava e a gente conseguiu tudo vender pro pessoal que não tem condição de comprar uma nova, ou até nem quer comprar uma nova sabe, eles vêm aqui e a gente vendemos. Então, a gente trabalha assim, sabe, não é só o material porque o material tem material que é muito pouco valor, sabe.”

Então, a partir dos baixos valores pagos pelos resíduos que recolhem e separam, os catadores vão desenvolvendo técnicas para saber quem paga mais pelo material recolhido e se posicionando em um mercado onde são a parte mais fraca, para, com isso, conseguir uma maior retribuição pelo labor que desenvolvem. A exemplo disso, a Catadora 9 me disse:

“É os ‘suga-suga’ né, que quer ganhar em cima da gente, e ganha muito em cima né, porque bah, eles não dão valor pro trabalho da gente né? Aí eu disse não, vou, eu ia com o caminhão até lá, depois vinha de ônibus, mas pra ganhar um pouco a mais né, aí os outros que não ia até lá, ganhava menos, eles diziam tá, mas (Catadora 9) como é que tu consegue?! Oh, tem que ir estudando, tem que ver quem dá mais (risos), eu telefonava, conversava, aah, mas você pode ir até lá? Posso ir, não tem problema, aí olhava ficava olhando lá naquela balança, cuidando, que dizer, eu não vou trabalhar aí dia e noite pra não ganhar nada né?”

Percebo, na fala da Catadora 9, que ela utiliza o termo “estudar”, o que demonstra que há uma reflexão e um aprendizado orientado para a atividade que exerce – para o seu labor. Logo, há educação nesse contexto onde estão inseridos, que defendo ser uma educação informal. Ao “estudar” os canais reversos e os atravessadores da cadeia reversa que se inicia com os catadores, bem como ao descobrir informações através de telefonemas e conversas, a Catadora 9 foi desenvolvendo uma educação própria, sem a presença de um docente, mas que lhe resultava em ganhos melhores em comparação com os demais catadores.

Outro saber desenvolvido se refere ao foco específico de recolhimento de resíduos, resultando em uma especialização em um tipo de material. Uma conclusão lógica, porém apressada, leva a crer que o catador deveria recolher o que mais tem valor – o resíduo que é depois revendido pelo preço mais alto. Contudo, o Catador 6 me disse que, apesar de o metal ou o plástico possuírem maior valor de revenda, o resíduo mais abundantemente disponível para os catadores é o papelão. Então, a dificuldade e o tempo para recolher metal ou plástico, que pagam mais, acabam sendo menos interessantes em termos gerais do que focar no recolhimento de papelão, que, apesar de pagar menos, é abundante e rapidamente recolhido. Assim, trata-se de um saber construído de maneira a compreender o todo do processo, e não apenas um resultado simples e imediatista, de focar apenas no que possui maior valor.

Neste mesmo sentido, o Catador 1 me disse que seu maior rendimento é pelo recolhimento do papelão, devido à facilidade de encontrá-lo em maior quantidade. Como salientado no início desta seção, esse catador utiliza o termo “usar a cabeça” e se referiu novamente a ele. Dessa forma, ele recorreu à sua sabedoria para recolher a antena que ganhou de uma moradora da cidade somente ao término de seu itinerário, pois assim evitou carregar peso durante

o trajeto. Além disso, o catador mantém o carrinho livre para colocar mais resíduos que eventualmente encontre no trajeto:

“O papelão é o que mais dá, mas é que nem ali agora eu ganhei uma antena. Eu ganhei uma antena, uma antena vale 20, 21 real. Mas daí eu usei a cabeça, eu vou pegar no final, botar ela em cima sabe. Ali eu ganhei 20 pila, eu ganhei 20 pila em questão de um minuto. Claro não é questão de um minuto, tem o tempo que eu saí de lá, tudo isso já tá me pagando sabe, isso tá me pagando. Que nem eu vou ganhar numa média catando, trabalhando assim eu vou ganhar uma média de 10 pila a hora.”

Nesse sentido, o Catador 3, ao refletir sobre a relação com os atravessadores e o ganho que fazem através do labor dos catadores, assim falou: *“Mas só, numa hora, sem fazer nada, eu poderia ganhar esse dinheiro eu direto, sem, quer dizer, eu vou pesquisar, eu tenho que me, como é que eu vou dizer, vou ter que melhorar entendeu, tem coisa que tem que melhorar, senão...”* Essa fala demonstra o sentimento de desenvolvimento pessoal orientado para o trabalho que emerge das próprias práticas. Mesmo sendo analfabeto, o Catador 3 fala em realizar uma pesquisa, baseada no sentimento de que deve melhorar sua prática laboral, para que, com isso, possa eliminar intermediários na cadeia reversa, ou então obter maior poder de negociação com eles, com vistas a aumentar sua renda.

Outro saber ou técnica desenvolvida por alguns dos catadores se refere ao clima. Como muitos me relataram, entre o frio e o calor a que se sujeitam nas suas rotinas, eles preferem o frio. Mas o pior para eles é a chuva, pois isso significa um dia sem trabalho. O Catador 8 me disse que, como recolhe os resíduos a pé e os coloca em um saco que leva em suas costas, faz sua rota mesmo em dias de chuva, pois utiliza uma capa. Por sua vez, o Catador 4 me disse que, como recolhe papelão e plásticos que carrega em seu carrinho, está desenvolvendo uma “cobertura” para não molhar o material recolhido. Por enquanto, ele utiliza um plástico que é colocado por cima do carrinho, como pode ser visto na imagem abaixo:

Fotografia 9 - “Eu trabalho em dia de chuva”



Fonte: Registrada pelo autor.

Com o desenvolvimento dessas técnicas, dias de chuva não são mais um dia sem labor e sem ganho, pois eles conseguem manter sua subsistência. Há, ainda, reflexões sobre como melhorar a situação atual, adaptando seus recursos e estruturas para que o labor seja desempenhado sempre.

É tocante a fala do Catador 1, que me disse que, recolhendo os resíduos, há um aprendizado; há uma sabedoria em relação a receber dinheiro e a não passar fome. Ele compara a catação ao trabalho como lixeiro e à falta de aprendizados nessa atividade – apesar de ser um trabalho formalizado e institucionalizado –, sobre a qual seu relato destaca apenas a exploração do indivíduo:

“[...] eles não te dão valor, tu não aprende nada. Tu vai aprender o quê no caminhão do lixo? Vai ganhar teu salário, tudo bem? Vai ganhar cartão alimentação, tudo bem? Mas tu vai sair daí, o dia que eles te mandarem embora, tu vai saber fazer o que? Vai saber fazer nada, vai passar fome. E isso aí tu não passa fome. Isso aí tu sabe fazer dinheiro.”

Sobre o processo de aprendizado e o desenvolvimento contínuo ao longo do tempo e através do seu labor, o Catador 6 refletiu:

“[...] e começemo a reciclar, no início foi um pouco difícil assim, porque foi uma coisa que a gente não tinha, eu nunca tinha trabalhado com isso né, nem ela, a gente não tinha noção assim, de valores sabe? A gente sabia o quê que era material, só que a gente não tinha noção de valor, e aí isso aí, um pouco foi, foi ruim no início sabe? [...] Na verdade era também que a gente não tinha, a gente não tinha assim, noção dos horários, que a gente achava que esse horário tinha mais, mais material sabe? E depois, com o tempo, a gente e o que mudou também a nossa rotina foi contêiner, antes o nosso horário, era aquele. Daí assim, a gente não tinha como era nas lixeira, as coisas ficavam muito a vista, e daí o pessoal geralmente colocam as coisa mais de noite, mesmo sabe, e daí a gente tinha que tá sempre no horário que eles colocavam a gente passava e pegava. Só que agora eles colocaram dentro dos contêiner, antes ficava a vista as coisa, aí tinha pessoas que não, tem muitas pessoas que, na cidade, ou não sei se nos outros lugar também, mas aqui eu já vi, que eles ahn, eles mexe também no lixo, eles pegam coisas do lixo, mas tudo isso não querem que ninguém veja, sabe, tem bastante, eles saem procurando, mas daí é coisas assim, também específica pra eles, não é material reciclável que eles pegam, é tipo, catando ver se tem alguma coisa ali que [...] que interesse sabe, e daí. [...] Agora já não, agora já, como tem os contêiner a pessoa tem que botar a cara dentro da lixeira daí...”

Nessa fala, senti o movimento de construção de aprendizados e de desenvolvimento ao longo do exercício do labor, pois o Catador 6 refere-se ao início como um período difícil, pelo desconhecimento e pela “falta de noção”, especialmente de valores. Isso os colocava em posição de fragilidade frente aos atravessadores. Outro aprendizado construído foi a noção do funcionamento da cidade em relação a horários e geração de resíduos. A falta desse saber, inicialmente, levava a jornadas mais prolongadas com menor resultado. Mas, com o labor e a observação a partir da experiência, houve o domínio de aspectos relativos a locais onde os resíduos são gerados e a horários que permitem a melhor organização da jornada e dos itinerários.

Vale pontuar que a presença de contêineres também foi ressaltada por esse catador, confirmando aquilo a que os demais participantes se referiram: a presença dos contêineres foi benéfica para suas atividades de catação de resíduos.

Continuando nossa entrevista, abordando como o labor permitiu desenvolver esses conhecimentos e habilidades, o Catador 6 disse:

“É, a gente aprendeu tudo na prática. No início foi um pouco assim, que a gente não conhecia valores e coisa daí a gente vendeu umas duas, três vezes a pessoa não foi muito honesta com a gente, só que a, a reciclagem, ela é um mercado grande, ela é um mercado meio que desconhecido pras, pras pessoas, mas é um mercado grande, tem muita gente envolvida nisso, e gera bastante dinheiro, não digo na, na mão de nós que semo pequeno, que vendemo pra, que catemo, os coletor não é tanto, mas as pessoas que compam, imagina a sucata que a gente tem aqui, ela vai parar na (empresa) X¹⁹, olha o a empresa X.”

Nessa fala, é possível verificar o conhecimento da indústria da reciclagem e da cadeia de logística reversa. Tal relato mostra a reflexão e o aprendizado do ingresso em uma atividade até então desconhecida, desde os percalços iniciais ao negociar até a evolução atual, chegando ao reconhecimento de que, no início, não houve um tratamento digno à atividade. Isso também demonstra a percepção de seu papel dentro do ciclo reverso e da indústria: seu labor gera dinheiro, mas o lucro fica nas mãos das grandes empresas, e não dos catadores. Então, é perceptível sua noção de pertencimento a uma cadeia reversa e a uma indústria, pois o catador reconhece a importância da relação com os atravessadores – especialmente quando não se tem conhecimentos suficientes sobre o valor do material –, além de saber que, apesar de um tanto quanto desconhecida do público em geral, essa indústria da reciclagem gera muito dinheiro, que acaba sendo mal distribuído pelos atores que dela participam – especialmente no que se refere aos

catadores, parte social e economicamente mais fraca dessa cadeia informal de logística reversa.

Como proposto nesta pesquisa, os saberes desenvolvidos pelos catadores envolvem o pertencimento a uma cadeia de logística reversa que alimenta a indústria da reciclagem. A orientação por eles construída está em consonância com Oliveira (2016), quando afirma que a vida útil de um produto não termina com a entrega ao consumidor final, dado que o produto ou suas peças podem voltar ao fabricante para conserto, descarte ou remanejo. O Catador 6, inclusive, percebeu que ele pode remanejar peças e produtos para recolocá-los no mercado. Nesse sentido, todos os participantes têm a percepção de que estão envolvidos em um ciclo da logística reversa, que é favorável ao meio ambiente e que representa oportunidade de lucro (o qual é muito maior para os atravessadores e para as grandes empresas do que para os catadores).

Em termos educativos, ressalto também que essas cadeias de logística reversa não são somente usufruídas pelos catadores, pois eles as criam – apesar de a responsabilidade pela criação e manutenção dos canais de logística reversa competir aos fabricantes, distribuidores e comerciantes elencados na PNRS, no art. 33:

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV – óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI – produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no caput serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados. (BRASIL, 2010).

Na falta dos canais estruturados para recolhimento de pilhas, baterias e eletroeletrônicos, bem como de acordos referidos no §1º, os catadores “criam” os canais reversos através de seu trabalho e de seu processo educativo, aprendendo sobre como selecionar e vender materiais e sobre o caminho que esses produtos percorrem na cadeia reversa. Então, sinteticamente, a logística reversa operacionaliza o retorno dos resíduos após o momento em que são gerados, possibilitando sua revalorização e reinserção econômica. (GUARNIERI, 2011). E esse movimento é iniciado, muitas vezes, pelos catadores, através do que denomino “logística reversa informal”, ante a ausência dos canais estruturados pelos responsáveis legais por esse retorno dos resíduos na cadeia produtiva.

Também, por meio das entrevistas com os catadores, foi possível ligar suas percepções e falas às teorias sociais da educação, conforme Bertrand (2001), pois esses indivíduos atuam de maneira a mudar e reconstruir a sociedade atual, com novas perspectivas sobre o lixo e os resíduos urbanos. Além disso, trata-se de uma educação que envolve conhecimentos múltiplos, desde a convivência com outros

catadores, com a sociedade em geral e com o Poder Público, até a cooperação, a criatividade e o pensamento inventivo desses sujeitos para sobreviverem da catação. Tais conhecimentos adquiridos são baseados em processos de observação-reflexão-ação, pois não há qualquer formalização dos aprendizados que constroem.

Complementando esse raciocínio, fica claro que esses processos educativos constituídos pelos catadores estão, conforme salientado por Libâneo (2010), muito além de uma dualidade docente-discente. Nesse contexto da vida social, os espaços de convivência, a própria rua e a cidade formam um ambiente que produz nos catadores efeitos educativos. Muitas vezes, podem não ser atos intencionais ou conscientes, pois não são realizados em ambientes institucionalizados e não se destinam a sujeitos determináveis, visto que o campo dos catadores é variável. Mas, de fato, a educação ali presente é refletida nesses conhecimentos narrados, experiências e maneiras de pensar, no vislumbre de oportunidades, em regras de convivência e em princípios que orientam suas condutas diárias.

No âmbito de um viés de Educação Ambiental, percebo que a educação que emerge dos catadores de Feliz-RS, através de suas práticas laborais, está em consonância com a educação ambiental como educação política, defendida por Reigota (2014):

A educação ambiental como educação política é por princípio: questionadora das certezas absolutas e dogmáticas; é criativa, pois busca desenvolver metodologias e temáticas que possibilitem descobertas e vivências, é inovadora quando relaciona os conteúdos e as temáticas ambientais com a vida cotidiana e estimula o diálogo de conhecimentos científicos, étnicos e populares e diferentes manifestações artísticas; e crítica muito crítica, em relação aos discursos e às práticas que desconsideram a capacidade de discernimento e de intervenção das pessoas e dos grupos independentes e distantes dos dogmas políticos, religiosos, culturais e sociais e da falta de ética. (REIGOTA, 2014, p. 15).

Os catadores entrevistados e observados desenvolvem sua prática laboral enquanto criam novas maneiras de interagir com a sociedade, os atravessadores e o Poder Público, relacionando os aprendizados que vão construindo com a própria vida cotidiana, de modo que acabam aproximando os diálogos científicos e populares. E, ao se estabelecerem como um grupo de pessoas necessárias à logística reversa e à indústria da reciclagem, colocam-se como indivíduos críticos em relação aos discursos e práticas que desconsideram a sua capacidade de intervenção e de discernimento.

Contudo, os saberes desenvolvidos pelos catadores ainda não são suficientes para fazê-los sair da condição frágil em que se encontram e da posição mais subalterna da logística reversa e da cadeia da reciclagem. O maior ganho seja pela venda por um preço maior, seja pelo recolhimento mais ágil ou em maior quantidade não representa a valorização da atividade, pois permanecem fragilizados em sua atuação e sem partilhar, mais igualitariamente, os resultados de um mercado que gera bilhões de reais por ano.

4.2 “NÓS NÃO FAZ BAGUNÇA”: O APOIO DO PODER PÚBLICO E DA SOCIEDADE (OU A FALTA DELE)

O título desta seção se origina de uma entrevista em que o catador me disse: “*nós não faz bagunça*”. A partir dessa fala, é possível analisar que os catadores estão imersos em um campo cujas regras não são feitas somente por eles e que, apesar de construírem muitas delas (que são próprias e restritas aos catadores), tais indivíduos sujeitam-se a aprovação ou desaprovação, bem como ao cumprimento de regras e ditames impostos pela sociedade e pelo Poder Público. O campo social ocupado pelos catadores, então, é a cidade, local

de labor onde constroem suas identidades enquanto recolhem os resíduos que lhes garantem o sustento. Além das disputas naturais dos agentes do próprio campo – que emergem entre os próprios catadores – e da presença constante dos atravessadores, outras relações são construídas por eles durante o labor: trata-se de relações com o Poder Público e com a sociedade em geral.

Essas relações podem ser positivas, de apoio e incentivo, ou mesmo de disputas com os catadores, devido ao estigma e à falta de compreensão sobre o labor que exercem. Dessa maneira, os catadores podem ser vistos como inoportunos, inconvenientes, que causam um mal pelo seu labor, ou como pessoas que estão honestamente laborando e garantindo sua sobrevivência e que, com isso, contribuem para a limpeza urbana e, (in)diretamente, para o desenvolvimento ambiental.

Questionei aos catadores, durante as entrevistas, como eram suas relações com a sociedade em geral. A partir de suas falas, é possível perceber que as relações por vezes são positivas, de respeito e aceitação de que estão realizando seu labor. Contudo, existem focos de conflito com alguns membros da sociedade.

A Catadora 9, ainda quando questionada sobre os aprendizados através do labor, acabou por me falar que um dos aprendizados era relativo às relações que mantinha com a sociedade e com indivíduos que ora lhe tratavam bem, ora nem tanto:

“Olha, aprende de tudo um pouco porque olha, tem pessoas boas, e tem pessoas ruins. Tem pessoas tão ruins assim que eu chegava perto da lixeira, tava tudo pronto já, mas umas duas, três vezes me aconteceu isso, eu chegava tava pronta assim pra mim pegar, a mulher ia ali e recolhia, ou home né, na hora do caminhão sabe, aí eu ah, vou me cuidar, aí eu vou ir mais cedo, a muié me cuidava (risos) sabe, tem umas pessoas assim, eu não sei meu Deus do céu! E daí um dia disse assim, aha, eu tive que responder! Que ela me fez umas duas, três vezes né, vai

guardar pra levar no caixão!? O quê que tem!? Não pode me dar!? Não quer me dar, então não coloca ali, coloca só então na hora que tá vindo o caminhão! Porque pra recolher assim, a gente né?! Ela botava daí quando vinha o caminhão nós pegava entendeu? Depois ela vinha e me chamava pra dar as coisas.

[...]. E tem umas pessoas tão boas, assim, que não precisa nem, aí chamam e já deixam prontinho pra gente ali, tá aqui ó, guardei pra você, guardei essas latinha pra você, você quer?! (riso) Guardei isso, guardei aquilo, selecionam tudo certinho, tem uns que eles colocam tudo quanto é coisa dentro assim, pra gente aaaiiii, se anotar, porque daí ia mexer dentro daquelas coisas que daí não separam, bota mão em cocô, bota a mão em, bota mão em bicho, bota mão em, eles botavam até bicho vivo assim, taco, fui pegar aiii. Então eu passei cada uma assim sabe? Eu passei também as minha, meu Deus! Credo, o que tem que passar nessa vida. E tem uns tão bom que colocam as coisas, às vezes eu ia e bah, como é que eu vou carregar isso? Ia ligeiro e vinha de madrugada, fazia, duas, três viagens não sei o quê, eu ia por tudo, eu ia na Feliz, ia no Matiel, ia pra tudo quanto é lado correndo. Como é que tu consegue carregar isso (Catadora 9)? Conseguindo, eu tenho que sustentar a minha casa, tenho que ter meu dinheirinho. É assim (risos)."

Nesse mesmo sentido, o Catador 1 me disse que, inicialmente, as relações com a sociedade não eram muito amistosas, pois havia conflitos. No entanto, após algumas situações não tão cordiais, houve uma aceitação e compreensão de que os catadores estão laborando:

"No começo eles queriam travar. No começo eles queriam, não tavam aceitando. Chegavam avacalhando, chegavam a tirar foto do cara. Vocês querem avacalhar? Tiravam foto e mandavam lá pro Prefeito e diziam que tava tudo revirado no chão. Às vezes eu ia ajeitar a carretinha e eles iam tirar foto com tudo meu material no chão. Daí eu falei pra eles assim tá: tu tem essa foto aí com meu material no chão, mas tu tem a foto depois que eu saí com meu carretão? Tu tirou a foto, que eu deixei tudo no chão? Aí eles ficaram quieto. Agora aceita melhor, porque não tem, tu vai ver, eu vou sair dali vai tá o lixo dentro do contêiner. Daí tem um pessoal bah, vocês vem e deixam tudo rasgado, tudo coisado. Daí eu falei tá, mas aí eu trabaiei no caminhão do lixo,

tem aquele braço, aquele braço ele pega e bota tudo pra dentro pra não ficar uma borrega. Por isso eles são pago pra fazer isso. E pra nós é até uma ajuda pra eles sabe por quê? Porque eles podem usar a malandragem os guri e dar um pedalaço e pegar só por cima, aí não tem como, até é melhor pra Prefeitura, porque daí tá tudo rasgado. Tá, mas esse rasgado aqui? Aí eles têm que erguer pra tirar os rasgado.”

Apesar de existirem esses conflitos iniciais, que podem ser oriundos da falta de compreensão da sociedade em relação ao trabalho dos catadores, todos me disseram que, após essas situações conflituosas, emergiram demonstrações de aceitação e até mesmo de apoio da população local. Mesmo assim, é de se ponderar que essa narrativa pode ser parte de uma tática de sobrevivência.

Observo ainda que, não obstante a apresentação do termo de compromisso e da ciência do caráter acadêmico da pesquisa, as próprias histórias de vida desses catadores podem levá-los a evitar conflitos com setores da sociedade. Como eles não sabem quem vai ter acesso à pesquisa e quem vai ler esses relatos, é possível que, para eles, seja melhor passar uma ideia de que está tudo bem. Nesse âmbito, saliento que, quando fui morar na cidade de Feliz-RS, ouvi da população local que a cidade tinha oportunidades de trabalho, que “não trabalha quem não quer”. Talvez, o ato de mexer nas lixeiras e contêineres e retirar os resíduos não tenha sido plenamente compreendido por parte da população, ao menos inicialmente. É possível que questionem por que aquilo está sendo feito e por que esses sujeitos “não estão trabalhando”. Contudo, a realidade atualmente é outra, e há muita mão de obra “sobrante”, somada à falta de oportunidades no mundo formal do trabalho. Assim, os “sobrantes”, conforme destaca Burgos (2013), encontram na catação uma forma de subsistência.

Então, parte da população não consegue vislumbrar, ao menos inicialmente, que o que os catadores fazem é um trabalho, no sentido mais penoso possível, e que esses sujeitos estão encontrando uma

alternativa à falta de emprego e de oportunidades, ao mesmo tempo em que contribuem para a limpeza urbana e também para o meio ambiente, pois os resíduos recolhidos voltam à cadeia produtiva em vez de irem para aterros ou lixões. Essa é a contribuição e inserção “informal” dos catadores na logística reversa, que é de fundamental importância, embora parte da população e mesmo do Poder Público não perceba e, por isso, estigmatize seu labor. Nesse sentido, uma vez compreendido que se trata de um trabalho, de um labor, do qual os catadores retiram seu sustento e o de suas famílias, os catadores passam a ser mais aceitos na sociedade.

Essa dificuldade de compreensão de que se trata de um trabalho pode ser oriunda da falta de conhecimento e de visão de que nem tudo o que é jogado na lixeira é, de fato, lixo. Segundo Costa e Crespo (2012), os brasileiros em geral não separam lixo seco do molhado e não contribuem com a reciclagem. Além disso, a cada ano se aproximam mais da média individual de lixo gerado por americanos e europeus, que chega a 1,2 kg diários por pessoa nas grandes cidades. Essa falta de percepção da população quanto à existência da logística reversa e à participação dos catadores nesse ciclo, bem como no que se refere à falta de conhecimento de como separar os resíduos domiciliares, leva à reflexão sobre a falta de educação ambiental da sociedade em geral.

Se a população percebesse a importância da separação dos resíduos e soubesse como fazê-los, seria capaz de imediatamente reconhecer o importante papel que os catadores realizam para a indústria da reciclagem. Mas não é o que ocorre, como me disse o Catador 1: *“Eles não separa nada! Por isso que eu olho nos dois, eu olho nos dois²⁰. Não separam nada! Acho que até pra avacalhar o serviço nosso também, mas agora tô esperto.”*

Muitas vezes, essa é uma percepção inicial relativa a parte da população, e não de Feliz-RS como um todo. Ao encontro disso, o Catador 3, que já realizou o mesmo labor de catação em Porto Alegre-RS, disse-me:

“Bahh, aqui é melhor, aqui é bem melhor, visto que lá existe muita droga né, então muitas pessoas trabalham com isso aí, mais é pra (pigarro), pra eles muitos não, não tem o cuidado de organizar o lixo, pega ali se tiver que jogar tudo no chão, e coisa e aqui não, aqui o pessoal eu cuido muito, por exemplo eu cuido muito as pessoas né, no caso, eu vou investir ali, eu procuro deixar tudo organizado pra eles, não, não ter o que falar né. E eles falam bem, pelo que eu tô sendo bem aceito por eles né.”

No contexto da percepção da população local acerca do seu labor, o Catador 3, ao ser questionado sobre algum constrangimento, disse que não passou por nenhuma situação parecida na cidade: *“Não, não, não. O pessoal são muito bom, as pessoa aí, os alemães.”*

Por sua vez, a Catadora 9 me falou das doações que recebia das pessoas, quando recolhia resíduos, e sobre como essas dinâmicas com a população local ajudavam a superar os desânimos do labor, ao mesmo tempo em que mostravam como a população lida com seus resíduos de diferentes formas:

“É que também nessas coisa, as mulher ó, vem cá, guardei isso pra ti, guardei aquilo, então uma coisa daqui, uma coisa dali e já ia, já superava. Roupas e calçados né, o pessoal dá muito também, tem uns que dão na mão da gente, outros jogam lá na lixeira. Tem uns que botam bem rasgado, bem sujo, tem outros que botam tudo selecionado.”

Apesar de construírem uma narrativa em que existem boas relações iniciais, ou em que há compreensão por parte da população quanto ao labor que exercem, há uma tensão que pode gerar um conflito maior, caso não exista o devido auxílio aos catadores: suas casas são seus centros de triagem, e seus vizinhos nem sempre estão satisfeitos

com o acúmulo de materiais. Em uma das observações interativas que fiz, o Catador 3 veio me relatar que uma vizinha foi até a casa de seu filho, o Catador 2, filmou e fotografou os resíduos acumulados, dizendo que levaria isso ao Prefeito. Perguntei se eles se sentiram ameaçados, e o catador me relatou que precisava conversar com o Prefeito para conseguir um local para armazenamento e triagem dos resíduos.

Nas relações construídas com o Poder Público, nem sempre há essa percepção pelos catadores, especialmente no tocante a auxílios e reconhecimento por parte da prefeitura. Isso é perceptível, ainda, pela fala do Catador 3:

“O povo é umas pessoas boa, mas eu digo o governo a única pessoa que tem me ajudado é a assistência social entendeu? Ela me fez uns cartãozinho, botei o nome da recicragem Feliz, no cartãozinho, eu botei já (risos) tem até um nome, é botei o nome Recicragem Feliz, isso aí vai dar pobrema o prefeito vai querer me cobrar, eu não tenho local entendeu? Eu, o local é lá no Picão, mas vai que eles vão querer me cobrar alvará, coisa né? Aí a mulher disse, óh, tu faz um galpão fechado, e pode trabalhar, na prefeitura, a mulher falou, da como é que é? Da saúde, entendeu? Lá em cima, na parte da secretaria da saúde, e aí depois que tu tiver organizado sei que tu não tem condições de pagar um técnico, como é que eles chamam? É tipo um fiscal. Aí vai lá e daí eu vou ter que pagar pra fazer o alvará, a licença, mas aí tu tem que ter dinheiro, terreno, construção, mais 500 coisas pra botar um espaço, que nem aqui claro isso aqui é ruim, tem que ser lá pra baixo, aqui é muita lomba né?”

Quando fiz o mapeamento do campo empírico e entrevistei os catadores, questionei-lhes sobre sua escolaridade. Apenas um possui ensino médio completo. Os demais possuem ensino fundamental incompleto, e um é analfabeto. Além disso, pelas histórias de vida que me relataram, tratam-se de indivíduos que não tiveram familiaridade com burocracias empresariais e estatais. Apenas sobreviveram e laboraram em empregos que não lhes exigiam lidar com burocracias ou relacionamentos com órgãos públicos. Dessa forma, a necessidade

de se comunicar com órgãos como Vigilância Sanitária e Secretaria de Meio Ambiente, de formalizar e exigir determinados padrões ou comportamentos, é estranha aos catadores, que encontram dificuldades de compreender a necessidade desses procedimentos e as razões pelas quais os comportamentos e padrões que seguem não são suficientes para atender às exigências do Poder Público. Isso leva a um distanciamento entre a realidade vivida por eles e as possibilidades de formalização, bem como entre a gestão pública municipal e a vida cotidiana dos catadores, o que não é benéfico a nenhuma das partes.

Na cidade de Feliz-RS, há uma “operação bota fora”, promovida pela Prefeitura Municipal e realizada nas primeiras quintas-feiras do mês, para o descarte de materiais que não podem ser descartados no dia a dia, permitindo que os cidadãos se desfaçam de móveis antigos, colchões, eletrodomésticos, entre outros. Esses materiais são deixados na calçada, de modo a não atrapalhar a circulação de pedestres, como na figura abaixo:

Fotografia 10 - “Bota fora”



Fonte: Registrada pelo autor.

Sobre o “bota fora”, os Catadores 6 e 7 me disseram que é uma oportunidade para recolherem materiais, especialmente o que chamam de “reaproveitável”, que são os produtos a que conseguem agregar valor e revender novamente a consumidores, e não para a indústria da reciclagem:

“Bom, é bom, a gente, a gente aproveita bastante porque eles começam acho que na parte da tarde, no início da tarde, e no final da manhã a recolher o bota fora e a gente sai um dia antes que as pessoas, às vezes, já começam a colocar antes, a maioria coloca de manhã cedo, na quinta de manhã, que é a primeira quinta do mês, e a gente sai cedo, daí saímos de madrugada, e a gente consegue aí consegue bastante coisa reaproveitável, bastante material também, aí fica mais ou menos.

É, o pessoal quer botar uma coisa fora e não sabe aonde, daí acabava sempre na prefeitura, daí a prefeitura criou esse bota fora aí, que é uma vez por mês, e a gente se beneficia também no bota fora, e a prefeitura, mesmo assim, na verdade, foi só agora esses dias aí, no final do ano passado que houve isso aí, do rapaz vim e daí falou, daí falou em multa e coisa e tal, daí eu pensei, não, tudo bem.”

Em relação à burocracia estatal a que muitas vezes estão sujeitos ao tentarem, de alguma maneira, formalizar sua atuação, os Catadores 6 e 7 narraram:

“[...] só que não fica sempre tem só que uma vez por mês aí, é material reciclável, não tá atrapalhando ninguém, nós moremo na área rural, aqui pertence pra área rural, aqui pertence pra área rural, não é zona urbana, sabe, não tá prejudicando ninguém e nada, não tem infestação de mosquito, não é um material que possa contaminar o solo sabe? Então, a gente já trabalhou dois ano aqui sabe? E daí agora, então, teria que no início já ter uma, sabe, uma, um diálogo e daí que nem a gente tem alvará aqui também. A gente tem alvará, temo alvará pelo MEI, e pela prefeitura. [...] Sim, a gente fez o MEI e fizemos alvará pela prefeitura, até, e aí agora a gente precisou da cópia do seguro desse ano passado agora, daí eles criaram um

pouco de caso que diz que tinha irregularidades sabe? Então, a gente não sabe ainda, o que vai acontecer com relação a isso. [...] Sim, é que o MEI, o próprio MEI exige que tu tenha um alvará da prefeitura, aí a gente foi lá, foi tudo tranquilo, eu consegui um alvará tranquilo, deu tudo certo daí, só foi, no caso agora, no final do ano passado, a gente não sabe como que vai ficar, espero que eles tenham o bom senso lá de ver que a gente não tá fazendo nada de errado, temo colaborando com, porque o que acontece?"

Nessa fala, observo a insatisfação dos catadores com o Poder Público. Os Catadores 6 e 7 reclamaram do tratamento e das dificuldades em conseguir o alvará para trabalharem com os resíduos. Aqui, percebo que há dificuldades desses indivíduos em compreender e lidar com toda a burocracia e os empecilhos legais desenvolvidos pelo Estado como um todo, não apenas no Município. Além disso, é evidente a dificuldade do Poder Público não apenas municipal, mas em todos os entes federativos, em adequar seu olhar, suas exigências burocráticas e seus serviços para essa parcela da população. Tal dificuldade desestimula os catadores, gerando preocupações e desgastes. Isso é desnecessário e desproporcional para alguém que está no limiar da sobrevivência e que busca atuar dentro da legitimidade, uma vez que não consegue se colocar na legalidade.

Percebo que, neste ponto, o Estado deveria deixar de ser extremamente liberal (afastando-se do indivíduo, dando-lhe plena liberdade e apenas exigindo que o cidadão se adeque às suas normativas) e passe a ser, da melhor forma possível, de bem-estar social (atuando e prestando um serviço, auxiliando os catadores a atender às formalidades que lhes são exigidas, especialmente em termos ambientais e de saúde). Essa atuação positiva foi descrita pelo Catador 3, ao se referir aos cartões que a assistência social do Município confeccionou para ele – o que foi visto como um incentivo à sua atuação. Em contrapartida, uma situação de afastamento do Estado, em que a Prefeitura apenas aponta os problemas e não os auxilia com

as soluções, é descrita de maneira negativa pelos Catadores 6 e 7. Tais situações lhes passam a impressão de “perseguição” ou de que há insatisfação com o trabalho que exercem, gerando um sentimento de desvalorização, para além daquela já “naturalmente” atribuída ao labor.

O afastamento total do Poder Público e a falta de um olhar cuidadoso sobre a situação dos catadores, inclusive auxiliando-os a encontrar soluções para a coleta, armazenamento e triagem dos resíduos, podem inclusive gerar conflitos com a população local. Então, relações com a sociedade, que inicialmente são boas ou que não possuem atrito, podem tornar-se conflituosas em relação aos resíduos que são armazenados em terrenos vazios ou nas casas dos catadores. Como descrito anteriormente, há reclamações em razão desse armazenamento de resíduos e há poluição no local onde vivem, pois nem tudo que recolhem é vendido para os atravessadores, de modo que o que não possui valor termina por poluir suas moradias.

Como catadores e Poder Público fazem parte do gerenciamento de resíduos sólidos – e a atuação de um complementa e auxilia a do outro –, deve existir diálogo e busca pela convergência de atuações, de modo a potencializar a coleta seletiva, ao mesmo tempo em que seja garantida a sobrevivência dos catadores.

Ainda sobre a relação com o Poder Público, o Catador 3 me disse:

“Olha, o prefeito eu nunca consegui falar com esse prefeito ainda, como é que eu vou explicar? Ontem, ontem teve uma fiscalização lá no meio do mato, onde a gente larga as coisa. [...] Não, não, aqui lá eles não foram ainda, fico meio com medo porque daqui uns dia vai ter que fazer um licenciamento do local, entendeu? A gente quer fazer as coisa certo, mas eles não, eles não ajudam a gente em nada aqui tu, eu digo o governo, não to falando do povo que o povo é muito bom.”

Essa narrativa traz outro foco de “conflito” entre alguns catadores, o Poder Público e a população. Como os catadores vivem

longe do centro da cidade, local onde a grande maioria recolhe seus resíduos, alguns deles acabam utilizando terrenos baldios ou áreas verdes como local de “depósito temporário” de resíduos. Isso pode ser observado na fotografia abaixo:

Fotografia 11 - “Qualquer lugar é um depósito”



Fonte: Registrada pelo autor.

Esse modo de pensar e agir de alguns catadores desencadeia, ou mesmo fomenta, uma série de conflitos com a população local e com o Poder Público, pois alguns cidadãos têm seus terrenos “invadidos”, com o “lixo” que nele é depositado. A população vizinha também não fica satisfeita ao ver os arredores de onde moram como um “depósito de lixo”. E o Poder Público, que recebe denúncias e também tem a responsabilidade de resguardar as áreas verdes, não pode ficar indiferente a esse tipo de situação.

Pelas observações e pelas entrevistas realizadas, cheguei à conclusão de que não se trata de má-fé ou má intenção desses catadores, mas de absoluta falta de percepção de que isso não é correto e afeta negativamente a população local e o Poder Público. Também observo a absoluta falta de alternativas que possibilitem um comportamento mais adequado nessa luta diária pela sobrevivência. Em suas verdades, o que os catadores veem é a distância, o esforço físico e de tempo que necessitam para levar os resíduos até suas casas – o que não compensa, visto que há a possibilidade de “depositar” o material em alguma área no meio do caminho. Nesse âmbito, também percebo a importância da atuação do Poder Público em explicar aos catadores os motivos pelos quais essas áreas não devem ser utilizadas, de modo a procurar encontrar, juntamente com eles, uma solução para essa distância entre suas casas e o local onde recolhem os resíduos.

Demonstrando um conhecimento, mesmo que limitado, sobre a necessidade de respeitar normas legais, além de cumprir com determinada burocracia estatal para potencializar sua atuação, o Catador 3 falou:

“Se ele fazer alvará direitinho, o local também pra trabalhar, prefeitura entendeu? Que daí eles liberam, no caso, as oficina, eles não querem, às vezes, dar o material que aqui é assim, a prefeitura quer ganhar em cima de tudo, então, todo o resíduo que tem das oficinas e coisa eles querem, não sei como é que é, tem que às vezes, não dão o material pra nós por causa da prefeitura, no caso, entendeu? Então, se tu, no caso, a prefeitura teria que liberar esse material, bom se tu tiver uma empresa, uma recicragem aqui, nós vamos ter que recolher esse material e a prefeitura vai ter que liberar esse material porque...”

Mas, em outros relatos, a percepção dos catadores sobre o Poder Público é positiva, como é possível perceber na fala do Catador 1: *“Eles nunca reclamaram, porque nós somos pequeno sabe. Aham nós conhecemos o (prefeito), já almoçamos com ele e tudo. Ele não*

incomoda. É que nós não faz bagunça sabe, e não é pra droga nem nada sabe. Se fosse uma coisa pra avacalhar, mas não é.”

A Catadora 9, na entrevista, falou sobre os inúmeros auxílios que recebeu de diferentes gestões municipais, especialmente sobre “fretes” auxiliando na busca de materiais recicláveis. Portanto, as relações construídas pelos catadores com a população e com o Poder Público municipal são boas e de aceitação. Além disso, de modo geral, tais aspectos oscilam conforme a situação, as necessidades e o maior ou menor engajamento das pessoas que estão na gestão municipal. Nesse sentido, são narrados pequenos conflitos com a população, mas que são resolvidos através da compreensão mútua.

Em relação ao Poder Público, vejo que não basta apenas permitir a atuação dos catadores, ou ignorar a sua existência – o que, apesar de parecer um ponto positivo, ao não criar maiores empecilhos ao seu labor, não é o suficiente, devido à situação de vulnerabilidade em que se encontram. Por isso, encontrar uma solução para o armazenamento de resíduos, criando um espaço mais próximo ao local onde recolhem, evitando o acúmulo em suas residências e o constante “vai e vem” – ou mesmo as táticas de alguns catadores de deixarem o que recolhem em terrenos e áreas sem construções prediais – é um dos procedimentos fundamentais. Isso evitaria alguns dos conflitos com a população e com o próprio Poder Público. O diálogo e a compreensão de que todos são responsáveis por uma gestão dos resíduos gerados de maneira ambientalmente sustentável e o trabalho em conjunto de todos os setores certamente viriam a beneficiar a todos os envolvidos.

Esse reconhecimento de que todos são responsáveis pela gestão de resíduos sólidos urbanos e por sua reciclagem é destacado por Demajorovic e Lima (2013):

[...] o reconhecimento da corresponsabilidade de diversos atores na gestão de resíduos sólidos, incluindo-se a reciclagem. Consumidores, poder público e empresas, atuando de forma

integrada, são os elementos fundamentais de uma mudança. Fortalecer as cooperativas por meio da doação de materiais recicláveis oriundos de residências, comércio e empresas é uma iniciativa nessa direção. [...]. A parceria do poder público com o fornecimento de áreas para instalação de cooperativas, de capacitação e de caminhões deve evoluir para a remuneração dos serviços prestados, uma das principais bandeiras do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Não se trata de favor ou assistencialismo, mas sim da valorização, ainda que tardia, do papel que os catadores desempenham para a expansão do mercado da reciclagem e para a mitigação dos impactos socioambientais nos centros urbanos brasileiros. O primeiro passo é reconhecer o trabalho feito por tais profissionais. Mas, antes de tudo, é preciso enxergá-los. (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p. 121-122, grifo meu).

O primeiro passo da gestão compartilhada foi realizado recentemente pela Prefeitura Municipal de Feliz-RS, com a colocação de contêineres para separação dos resíduos. Para os catadores, segundo seus relatos, isso foi uma boa medida, que facilitaria seu labor. Mas, para que esses locais funcionem de modo adequado, é necessário que a sociedade compreenda que tem participação nisso e que o caminho passa por essa compreensão, possibilitada através da educação.

Como ilustra a figura abaixo, que traz uma notícia sobre os resíduos, o caminho para que isso funcione ainda parece longo:

Figura 5 - Um longo caminho na gestão compartilhada dos resíduos



Fonte: Um longo...- Jornal Primeira Hora (2019).

Essa imagem do jornal de circulação na região ilustra uma situação ocorrida em São Sebastião do Caí-RS, município vizinho de Feliz-RS. Contudo, também é possível vislumbrar situações semelhantes em Feliz-RS, e os próprios catadores da cidade relataram a falta de separação dos resíduos por parte dos munícipes. Isso demonstra que não basta a colocação dos contêineres com separação dos resíduos caso a população não conheça o conceito de material reciclável e a importância da logística reversa e da indústria da reciclagem, tanto econômica quanto ambientalmente. Essa é uma questão que envolve educação ambiental para a criação de uma cultura ambientalmente favorável, o que demanda investimento e tempo. Como visto, a mera instalação dos contêineres e a colocação de cartazes não é suficiente para que essa cultura seja construída.

Como salientado pelo catador 6,

“[...] Teria que a sociedade em geral cooperar, e colocar somente o material reciclado daí, nos contêiner, ou separar o material porque eles colocam tudo, eles colocam, que nem tem o material do lixo seco e do lixo orgânico, o pessoal não tem essa, essa cumplicidade de não, eu vou separar, ó isso aqui é lixo orgânico, não vou botar, eles misturam tudo, não digo ninguém, tem várias pessoa legal que se preocupam, que, que fazem a coisa certa, mas é uma minoria, a maioria mesmo, a maioria eles são bem, bem assim ‘não tô nem aí’, sabe? Eles colocam coisas assim que, até...”

É possível que ações constantes do Poder Público, inclusive com participação ativa dos catadores, tenham um impacto mais significativo e incitem a colaboração da sociedade na separação dos resíduos. Isso não somente facilitaria a atuação dos catadores, mas também incentivaria e potencializaria a cadeia de logística reversa, resultando, a longo prazo, em benefícios econômicos, sociais e ambientais a todos.

4.3 “EU NÃO QUERO CARTEIRA ASSINADA”: A POSSIBILIDADE DE TRABALHO COOPERATIVADO OU ASSOCIATIVO

Esta seção analisa as informações produzidas a partir das entrevistas com os catadores sobre os motivos que os levaram a esse labor, bem como sobre as percepções que possuem quanto a uma possível atividade cooperativada. De certa maneira, tal categoria condensa e complementa as análises que foram realizadas nas demais seções, iniciando com as disputas de identidade e a consolidação como catadores ou recicladores; passando pelo pertencimento a uma grande indústria, que é a indústria da reciclagem; e consolidando-se na percepção de que esses indivíduos contribuem e dão movimento à logística reversa. Posteriormente, analiso o cotidiano laboral e as dificuldades encontradas nessa atividade que defino como um labor, abordando também as relações que são construídas e os regramentos criados por tais atores nesse campo, que envolve catadores e também atravessadores.

Para a construção desse tópico, também analiso, a partir de suas falas e de experiências narradas, a existência de uma educação oriunda do labor que exercem, orientada para ele e para a vida em sociedade. Postulo que trata-se de uma educação informal, por não ser objetivada nem possuir um docente mediando o processo. Além disso, como estão na cidade, local onde recolhem os resíduos que garantem sua subsistência, analiso, com base em suas falas, como são construídas e vislumbradas as relações com o Poder Público e com a sociedade em geral.

Portanto, acredito que, nesta etapa, a análise das falas sobre como os participantes decidiram pela catação como alternativa de sobrevivência ou como opção principal de labor,

bem como a eventual possibilidade de pertencerem a um trabalho cooperativado, complementa e pode conferir maior sentido a outras categorias analisadas.

Em uma conversa inicial, os Catadores 11 e 12 me disseram que a falta de oportunidades no mercado formal levou-os a encontrar na catação uma alternativa para a sobrevivência. A Catadora 12 já havia laborado recolhendo materiais em São Leopoldo e, após se mudar para Feliz-RS ao se casar com o Catador 11, ao ficar desempregada, (re) encontrou na catação de resíduos uma alternativa à crise de emprego. Ela me disse que estava “cansada de gastar dinheiro” na livraria da cidade com currículos (formulários pré-prontos), pois sequer tinha um retorno das empresas para onde os enviava. Por sua vez, o Catador 11 me disse que faz pequenos “bicos” de pedreiro e serviços gerais, mas que, sem um emprego formal, encontrou no labor da esposa uma forma de contribuir para a renda da casa.

Essa é a realidade narrada por todos os entrevistados, a exemplo da fala do Catador 6:

“A gente ahh, tava nós dois desempregados, nós tava desempregado e como a gente, era uma ideia antiga minha, aí surgiu uma oportunidade sabe, a irmã dela e o meu cunhado, no caso, né, eles tavam trabalhando com isso eles tinha essa carroça que a gente tem, e eles tinham um outro cavalo que é o que tu viu com ela, que ela andava de noite [...] eles decidiram trocar de cidade, foram lá pra Montenegro, e queriam vender o cavalo e a carroça, e a gente tava desempregado, já correndo atrás de um aí pensemo, não, olha, eles querem me vender o cavalo, a gente já tinha essa ideia, surgiu o cavalo e a carroça, vamo nós começa a reciclar de repente tudo deu certo, daí ela compremo o cavalo e a carroça.”

Os Catadores 4 e 5 me disseram que estavam aposentados, mas necessitando de renda para uma vida com mais possibilidades. Além disso, filho do casal indicou que uma vizinha trabalhava catando

resíduos e que estava suspendendo o labor. Então, eles negociaram o carrinho e passaram a laborar. Após os primeiros êxitos, foram até uma serralheria e encomendaram o segundo carrinho, para que cada um tivesse o seu e pudesse fazer suas rotas de maneira independente. O mesmo me disse o Catador 10, que é aposentado, mas que, com a renda de um salário mínimo, não conseguia sobreviver. Além disso, pela escassez de serviços gerais nos quais trabalhava quando jovem, encontrou no recolhimento de resíduos uma maneira de ganhar um pouco mais. Segundo o Catador 4, essa atividade pode gerar, em média, um salário mínimo mensal por catador.

Ao mesmo tempo em que encontraram na atividade como catadores um sustento para si, os participantes tentam afirmar seu labor como um trabalho e uma opção quase que voluntariamente escolhida, o que é perceptível em algumas falas, como a do Catador 1: *“Oh, e é um serviço que eu gosto de fazer, faço com muito prazer.”* Essa é uma fala típica de quem precisa superar estigmas. Em relação ao mercado formal de trabalho, o Catador 1 me disse ainda: *“Eu não quero carteira assinada. Que nem ali, eu peguei agora, o cara querendo me dar 6 pila a hora na hora. Eu vou pegar minha carteira de volta. Vou vim, ficar catando aí devagarinho... devagarinho [...]”*.

Contudo, esse mesmo catador, tão logo o encontrei e iniciamos nossa entrevista, mostrou-me uma camiseta que havia encontrado, referindo-se a ela como um artefato em bom estado. Quando disse a ele que era a camiseta de uma empresa da região, ele questionou: *“Será que tem vaga lá?”* Além disso, o fato de que alguns dos entrevistados posteriormente reingressaram ao mercado formal de trabalho confirma o que é sustentado por Burgos (2013), de que o grande contingente de catadores é formado por trabalhadores “sobrantes” da indústria que, na falta de emprego, encontraram na catação uma alternativa para se manterem financeiramente, na expectativa de novamente ingressarem no mercado formal de trabalho tão logo for possível.

Nesse âmbito, o discurso de afirmação da autonomia, do labor e da renda é uma afirmação da legitimidade do que fazem; mas, quando uma oportunidade no mercado formal se apresenta, a catação é posta de lado, ou tornada uma fonte de aumento de renda pós-jornada laboral no mercado formal.

Essa análise é complementada com a observação de que, após anos de labor e domínio dos itinerários e técnicas, muitas das famílias de catadores tencionam que um desses membros encontre um trabalho formalizado, pois o que permanece como catador consegue fazer as mesmas rotas e coletar basicamente a mesma quantidade de resíduos que anteriormente era recolhida em grupos ou turnos de trabalho. Portanto, a busca pela formalização representa um ganho geral para a renda familiar, pois o ganho pela catação permanece relativamente estável com apenas um membro se ocupando dela, enquanto o outro agrega uma renda maior com um trabalho formal.

Essa análise é percebida por meio da observação e das conversas com os Catadores 6 e 7. Inicialmente, ambos se ocupavam catando resíduos; e, posteriormente, a Catadora 7 encontrou trabalho em uma indústria de vidros da região. Os Catadores 1 e 2 também foram para o mercado formal de trabalho, em uma empresa de ferramentas e uma olaria, respectivamente, mas cogitam “ensinar” suas esposas, transmitindo os saberes e técnicas desenvolvidos, para que elas se tornem catadoras e que a renda proveniente dessa ocupação permaneça no âmbito familiar.

O próprio começo na atividade de catador, pelo que me narraram, não foi uma opção, mas uma necessidade, confirmando o exposto por Rosa (2015):

Ser catador de materiais recicláveis não foi uma escolha e sim uma necessidade, por falta de emprego, gerado pela idade, por falta de estudos ou por preconceitos advindos do gênero/raça que os levaram até a este trabalho. Mas, mesmo não sendo

um trabalho escolhido e sim imposto, os catadores o valorizam, pois este trabalho, por mais precário que seja, vai garantir a sua sobrevivência e a de sua família. (ROSA, 2015, p. 68).

A exclusão do mercado formal de trabalho me conduz a uma análise sobre as razões pelas quais a maioria dos entrevistados se mostrou contrária a uma cooperativa de catadores. As cooperativas ou associações, segundo Conceição (2013), consistem em um conjunto de pessoas que se unem voluntariamente para alcançar objetivos comuns nas áreas social, econômica e cultural. Para Demajorovic e Lima (2013), a formação de cooperativas ou associações produz benefícios, especialmente por meio de parcerias entre essas associações e as prefeituras, permitindo, inclusive, o aumento de renda dos indivíduos:

Diversos especialistas têm defendido o estímulo ao trabalho dos catadores por meio de parcerias entre cooperativas e prefeituras de forma a alcançar esses objetivos. O trabalho conjunto permitiria uma série de benefícios para os trabalhadores cooperados, melhorando sua renda a partir da venda direta para as indústrias e garantindo condições dignas de trabalho. De fato, nos últimos anos observa-se uma expansão do número de programas municipais em parceria com cooperativas. Mesmo assim, essa não tem sido uma tarefa fácil, pois, enquanto se multiplicam experiências exitosas, permanece ainda uma série de desafios para que um número cada vez maior de catadores possa se beneficiar dessas iniciativas. (DEMAJOROVIC; LIMA, p. 59-60).

Com a expansão de pessoas laborando como catadores, para Gonçalves-Dias (2009), a organização em associações e cooperativas é uma tendência, e o incentivo a essas organizações é uma solução de política pública, de modo que, além de baratear os custos da coleta de lixo, isso influi positivamente na renda da população formada pelos catadores e permite facilitar (ou mesmo eliminar) negociações com os atravessadores.

Esses benefícios relativos ao trabalho associado ou cooperativado também são salientados por Carlos Minc (2005, p. 67-68):

[...] conheci centenas dessas especiais figuras humanas, cujas roupas e barracos improvisados eram o produto desse lixo que os alimentava e os consumia. Algumas experiências bem-sucedidas criaram cooperativas com essa gente, oferecendo-lhes condições decentes de trabalho e aumentando a eficiência do processo.

A partir dessas observações, questionei os catadores nas entrevistas sobre como se sentem em relação à possível constituição de uma cooperativa em Feliz-RS. Dos entrevistados, apenas os Catadores 1, 2 e 3 (pai e filhos, com experiências na região metropolitana) me disseram ser favoráveis à criação de uma cooperativa de catadores. O Catador 1 disse:

“Isso era uma coisa boa home. Home, isso o seguinte. Isso é uma coisa boa. Agora eu tô montando sabe, isso aí. Que nem agora tem a minha mulé, eu tô pagando ela. Eu vou dar 100 pila pra ela toda semana. Eu vou dá. E eu faço esse dinheiro, por isso eu tô no sol torrando. Porque eu vou dar pra ela. Nem que eu não ganhe. Porque ela vai se animar e vai fazer render também.”

Analisando essa fala, que indica que o Catador 1 está montando “isso”, parece-me que, apesar de alguns participantes serem favoráveis, não há pleno conhecimento por parte deles em relação ao conceito de cooperativa. O Catador 3 me disse: *“Sim, se tivesse e se nós ficasse empregado com um salário bom. O começo que é difícil né, olha aqui a gente vende, no caso eu, mas se botasse um salário bom, melhor um salário certo [...]”*.

Portanto, considerando suas falas, esse desejo de trabalhar recolhendo materiais recicláveis ou selecionando esses materiais como empregado está mais relacionado com o almejo de um salário fixo e melhor do que a quantia que ganham no labor individualizado e “autônomo” que realizam.

Os demais catadores foram contrários à formação de uma cooperativa. Não quiseram entrar em mais detalhes; apenas alguns me falaram sobre a independência e a autonomia que possuem enquanto catadores individualizados. Porém, por trás dessa rejeição à criação de uma cooperativa de catadores, pode estar algo mais profundo.

Destaco a fala do Catador 6 sobre a presença de uma cooperativa:

“Olha, eu soube que eles têm com uma ideia de fazer, eu não sei se tinha, mas a prefeitura tá com esse plano aí de montar uma cooperativa aí. [...] Eu acho assim, óh, que a cooperativa pra, pra, pros trabalhador da cooperativa vai ser meio que, meio que explorado os trabalhador sabe? Porque o que acontece? Ou, vai ter... [...] Não iria, não iria porque ahn, teria meio que sabe, daí eu, no caso eu reciclo o material, e a cooperativa eu acredito que assim, na minha visão sobre isso é que passaria o caminhão que recolhe o lixo seco e leva pra cooperativa reciclar [...] A cooperativa pra dar certo, a cooperativa até daria certo, mas o que que acontece?”

Pela fala do Catador 6, observo o receio de ser explorado em um trabalho cooperativado, além da possibilidade de perda de autonomia e de funções que atualmente exerce, temendo ficar apenas com a atividade de triagem ou seleção dos resíduos. Isso representa perda de autonomia do que recolher, onde e quando fazê-lo, além da perda do poder e do conhecimento relacionados à valoração dos resíduos e de sua negociação com atravessadores.

O labor de catadores não é uma opção que possuam dentre outras possíveis, pois se trata de uma necessidade. Talvez, seja uma opção apenas em relação à total falta de renda e de não condição de subsistência, ou uma opção entre a criminalidade e a legalidade. No entanto, todos me disseram que, devido à falta de oportunidades no mercado formal de trabalho, viram no labor de catador uma (ou a única) alternativa. Nesse contexto, um dos receios mais perceptíveis, caso se constitua uma cooperativa de catadores, é de que essa

organização dite ritmos de trabalho, maneiras de como exercê-lo, itinerários etc. Uma vez instituída, a cooperativa absorveria todo o mercado de resíduos de uma cidade pequena como Feliz-RS. Assim, caso não se enquadrassem nesse modelo cooperativado, os catadores ficariam sem sua última e única opção de subsistência. Pelo que observei e compreendi das entrevistas, a rejeição à existência de uma cooperativa ou trabalho associativo é mais uma não sujeição a uma institucionalização, na qual suas individualidades, liberdades e saberes constituídos na prática cotidiana laboral poderiam ser suprimidos, ou, caso não se sujeitassem a esse modelo, teriam um forte concorrente em um campo que atualmente é estável e permite a sobrevivência de todos os catadores.

Quando inicialmente propus a metodologia de encontrá-los e acompanhá-los em suas rotinas e itinerários, todos se mostraram favoráveis. Mas, com exceção do Catador 4, todos os demais encontravam empecilhos ou desencontros para que isso pudesse ser feito. No entanto, não se opuseram às entrevistas e a demais conversas. Isso demonstra que não se sentiram confortáveis, talvez tenham se sentido receosos dos julgamentos e das imposições que poderiam ser feitas em relação às suas práticas e às formas de exercer seu labor. Nesse sentido, é possível que, em suas concepções, a presença de uma cooperativa represente um acompanhamento constante sobre seu labor e um disciplinamento dos aprendizados que desenvolvem. Assim, caso os catadores fossem considerados inadequados, isso significaria que seus procedimentos deveriam ser revistos, ou representaria a exclusão desse mercado. Além disso, conforme já referido, o labor de catador individualizado seria inviabilizado com a presença de uma cooperativa, o que representaria a perda da última ou única maneira encontrada para sobreviverem.

Nesse contexto, é possível que experiências individuais de trabalho que cada catador entrevistado teve pode levá-los a preferir

não ter qualquer associação ou forma de trabalho cooperativado relativo ao recolhimento e à triagem de resíduos, pois isso representaria perda de autonomia, além de um trabalho conjunto e em parceria com pessoas que desconhecem e em quem, portanto, não poderiam confiar plenamente. Segundo Burgos (2013), a institucionalização do labor de catador através de uma cooperativa significa que lhe passam a ser impostos os seguintes aspectos: determinada disciplina; existência de deveres a cumprir; e apresentação de condições psíquicas e físicas para a realização do trabalho que lhe é determinado. Diante disso, nem todos os catadores apresentam essas condições ou estão dispostos a submeter-se a tais exigências que lhes seriam impostas pelo trabalho organizado.

Percebi, nos catadores de Feliz-RS, especialmente o receio de perda de autonomia e dos saberes que construíram a duras penas, em anos de exercício desse labor. A perda de autonomia poderia significar, muitas vezes, submeter-se a vontades alheias e não possuir voz ativa. Significaria ter de cumprir uma rotina fixa que, caso não fosse respeitada, resultaria em uma sanção. Além disso, a “perda” de saberes desenvolvidos sobre onde e o que recolher, para quem revender, como negociar, entre outros, pode representar, para cada um deles, o receio de um ganho menor e a impossibilidade de sobrevivência.

Por isso, a possibilidade de a existência de uma cooperativa ou de um trabalho associado representar melhoria de condições e benefícios aos catadores pode, dependendo da forma como isso é implementado, não se concretizar. É preciso, antes de qualquer tomada de decisão sobre a implementação de uma cooperativa, um diálogo permanente com os catadores, para compreender as peculiaridades de sua atuação e verificar as dificuldades que encontram no seu labor, bem como os receios que possuem em relação a um trabalho cooperativado. É necessário, antes de tudo, analisar se, de fato, a presença de uma cooperativa – preferencialmente com apoio do Poder Público e da sociedade – representaria melhoria de condições

aos catadores e solucionaria as dificuldades que encontram no dia a dia. Além disso, sua implementação só seria viável após um processo de educação para o cooperativismo, que lhes permitiria a melhor compreensão do que é ser cooperativado.

4.4 O QUE A SOCIEDADE E O PODER PÚBLICO DE FELIZ-RS PODEM APRENDER COM OS CATADORES?

Por meio das observações, entrevistas e análises, construí essa interrogação, que condensa minhas reflexões sobre os possíveis aprendizados que a sociedade e o Poder Público de Feliz-RS poderiam ter com os catadores de resíduos da cidade. Em sua busca pela própria sobrevivência e sustento de suas famílias e no exercício de seu labor, os catadores se autoinstruem, constroem saberes e desenvolvem técnicas que lhes servem para desempenhar suas funções de maneira mais produtiva e que lhes garanta maiores ganhos e possibilidades dentro de seu difícil contexto.

Além desses saberes próprios, orientados para seu labor, constroem saberes e conhecimentos que devem ser compartilhados e absorvidos pelo Poder Público e pela sociedade de Feliz-RS. Especificamente em relação ao Poder Público, seria necessário um olhar atento aos catadores. Um Poder Público pautado por uma visão política extremante liberal, que não intervém em nenhum momento, neste caso específico pode significar deixar à própria sorte alguns dos catadores que se encontram em situação de vulnerabilidade e com dificuldades de auto-organização, o que pode acarretar problemas individuais e coletivos como, por exemplo, confusão sobre como gerir a si próprio e aos resíduos que encontram, dificuldades em compreender regras sociais e aumento de conflitos.

Como relatado nos itens anteriores, alguns dos catadores encontram dificuldades de diversas naturezas, sejam decorrentes da distância que vivem dos locais onde recolhem materiais, sejam referentes a compreender que não podem utilizar qualquer espaço que esteja “vago” como depósito de resíduos, mesmo que de forma temporária. Nas entrevistas, mesmo que de forma sutil, estavam presentes críticas ao afastamento total do Poder Público em relação às suas existências e ao seu labor. Por isso, encontrar uma forma de criar um local de depósito dos resíduos mais próximo de onde os recolhem, de maneira que possam depositá-los e posteriormente fazer a triagem, seria uma iniciativa de fundamental importância para estimular os catadores e para tornar possível sua inclusão no grupo dos que possuem uma cidadania mais plena no município.

Outra dificuldade dos catadores – e que pode ser minimizada com a compreensão do Poder Público de que se trata de pessoas com baixa escolaridade, não familiarizadas com formalizações e com a burocracia estatal – refere-se à legalização de seus depósitos e atividades. Muitos catadores vêm encontrando dificuldades com alvarás e demais procedimentos burocráticos, bem como em relação ao acesso ao próprio Poder Público. Onde ir? Com quem falar? O que é necessário? Como resolver? São questionamentos que, embora não tenham sido verbalizados, percebi nas entrelinhas das entrevistas com os catadores.

O Poder Público também pode “aprender” com os catadores sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos. Como andam pela cidade diariamente, observando as oportunidades de rentabilidade através dos resíduos que são descartados, os catadores percebem como está sendo realizada a gestão de resíduos sólidos. Isso ocorre porque, quanto mais complicado o processo de retirar os seus “materiais” do lixo, mais evidente fica que a disposição dos resíduos e a sua separação não estão sendo realizadas de maneira eficiente pela população e pelo Poder Público.

O Catador 1 me fez pensar, em uma de suas respostas, que a catação também é uma forma de o Poder Público vislumbrar se o serviço de limpeza urbana está sendo realizado de modo satisfatório. Como os catadores mexem dentro dos contêineres para encontrar os resíduos, eles vislumbram se o serviço de limpeza urbana fez seu trabalho de maneira adequada ou não.

Além disso, há de se reconhecer que os catadores contribuem para o serviço de limpeza urbana. Ao procurarem pelos resíduos que possuem valor, eles acabam recolhendo e separando os demais resíduos de maneira adequada – isso quando não acabam levando-os para suas próprias residências, que são os centros individuais de triagem. Tal processo representa uma cidade mais limpa, com os resíduos no local adequado. Mas os catadores não são pagos pela limpeza urbana; apenas recebem o pagamento depois da triagem e da venda para os atravessadores.

Os Catadores 3 e 4, que são mais idosos, relataram-me que a Prefeitura deveria ou poderia pagá-los pelo trabalho prestado. O Catador 3 falou:

“[...] ah, eu tô trabalhando, eu tenho, o que vocês querem? Tô sobrevivendo, e temo até contribuindo pro, pra cidade, nós temo recolhendo o material, temo lucro pra mim, lucro pra eles que eles vão ganhar também, todo o material, o processo todo a prefeitura ganha também. Tem uma garrafinha no meio da rua, eu junto, tem uns papelão, que nem eu fui lá no Vale do Matiel, lá em cima, um monte de papelão espalhado pela rua, que botaram e voou com o vento, eu catei e toda, entendeu? Um processo que talvez um empregado teria que fazer, eu fiz. Na verdade, até teria que me pagar por isso (risos). Porque eu tô trabalhando pra eles entendeu? Mas eles falaram, um monte de gente falaram aí, ó vocês tão trabalhando pra prefeitura, sabe que vocês tão trabalhando pra prefeitura também, vocês tão ajudando?! Tem caixa que o vento derruba, entendeu? O pessoal larga das loja, derruba com o vento e nós catemo tudo, nós peguemo tudo que tiver na rua e nós botemo pra dentro do carrinho.”

Quando fiz o itinerário com o Catador 4, ao perguntar para onde iriam todos aqueles resíduos recolhidos, ele me respondeu que o lixeiro recolheria. E prosseguiu: *“Não, até eles falaram. Era falar com o prefeito, eles podiam me pagar uma coisa por mês, porque tô levando todo o...”*

Essas percepções dos catadores estão em consonância com os princípios e objetivos do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que, no art. 3º, assim dispõe:

O MNCR busca garantir a ‘independência de classe’ em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados, desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garanta o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos contratos que nos garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado a sociedade, e cobrando das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos o devido pagamento pela nossa contribuição na reciclagem. (MNCR, 2008).

Por meio das conversas que tive com os catadores de Feliz-RS, compreendi que, embora eles não possuam consciência da existência do MNCR, em seu labor, em suas observações e reflexões, chegaram a uma conclusão que encontra amparo em um dos princípios desenvolvidos pelo Movimento. E, se o repasse financeiro é um objetivo e um princípio geral, que encontra eco nos catadores de Feliz-RS, o Poder Público deveria auxiliá-los, juntamente com o comércio e indústria local, a encontrar uma maneira de implementar uma forma de remuneração pelo trabalho que prestam, ou ao menos viabilizar serviços e iniciativas que tornem seu labor mais viável.

Outra parceria possível entre Poder Público e os catadores pode ocorrer quando da realização de festas municipais. Como descrito

anteriormente, Feliz-RS possui uma série de festas e eventos. Isso representa consumo de produtos e geração de resíduos sólidos. Se fosse permitido, os catadores recolheriam os resíduos – o que representaria um ganho para eles –, e a Prefeitura e a sociedade ganhariam com a limpeza e a seleção dos resíduos. Essa seria também uma forma de inclusão dos catadores e poderia ser utilizada como instrumento de conscientização das pessoas sobre a existência desses indivíduos e da importância do trabalho que realizam. Tal processo também ajudaria na diminuição do estigma causado, entre outros motivos, pela invisibilização desses indivíduos na sociedade. O acordo poderia também servir como estímulo para as pessoas a separarem e destinarem corretamente os materiais recicláveis em suas casas, ampliando assim a educação ambiental no município.

Além disso, a ação denominada “bota fora”, promovida pelo Município, poderia ser potencializada. Muitas pessoas querem descartar móveis, eletrônicos e outros bens, mas não possuem espaço ou mesmo paciência de guardarem em suas casas os objetos a serem descartados. Caso a Prefeitura tenha o cadastro e o contato dos catadores locais, poderia ser informada pela pessoa que quer descartar sobre a rua onde será deixado o bem e disparar uma mensagem ou ligação aos catadores sobre a localização do resíduo. Assim, não seria necessário que a pessoa ficasse com o resíduo em sua casa. Isso também evitaria que o descarte feito permanecesse nas ruas por muito tempo, até a primeira quinta-feira do mês, quando é colocada em prática a operação. Tal atuação em parceria também seria mais eficaz para as residências onde as rotas dos catadores não são usuais e evitaria que o material reciclável permanecesse bloqueando ruas ou calçadas, ou se degradasse e contribuísse para o aumento da poluição urbana. Portanto, uma atuação conjunta beneficiaria tanto a sociedade quanto o Poder Público – e especialmente os catadores.

Uma melhoria foi sentida pelos catadores com a disposição dos contêineres na cidade. Todos manifestaram que esse novo sistema é melhor para eles. Nesse sentido, o Catador 1 sugeriu que a disposição de contêineres deveria ser expandida, pois há locais onde os resíduos são dispostos em lixeiras tradicionais. Sobre os contêineres, o Catador 6 me disse:

“Melhorou pela concentração dos material, sabe? E o material ele se concentra tudo ali. [...] É ele é um pouco mais difícil, mas é, o mal cheiro também é maior. O mal cheiro também é maior, até como eu disse, a falta de [...] de cooperação, as pessoas largam o lixo orgânico, e o lixo orgânico coisas que deveriam botar no outro contêiner, sabe?”

Portanto, os catadores, com sua educação do olhar sobre a disposição dos resíduos, servem como “analistas” das políticas públicas sobre resíduos sólidos urbanos, e sua opinião sobre o funcionamento ou não do que é posto em prática pelo Poder Público deveria ser considerado para a melhoria ou mudança dessas políticas.

Aqui, vejo um aprendizado fundamental que a sociedade deve aos catadores: saber a importância de separar seus resíduos. Os catadores, ao mencionarem que a sociedade não está sabendo separar seus resíduos adequadamente, transmitem o recado de que o consumidor, o primeiro responsável pela gestão de resíduos e pela cadeia de reciclagem, não está cumprindo seu papel de modo eficiente.

Nesse âmbito, o primeiro passo é reconhecer a existência dos catadores. Como escreveram Demajorovic e Lima, “antes de tudo, é preciso enxergá-los” (2013, p. 122). Para isso, Poder Público e demais entidades sociais podem atuar reforçando a existência dos catadores, para, em seguida, explicar o trabalho que fazem. Com isso, tendo existência e voz, será viável mostrar à sociedade que não separar devidamente os resíduos significa retirar dos catadores a oportunidade de um ganho que lhes proporcionaria uma sobrevivência melhor. Além

disso, a não seleção prévia significa a desvalorização de sua atuação, expondo-os ao contato com todo o tipo de lixo, que pode transmitir-lhes doenças ou causar o contato com dejetos.

A partir dessa conscientização de que catadores existem e que estão trabalhando para garantir sua sobrevivência, advém o (re)conhecimento de que eles auxiliam o Poder Público (e a própria sociedade como um todo) em relação à limpeza urbana e de que nem tudo o que é gerado e descartado pelas pessoas é lixo e não possui valor. A população deveria compreender que o que é visto como lixo pela grande maioria pode ser visto como dinheiro e sustento pelos catadores. Com essa consciência, é compreensível que se trata de um trabalho que exercem, de modo que, enquanto catam, auxiliam na manutenção da limpeza da cidade; evitam que esses resíduos se acumulem em lixões ou aterros; e beneficiam o sistema como um todo, pois os resíduos retornam à cadeia produtiva, evitando impactos ambientais e eventualmente barateando custos produtivos.

Como salientado anteriormente, para Minc, “[...] a forma como o lixo é gerado, sua composição, a proporção de seu reaproveitamento e sua disposição final são indicadores do desenvolvimento e da cultura da sociedade.” (2005, p. 64). Por isso, a logística reversa – ou seja, movimento dos resíduos para a disposição final ou para reaproveitamento pela indústria geradora dos bens, que definirá a viabilidade econômica dos procedimentos – contribui para o desenvolvimento e a cultura da sociedade.

Como destacado por Leite (2009), a logística reversa pode ocorrer no pós-venda ou no pós-consumo. O pós-venda pode se originar de várias formas, por problemas de desempenho ou de qualidade do produto – ou mesmo por garantias comerciais –, e pode ocorrer em diferentes momentos da distribuição direta. Em razão disso, os produtos retornam à cadeia de suprimentos, sendo reintegrados ao ciclo de negócios através de uma diversidade de formas de comercialização

e de processamento. Como isso significa que o produto foi pago, que houve um custo e não houve uma utilização esperada ou adequada, os consumidores tendem a buscar seus direitos e a movimentar a cadeia de logística reversa com esse produto.

A logística reversa pós-consumo, por sua vez, é oriunda do ciclo de vida útil dos produtos – o que pode durar de semanas a muitos anos –, os quais, após esse ciclo, são descartados de diferentes maneiras, gerando o que, para os leigos (a sociedade em geral), é lixo (e, portanto, algo sem valor e que desejam descartar e retirar de seu campo de visão o mais rapidamente possível) e, para ambientalistas e profissionais, é um conjunto de resíduos sólidos em geral. Após os bens atingirem seu fim de vida útil, o fluxo reverso tem início, por meio dos canais de remanufatura, reciclagem ou disposição final em aterros sanitários. (LEITE, 2009).

A logística reversa pós-consumo é o contexto em que percebo o nicho de atuação dos catadores. Visto que a PNRS, apesar de ser um marco legislativo para a gestão de resíduos sólidos, ainda não está implementada totalmente – e que os canais reversos muitas vezes não estão estruturados ou são de difícil acesso aos cidadãos –, uma forma de atuação conjunta ou de parceria com os catadores garantiria uma maior eficiência dos canais, ao mesmo tempo em que retiraria o estigma social que está presente na profissão.

Uma tentativa de combater esse estigma está presente mesmo na fala dos catadores que entrevistei, que não se designam como catadores, mas como recicladores. Atuando nesse ciclo reverso e nessa indústria, eles possuem consciência de que estão trabalhando e extraindo seu sustento da reciclagem. Essa consciência de que retiram seu sustento dos resíduos, os quais são vistos por eles como dinheiro, está presente na fala do Catador 3: *“Olha, eu vou dizer pra ti, tudo dá dinheiro. Tudo que é lixo pra eles é dinheiro pra nós (riso). Tu largar uma folha ali no chão é dinheiro. Tudo é dinheiro, tem que catar.”*

A compreensão e a colaboração da sociedade para que essa gestão integrada aconteça, gerando resultados benéficos a todos, é narrada por Minc (2005, p. 66-67), com base em uma experiência prática desenvolvida em um bairro:

A base do trabalho foi a informação, a consciência e a mudança de comportamento, com a adoção de uma elementar prática cotidiana: a separação dos componentes do lixo doméstico. Uma caixa para o vidro, outra para o alumínio, uma para o papel e outra para o plástico. Na primeira etapa, o lixo orgânico (restos de comida) foi separado, mas não reaproveitado. Num terreno baldio, construiu-se um galpão e demarcaram-se as áreas de depósito do material separado. Meninos da favela próxima foram contratados para recolher nas casas o lixo separado. O papel das igrejas locais foi decisivo: além de apelar para os fiéis para que aderissem à experiência, várias igrejas funcionavam, ainda, como postos de coleta do material trazido solidariamente por pessoas de outras áreas, que dessa forma ajudavam a viabilizar a atividade.

Nesse contexto, além da construção de um galpão e da inclusão de pessoas para o recolhimento dos resíduos separados nas casas, houve o apelo das igrejas, de modo a que a população entendesse a importância da atividade e contribuísse para a separação e a destinação dos resíduos. Ainda segundo Minc (2005), é necessária a redução da geração de resíduos e também a mistura deles, que inviabiliza o reaproveitamento:

A questão central é diminuir a geração do lixo, separando-o na sua origem e evitando a poluição e o desperdício que a mistura inevitavelmente provoca. A sociedade deve lutar contra as garrafas e embalagens descartáveis e não-biodegradáveis que aumentam a quantidade de lixo jogado nas valas e nas ruas. O adubo, gerado da matéria orgânica, é misturado com metais pesados, como o mercúrio dos termômetros e o cádmio das pilhas, e pode contaminar solos e alimentos, caso não haja controle e prévia triagem. (MINC, 2005, p. 66-67).

A participação da sociedade e do Poder Público, contribuindo para o descarte adequado dos resíduos, resultando em um benefício social, ambiental e que incentiva o trabalho dos catadores, é retratada na fala do Catador 6, que, embora longa, transcrevo integralmente, por considerá-la de grande riqueza:

“[...] Uma questão assim, que nem tu que vai trabalhar com isso, que eu acho que era bastante importante ser, ser mencionado assim, ser levado pro pessoal assim, sabe? Era sobre uma colaboração da população não digo só dessa cidade assim, uma colaboração assim, nacional, talvez até mundial sabe, com relação ao descarte dos material, sabe? Porque a gente sabe que é pouca coisa que são, que são descartáveis, que não são reutilizáveis ahn. Imagina, quase todos os tipos de sacola plástica são reaproveitáveis, as coisa que eu te falei do banheiro, tira só [...] o papel higiênico, o Prestobarba e o tubinho da pasta de dente, o resto é tudo reciclável. Ahn, as coisas que é usada na cozinha também, descarta poucas coisas ahn, então, se o pessoal tivesse assim, não digo pra nós, entende? Mas pra, pra natureza, pro planeta Terra sabe? Que é nossa casa, no caso né, eles pensam assim, ah, mas eu moro aqui, eu moro aqui nesse, no município da Feliz, ah, na nação Brasil que tá situada no planeta Terra, então, no final de tudo, de passar por tudo, a Terra é minha casa, sabe? E daí, às vezes, a gente vê a pessoa aí que vão fazer um negócio lá, gastam milhões pra ver um lugar pra morar, sabe? Então, não, pensa assim, nós já temo um lugar pra morar, nós já temo um lugar que o sistema aqui ele é bom pra nós, então, não seria mais fácil, em vez da gente procurar um outro lugar pra morar, cuidar do lugar que nós moremo? Cuidar da nossa casa sabe, aí o pessoal pega e, e larga as coisa tudo assim, utiliza as coisa e joga, joga pro lixo, o que acontece? O papelão, o papelão ele é um, ele é, o derivado dele, ele vem da madeira, eles falam que não é arvores nativas, eles plantam eucalipto, plantam pinus né, pra isso, só que dá pra aproveitar muito mais. O pessoal bota fora, o plástico eles botam fora dá pra aproveitar muito mais, o ferro, tem muita gente trabalhando nisso, sabe? Só que poderia ser muito mais aproveitado, coisas que eles largam aí, largam na, na costado de faixa, nos costado das rua aí, eles procuram um mato, passam de carro e... Aqui na nossa rua, aqui se tu for, de fora a fora tem lixo, de fora a fora

no costado da rua tem lixo, a vegetação, ela tampa um pouco, mas aqui é um lugar assim, que as empresa e não é pessoas, pessoas ignorantes, é pessoas que tem estudo e tudo, eles vêm e largam as coisas aqui. Donos de empresa, eles vem e jogam as coisas tudo ali no costado da rua, animais também, pegam os animais, claro que daí é outra área, né, mas também é o lugar preferido deles porque não tem casa, não tem vigilância de ninguém, ali é só a consciência mesmo né, aí eles vêm e dispensam ali sabe. Então, ahn, aí imagina se uma grande parte da nossa população assim, é digamos ignorante, ignorante, digamos que não tem estudo, não tem, ignorante não, pessoas sem estudo no caso, ahn, pessoas que não tem estudo, talvez seja a maioria né, aí, mas se as que tem, as pessoas que tem mais, que tem mais ahn, sabedoria, é os que tem que fazer a frente, é os que tem que conduzir as coisas sabe, quem é quase vai botar de, de, de gerente numa empresa? A pessoa que tem mais, e os que tem mais assim, capacidade, são os que tão, são os que não puxam, eles não puxam que nem, que nem tu tá estudando pra isso, mas quantos professor tem aqui, pessoas que estudada e coisa talvez, vai, vai melhorar no futuro né, mas pode até lá, até podem causar um grande danos a natureza sabe? Que nem o efeito e agora dessa, o feito agora nesses últimos dias desse calor absurdo, que nem lugar de fazer 40 grau isso era lá no norte só, antigamente, se chegasse a 33 graus, nossa! Já era um, um sol escaldante aqui no Rio Grande do Sul, eu me lembro que eu tenho 44 anos sabe? E eu sempre fui observador, assim, meio que geral, das coisas, e eu morei lá no Norte, também morei no Mato Grosso já sabe? E lá fazia 39 grau, 38, 40 grau e aqui é muito raro, agora isso tudo é um, é as empresa né, é as empresa, é a poluição que tá fazendo, prejudicando a camada de ozônio. Então, e as pessoas não tão, ahn tá tudo bem, tá tudo bem né, porque? Porque a maioria tá no conforto, a maioria não, as pessoas que deveriam de conduzir isso aí, tá no conforto né, tão no conforto lá do tudo, daí só que, né, daí não pensam não sei como cada um pensa que eu acho que a maioria é egoísta, porque eu, mas e o filho, o neto, as futura geração sabe? Uma assim, um pensamento assim, mais ahn, um pensamento não com egoísmo, um pensamento pra, pras futura geração que, que também vão que nem as mata, destrói tudo as mata e coisa, eu conheci tatu, conheci paca, conheci vários tipos de bicho, e as geração futura vão só ver

isso nos livros, porque tá sendo tudo destruído, sabe? Ninguém e daí, que nem, existe lei pra ti atorar uma árvore nativa, tu tem que plantar, tem um lugar de replantio e coisa, só que sinceramente, aqui eu sei que não existe isso, existe a lei! Mas eles não, então, agora eu que to cooperando com a natureza, cooperando com o meio ambiente, eles vêm aqui me perseguir, mas e as pessoas que pegam e, às vezes, tem uma mata ali arranca fora, que nem lá no canto do rio, a prefeitura mesmo arrancou, nos fundos da casa da mãe dela, quantas árvores a prefeitura arrancou num lugar até que é área verde, que é área marinha, eles foram lá e arrancaram, aqui nos fundo aqui era um lugar que eles arrancavam pedra, lá pra baixo da ponte lá, eles arrancam, eles vão perto do leito do rio e tiram cascalho de lá, pra usar o cascalho entende? Então, lá é um dano da natureza, aquilo lá é um crime, que existe uma lei que proíbe esse tipo de coisa sabe? Aí sabe, então, é. [...] é brabo, é que as pessoas é muito, muito cada um pra si né, que nem o egoísmo, é eu sabe, não tem, não tem uma visão da, uma visão geral assim, da, que não é só a gente que nós semo um indivíduo vivendo em coletividade, com vários outros indivíduos né, e não podemos pensar num bem, num bem próprio, a gente tem que ter uma, uma coisa coletiva né, pra não, né, e o coletivo, às vezes é só na família, e os amigo, e às vezes, dói...”

Nessa fala, é possível perceber o sentimento de pertencimento a um planeta e o dever de cuidado que todos devemos ter com nossa grande morada. Como explica o catador, os efeitos dessa falta de cuidados já são sentidos, como o aquecimento global. Além disso, muito do que é gerado como “lixo” pela população possui valor, podendo e devendo retornar, pela logística reversa, à cadeia produtiva e evitando, com isso, maiores danos ambientais. Mas isso envolve triagem e separação adequadas, pois, mesmo que os catadores exerçam seu labor, muito se perde devido à separação inadequada das pessoas, pois eles não conseguem (nem devem) abrir todos os sacos de todos os contêineres ou lixeiras para separar o que lá é acondicionado.

Quanto ao preconceito em relação ao labor dos catadores por parte da sociedade, a fala do Catador 6 enfatiza o fato de que eles estão trabalhando, garantindo seu sustento e o de suas famílias, além de praticarem algo que é bom para a sociedade como um todo. Muitas vezes, esses sujeitos são julgados como pessoas inferiores, que estão “mexendo no lixo”, mesmo que não estejam fazendo nada de ilícito ou errado moralmente.

Seguindo essa lógica, podemos pensar que um olhar mais educado, no sentido de constituição de uma cultura, perceberia que eles estão fazendo a seleção dos resíduos que alguém deveria fazer e não fez, pois justamente quem os julga dessa maneira é quem não separa seus resíduos; não colabora com a coletividade e consigo mesmo; não cuida do meio ambiente e da limpeza da cidade. Mas os catadores não julgam essas pessoas. Em momento algum, chamaram-nas de qualquer termo pejorativo. Apenas me disseram que todos deveriam ter mais consciência para separar e destinar adequadamente seus resíduos. Isso mostra a educação por parte dos catadores, proveniente da própria vida.

Como destacam Demajorovic e Lima (2013, p. 121), ao discorrerem sobre o labor que os catadores exercem e sobre a reciclagem,

Não se trata de uma atividade que pode ser deixada ao livre jogo de mercado, para que, naturalmente, oferta e preços se autorregulem. O mercado de reciclagem só funciona no país porque os preços desses materiais são relativamente baixos, já que partem dos valores extremamente reduzidos pagos aos catadores que iniciam o processo, os quais não tem como negociar melhores condições de comercialização. Além disso, os preços não refletem os custos socioambientais evitados com a atividade de reciclagem. Cada tonelada de material recolhido e reaproveitado significa para a sociedade um custo menor com atividades de transporte e disposição final de resíduos, bem como com impactos gerados pelo seu descarte inadequado em lixões e aterros espalhados pelo país.

Portanto, o principal aprendizado da sociedade e do Poder Público de Feliz-RS com os catadores poderia ser o de que esses indivíduos, ao mesmo tempo em que estão trabalhando, estão também estruturando um canal de logística reversa que é benéfico à sociedade e ao Poder Público, resultando em geração de emprego, renda e benefícios ambientais. Com a compreensão de todos, eles podem se tornar reconhecidos como trabalhadores de uma indústria bilionária, que traz benefícios a todos. Além disso, seu trabalho não é “solto no mundo”, pois depende da colaboração e da educação da sociedade para separar os resíduos corretamente, bem como da disponibilidade do Poder Público em auxiliá-los – seja em encontrar soluções para a disposição dos resíduos até o momento da venda, seja ao pensar na inclusão dos catadores nas políticas públicas ambientais e de limpeza urbana. Nesse sentido, os catadores, com mais conhecimentos adquiridos através de suas práticas, incluindo cursos ou instruções fornecidas pelo Poder Público, podem revalorizar sua posição nesse mercado e obter maiores condições de preços e de rendimentos.

CONCLUSÕES

A pesquisa que deu origem a este livro investigou os catadores de resíduos sólidos de Feliz-RS, inserindo-se no campo da Educação ao analisar os processos educativos que emergem do contexto laboral desses indivíduos. Em relação a essa temática, foi possível constatar que as pesquisas acadêmicas tendo como objeto os catadores de resíduos sólidos vêm ganhando destaque em diversas áreas do conhecimento, especialmente quando a preocupação ambiental ganha relevância e a análise social do consumo e do aumento expressivo de resíduos gerados passam a ser considerados problemas a serem enfrentados na contemporaneidade.

Percebi que diversas dessas pesquisas realizadas tiveram como campo empírico capitais ou grandes centros urbanos, analisando os catadores individual ou coletivamente (associados ou cooperativados). De modo a contribuir para o campo pesquisado, esta obra teve como foco os catadores de uma cidade de pequeno porte, de colonização predominantemente alemã, onde culturalmente existe uma apologia ao trabalho, que é naturalizado como algo benéfico e necessário. No município de Feliz-RS, o contingente de catadores aumentou nos últimos anos, mas o número de indivíduos permanece estabilizado entre 10 a 12 catadores no total. Verifiquei que se trata de um campo oscilante, pois os indivíduos entram e saem dele conforme as possibilidades do campo formal do trabalho se apresentam a eles.

Os catadores de Feliz-RS por mim entrevistados possuem itinerário próprio e, em sua grande maioria, mostram-se contrários ao trabalho associado ou cooperativado, preferindo permanecer recolhendo individualmente os resíduos e negociando com os atravessadores. Por isso, os catadores são atores sociais que compartilham do mesmo

campo social, conforme descrito por Bourdieu, no qual surgem disputas e regramentos próprios que se consolidam entre eles. Essas regras nem sempre são as mesmas do macroespaço, mas regramentos próprios de conformação de suas atuações e do próprio campo social. Através dessas regras e das tentativas de conformações delas as relações e disputas são constituídas. Mas, no geral, observei uma conformidade e respeito mútuos, pois, apesar de me narrarem alguns dissabores e pequenos conflitos, não houve nenhuma descrição de violência ou agressões entre os indivíduos. Ao contrário, é possível perceber pelas falas e nuances que existe uma “ética de solidariedade” e um respeito à atuação dos demais, desde que em conformidade com as regras e peculiaridades do campo. Há um reconhecimento do direito à sobrevivência dos demais, e não uma concorrência no sentido liberal e individualista do termo, que levaria à eliminação dos demais.

Em relação à sociedade em geral e ao Poder Público, os catadores disseram que mantêm boas relações com ambas as esferas. É possível que essa postura seja uma tática de sobrevivência e de manutenção do labor que lhes garanta o mínimo para a subsistência, pois eles relataram algumas situações de desconforto quando no exercício do labor de catadores. No entanto, os participantes também expressam a visão de que, conforme seu labor passa a ser (re) conhecido, essas situações, que são pontuais, tendem a desaparecer.

Especificamente em relação ao Poder Público, alguns clamaram por uma maior presença e auxílio em relação à sua atividade. Nesse sentido, o auxílio dessa instância para superar eventuais burocracias e o diálogo para encontrar soluções a problemas e dificuldades que se apresentam no labor são fundamentais para muitos dos catadores. A presença dos catadores é uma constante, e a sociedade e o Poder Público devem reconhecê-los como agentes necessários no atual modelo social, permeado pelo consumo e pela geração de resíduos. Os catadores deixam de ser uma realidade restrita a grandes centros

urbanos, pois também exercem suas atividades em cidades menores – como é o caso do campo empírico aqui investigado.

Apesar de terem sua ocupação listada na CBO, os catadores não possuem o reconhecimento e a dignidade atribuídos a uma profissão. Em relação a esse aspecto, percebi que os catadores de Feliz-RS categorizam a atividade que exercem como trabalho de “recicladores” ou “reciclagem”, na tentativa de dignificarem o labor que exercem e se colocarem como membros da sociedade que, enquanto buscam seu sustento, colaboram com a limpeza urbana, o meio ambiente e a indústria da reciclagem, através da logística reversa informal que muitas vezes constroem (mesmo que não possuam consciência disso). Essa busca pela dignidade nem sempre é compreendida pela sociedade e pelo Poder Público.

No entanto, ao se compreender essa atividade como um trabalho e garantir-lhe a dignidade necessária, inicia-se o processo de conscientização e educação da população, pois a separação adequada do “lixo” é o primeiro passo para a logística reversa ter a eficiência que dela se espera. Nesse âmbito, os catadores são aqueles que iniciam o primeiro movimento dessa cadeia, agindo quando os setores que são legalmente responsáveis pela logística reversa não o fazem – seja por desconhecimento, seja em virtude de custos operacionais ou de outros fatores.

No contexto dessa sua atuação os catadores desenvolvem uma série de aprendizados próprios. O conhecimento construído por eles enquadra-se na Educação Informal, pois nesse processo contínuo de aprendizagem não há currículo ou disciplinas, nem a dualidade docente-discente. Há sim um saber orientado pela prática que realizam, em prol da melhoria de suas condições de labor e de vida. Esses saberes construídos são utilizados para as atividades de catação, seleção e destinação dos resíduos; bem como de negociação e venda dos materiais encontrados, permitindo uma especialização no labor

que exercem. Conforme compreendem a dinâmica social da cidade e da geração dos resíduos, os catadores adaptam-se para recolher os melhores materiais, de maneira mais rápida e eficiente. Além disso, tais saberes construídos pela Educação Informal também podem ser utilizados por eles na busca por uma colocação no mercado formal de trabalho, como ocorreu com uma das catadoras entrevistadas.

Observei ainda que a falta de um centro de triagem ou de um depósito mais próximo de onde residem os catadores gera dificuldades e pode ser a origem de alguns dos conflitos com a população local e com o Poder Público. A residência é também o “centro de triagem” dos participantes desta pesquisa, e a distância significa que necessitam de constantes idas e vindas para recolher os resíduos, devido ao peso que conseguem levar – o que implica esforço físico maior, além de mais tempo de deslocamento. Diante disso, alguns acabam deixando o que recolhem em terrenos baldios ou áreas verdes, gerando os conflitos descritos na obra.

Saliento ainda que a atuação dos catadores de Feliz-RS contribui para o desenvolvimento da logística reversa informal de diversos resíduos, como plásticos, metais (sucata) e outros, alimentando a indústria da reciclagem no País. Contudo, os catadores relataram a opressão que sofrem na distribuição dos resultados dessa indústria, pois queixaram-se dos valores que são pagos, especialmente considerando a grande quantidade de volume e peso que recolhem.

Compreender a participação e o valor dessa participação dos catadores é essencial para estudos futuros que reflitam sobre a logística reversa e a indústria da reciclagem, especialmente considerando a distribuição dos lucros que são gerados. A baixa escolaridade e a situação de vulnerabilidade condicionam os catadores a situações de exploração por atravessadores e compradores de materiais. Essas relações desenvolvidas entre eles

ainda precisam ser estudadas com profundidade pela academia, e representam um possível campo para pesquisas.

Por meio da construção desta pesquisa, não apenas como pesquisador, mas como professor que sou, percebi que, mesmo em um município demograficamente pequeno (onde há teoricamente segurança e menores discrepâncias sociais), existem pessoas que, apesar de não terem acesso ao mercado formal de trabalho, laboram dignamente na busca do sustento próprio e de suas famílias. Nesse contexto, o reconhecimento à atividade que exercem não se trata de assistencialismo ou de um olhar para os “invisíveis” ou “indesejáveis”, mas de uma valorização da dignidade de suas pessoas e da compreensão de que o labor que exercem gera impactos positivos – tanto para o Município quanto para a economia e para o meio ambiente em geral.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. *Educação e economia (popular) solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado na Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, 1994-2006*. 2007. 356 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2007.

ALVES, Aristides (org.). *Catadores*. Salvador: Pangea; Rio de Janeiro: Petrobras; Movimento Nacional dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis, 2007.

ANTUNES, Caio. Considerações sobre trabalho, alienação e subjetividade. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 121-135.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BAEDER, Angela Martins. *Educação ambiental e mobilização social: formação de catadores na grande São Paulo*. 2009. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.

BARROS, Vanessa Andrade de; PINTO, João Batista Moreira. Reciclagem: trabalho e cidadania. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (orgs.). *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 65-82.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo mundial: en busca de la seguridad perdida*. Tradução de Rosa S. Carbó. Barcelona, Espanha: Paidós, 2008.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

BEHS, Izar Müller. *(Des)conexões na educação para a saúde integral: um estudo de caso com catadores de uma cooperativa*. 2014. 155 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Porto Alegre, 2014.

BERTRAND, Yves. *Teorias contemporâneas da Educação*. Tradução de Alexandre Emílio. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 2005.

BRANDÃO, Ana Maria. Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica. *Revista Configurações*, Braga, n. 3, p. 83-106, 2007. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9630>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8078-11-setembro-1990-365086-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. *Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 15 set. 2018.

BRECHT, Eugen Bertholt Friedrich. Perguntas de um trabalhador que lê. *In: BRECHT, Eugen Bertholt Friedrich. Bertolt Brecht - Poemas 1913-1956*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.

BURGOS, Rosalina. *Periferias urbanas: o chão dos catadores no urbano periférico*. São Paulo: Humanitas, 2013.

CALDERONI, Sabetai. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo: Humanitas Editora, 1999.

CANTÓIA, Sílvia Fernanda. *Coleta Seletiva Municipal, Educação Ambiental e Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis na Vertente Paulista da Bacia do Rio Paranapanema*. 2012. 325 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2012.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. *Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência*. 2008. 310 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

CHAVES, Priscila Freitas. *Famílias de catadores de resíduos sólidos urbanos na perspectiva da Educação Ambiental*: condições de risco e processo de resiliência. 2011. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2011.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO). *Consulta à CBO*. [S.l., 2018]. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>>. Acesso em: 18 set. 2018.

COLLEY, Helen; HODKINSON, Phil; MALCOLM, Janice. Non-formal learning: mapping the conceptual terrain. a consultation report. Learning and Skills Development Agency (LSDA), [s.l.], 2002. Disponível em: http://www.infed.org/archives/e-texts/colley_informal_learning.htm. Acesso em: 25 out. 2018.

CONCEIÇÃO, Márcio Magera. Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas, SP: Editora Átomo, 2005.

CONCEIÇÃO, Márcio Magera. Os caminhos do lixo: da obsolescência programada à logística reversa. Campinas, SP: Editora Átomo, 2013.

COSTA, Marcela Avelina Bataghin. Logística: estoque, distribuição e logística reversa. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Editora Viena, 2017.

COSTA, Silvano Silvério da; CRESPO, Samyra. A Política Nacional de Resíduos Sólidos. In: TRIGUEIRO, André. Mundo Sustentável 2: novos rumos para um planeta em crise. São Paulo: Globo, 2012. p. 56-62.

COUNCIL OF SUPPLY CHAIN MANAGEMENT PROFESSIONALS (CSCMP). CSCMP Supply Chain Management Definitions and Glossary. [S.l., 2018?]. Disponível em: <http://www.cscmp.org>. Acesso em: 05 ago. 2017.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores. São Paulo: Editora Senac; São Paulo: Edições Sesc SP, 2013.

DURÃES, Bruno. O trabalho de rua no Brasil: o perfil da informalidade de rua em Salvador. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 233-257.

FELIZ. *Lei Orgânica Municipal de Feliz*. Feliz, 1990. Disponível em: <<http://www.coalas.com.br/imgs/arquivos/lei-organica-municipal-de-feliz1490817451.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

FELIZ. Prefeitura Municipal. *Feliz é a 11ª cidade mais igualitária do Brasil*. Feliz, 15 abr. 2015. Disponível em: <http://www.feliz.rs.gov.br/web/noticia/250/feliz-e-a-11-cidade-mais-igualitaria-do-brasil>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FELIZ. Prefeitura Municipal. *Feliz terá novo sistema de coleta de lixo*. Feliz 19 jul. 2017. Disponível em: <http://www.feliz.rs.gov.br/web/festas-e-eventos>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FELIZ. Prefeitura Municipal. *Histórico*. Feliz, [2018a?]. Disponível em: <http://www.feliz.rs.gov.br/web/historico>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FELIZ. Prefeitura Municipal. *Localização*. Feliz, [2018b?]. Disponível em: <http://www.feliz.rs.gov.br/web/localizacao>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FELIZ. Prefeitura Municipal. *Demografia*. Feliz, [2018c?]. Disponível em: <http://www.feliz.rs.gov.br/web/demografia>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FELIZ. Prefeitura Municipal. *Sobre o município*. Feliz, [2018d?]. Disponível em: <http://www.feliz.rs.gov.br/web/sobre-o-municipio>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FELIZ. Prefeitura Municipal. *Economia*. Feliz, [2018e?]. Disponível em: <http://www.feliz.rs.gov.br/web/economia>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FELIZ. Prefeitura Municipal. *Agricultura*. Feliz, [2018f?]. Disponível em: <http://www.feliz.rs.gov.br/web/agricultura>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FELIZ. Prefeitura Municipal. *Festas e eventos*. Feliz, [2018g?]. Disponível em: <http://www.feliz.rs.gov.br/web/festas-e-eventos>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FERRAZ, Lucimare; GOMES, Mara Helena de Andrea; BUSATO, Maria Assunta. O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512012000300017>. Acesso em: 07 jul. 2018.

FONTOURA, Jara Lourenço da. *Ecomunitarismo e ação socioambiental teoria e prática num estudo de caso junto a comunidade São Gonçalo Pelotas-RS-Brasil*. Universidade Federal do Rio Grande, 2010. Tese de Doutorado.

FUHRMANN, Nadia; PAULO, Fernanda dos Santos. A formação de professores na Educação Não Formal Pública. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 35, n. 127, p. 551-566, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n127/v35n127a12.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

GATTAI, Silvia. *As competências dos empreendedores solidários – estudo com catadores em cooperativas de coleta e tratamento de resíduos sólidos em São Bernardo do Campo*. 2014. 312 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1998.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino. *Catadores: uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria da reciclagem*. 2009. 298 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.

GOTARDO, Solaine. *Os processos educativos no trabalho de coleta e separação de resíduos sólidos na cidade de Pelotas/RS*. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (UFPel), Pelotas, 2011. Universidade Federal de Pelotas, 2011.

GRAY, David E. *Pesquisa no mundo real*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUARNIERI, Patrícia. *Logística Reversa: em busca do equilíbrio econômico e ambiental*. Recife: Editora Clube de Autores, 2011.

GUITTON, Jean. *O trabalho intelectual: conselho para os que estudam e para os que escrevem*. Tradução de Lucas Felix de Oliveira Santana. Brasília: Kíron, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Feliz. IBGE Cidades, [s.l.], 12 dez. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/feliz>. Acesso em: 25 ago. 2018.

ITELVINO, Lucimar da Silva. *Empreendedor Social: Entre a Educação Formal, Informal e Não Formal*. 2015. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, 2015.

IZIDORO, C. *Logística Reversa*. São Paulo: Pearson Education, 2015.

JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. *Teoria social: vinte lições introdutórias*. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: 2017.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva: um guia para a pesquisa de campo*. Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florencio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KIRCHNER, Rosane Maria; SAIDELLES, Ana Paula Fleig; STUMM, Eniva Miladi Fenandes. Percepções e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 5, n. 3, set./dez. 2009. Disponível em: <http://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/257>. Acesso em: 24 maio 2018.

LEITE, Paulo Roberto. *Logística reversa: meio ambiente e competitividade*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2010.

LISBOA, Cassiano Pamplona. *Itinerários de Catadores: (Des)encontros com o campo ambiental*. 2013. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

LOCK, Andrea Pereira. *Relação de Trabalho e Produção na Indústria da Reciclagem: uma Análise a partir dos Catadores no Município de Jaguari-RS*. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências) – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2013.

LOUSADA, Vinicius Lima. *Ecossistemas de Processos Educativos com Recicladores/Recicladoras: um estudo a partir de um projeto de educação popular ambiental*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

MAGALHÃES, Thereza Calvet de. A Atividade Humana do Trabalho [Labor] em Hannah Arendt. *Revista Ética e Filosofia*, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, jun. 2006. Disponível em: http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/03/9_1_theresa.pdf. Acesso em: 09 set. 2018.

MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão de literatura. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1087-1110, out./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-9702201701151678>. Acesso em: 14 set. 2018.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? *Revista Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 2, n. 18, p. 62-71, mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/psoc/v18n2/08.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

MINC, Carlos. *Ecologia e cidadania*. São Paulo: Moderna, 2005.

MOTA, Luiza Rosso. *O Instrumento da Logística Reversa de Resíduos Eletroeletrônicos no contexto da obsolescência programada e percebida: um olhar a partir da Cidade de Santa Maria-RS*. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). Princípios e objetivos do MNCR. *MNCR*, São Paulo, 01 jan. 2008. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/principios-e-objetivos>. Acesso em: 11 abr. 2019.

NETO, Ana Lucia Gomes Cavalcanti *et al.* Consciência Ambiental e os Catadores de lixo do lixão da cidade do Carpina-PE. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da FURG*, Rio Grande, v. 19, p. 99-109, jul./dez. 2007.

NEVES, Iêdo Batista. *Vocabulário Prático de Tecnologia Jurídica e de Brocardos Latinos*. Rio de Janeiro: APM Editora, 1987.

NORONHA, Eduardo G. "Informal", Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-129, out. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

OLIVEIRA, Uanderson Rébula de. *Logística Reversa de Resíduos Eletroeletrônicos e a Sustentabilidade Ambiental*. São Paulo: Saraiva Publique-se, 2016.

PASQUALETO, Kellen Cristine. *Protagonismo Político e consciência de classe: o caso dos catadores de materiais recicláveis do Vale do Rio dos Sinos*. 2018. 235 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), 2018.

PEREIRA, André Luiz *et al.* *Logística Reversa e Sustentabilidade*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PERELMAN, Mariano Daniel; BOY, Martín. Cartoneros en Buenos Aires: nuevas modalidades de encuentro. *Revista Mexicana de Sociología*, México, Distrito Federal, v. 72, n. 3, p. 393-418, jul./set. 2010.

PIMENTA, Aline de Barros. *Os Agentes Ambientais e a Logística Reversa dos Resíduos Sólidos Urbanos na Cidade de Juiz de Fora-MG*. 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2012.

PINHEIRO, Leandro Rogério *et al.* Sujeitos, políticas e educação ambiental na gestão de resíduos sólidos. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 535-556, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000200010>. Acesso em: 11 nov. 2016.

RAMIREZ, Michele Bruno. *Trabalho informal: saberes e experiências dos trabalhadores da Associação Matogrossense dos Artesãos*. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2015.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2014.

RIBEIRO, Lílian Arruda *et. al.* Educação Ambiental como instrumento de organização de Catadores de Materiais Recicláveis na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, Campina Grande-PB. *Revista de Biologia e Farmácia (BIOFAR)*, Campina Grande, v. 05, n. 02, p. 59-72, 2011. Disponível em: http://sites.uepb.edu.br/biofar/download/v5n2-2011/EDUCACAO_AMBIENTAL_COMO_INSTRUMENTO_DE_ORGANIZACAO_DE_CATADORES.pdf. Acesso em: 23 jul. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia. Postos de atendimento: região Vale do Caí. *Programa Gaúcho de Microcrédito*, [s.l.], 6 dez. 2015. Disponível em: <http://www.microcredito.rs.gov.br/pontos-atendimento-microcredito-gauchob403.html?regiao=21>. Acesso em: 24 jul. 2018.

RIOS, Thais de Miranda. *Educação e Gestão Socioambiental - A experiência do programa Catavida de Novo Hamburgo-RS*. 95f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2015.

ROLIM, Renata Souza. *Catadores, organizações e materiais recicláveis: um estudo na região metropolitana do Recife/PE*. 2014. 93 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, 2014.

ROSA, Bárbara Oliveira. *As vozes e as visões dos Catadores de Materiais Recicláveis sobre Meio Ambiente*. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Franca, 2015.

ROSSIGNOLI, Marilena Kaizer. *Reciclagem, Educação e Meio Ambiente: interlocuções da vivência numa associação de catadores*. 2016. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2016.

SEITENFUS, Ana Lúcia Ramos. *Associação de Recicladores e Catadores de Esteio: origem, saberes construídos e trajetórias de vida*. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.

SILVA, Claudio Renato Moraes da. *O que é Educação Ambiental para cinco catadores de papelão no centro da cidade de Rio Grande*. 2012. 204 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2012.

SILVA Paula Garcez Corrêa da. *Os Catadores de Porto Alegre e a Política Nacional de Resíduos Sólidos*. 2016. 243 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016.

SOUZA, J. Amilton de. *Catadores de lixo: narrativas de vida, políticas públicas e meio ambiente*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

SOUZA, Jessé. *Subcidadania Brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SOUZA, Ricardo Abussafy de. *O lixo e a conduta humana: gestão dos insuportáveis na vida urbana*. 2013. 243 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Assis, 2013.

SOUZA FILHO, Carlos Roberto Vieira da; SOLER, Fabrício Dorado. *Gestão de resíduos sólidos: o que diz a lei*. São Paulo: Trevisan Editora, 2013.

SPECHT, Suzimary; RÜCKERT, Aldomar A. Dinâmicas Sócio-Espaciais Produtivas e a Formação do Território do Morango no Vale do Caí – Brasil. *Confins*, Paris, v. 13, p. 1-16, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/7253>. Acesso em: 17 set. 2018.

TOURAINÉ, Alain. *El regreso del actor*. Tradução de Enrique Fernández. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1987.

TOURAINÉ, Alain. *O que é a democracia?* Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TOURAINÉ, Alain. *Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TRIGUEIRO, André. *Cidades e soluções: como construir uma sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

UM LONGO caminho. *Jornal Primeira Hora*, Bom Princípio, ano 25, n. 1321, 14 fev. 2019.

VERONESE, Marília Veríssimo. Os catadores reagem. *Zero Hora*, Porto Alegre, 18-19 ago. 2018.

VICENTE, Biana Biazuz. *Educação ambiental e profissionalização dos catadores na política nacional de resíduos sólidos: uma sociologia das ausências?* 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015.

XAVIER, Lucia Helena; CORRÊA, Henrique Luiz. *Sistema de Logística Reversa: criando cadeias de sustentabilidade*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SOBRE O AUTOR

Matheus Milani

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Possui bacharelado e licenciatura em Direito; especializações em Direito Empresarial e em Gestão Educacional; Mestrado em Direito e Doutorado em Educação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

anseios 6
apoio 3, 106, 129, 130, 132, 153
apologia 6, 168
associativo 3, 145, 152
atravessadores 2, 5, 63, 72, 82, 92, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 121, 122, 124, 125, 126, 129, 130, 139, 145, 149, 151, 156, 168, 171
atuação 5, 12, 19, 45, 49, 54, 76, 77, 96, 114, 115, 129, 137, 138, 139, 141, 142, 144, 153, 158, 160, 161, 169, 170, 171

C

cadeia econômica 6
carteira assinada 3, 37, 40, 145, 147
catadoras 2, 3, 4, 5, 6, 47, 79, 83, 103, 148, 171
catadores 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 27, 28, 29, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182
catar 4, 28, 69, 72, 81, 99, 101, 102, 116, 117, 161
centros urbanos 6, 17, 18, 38, 143, 168, 169

cidade 2, 4, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 44, 47, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 91, 95, 100, 101, 102, 103, 113, 116, 117, 121, 124, 128, 129, 132, 134, 136, 140, 144, 145, 146, 152, 154, 155, 156, 159, 160, 163, 166, 168, 171, 176, 177, 178, 179, 181
coexistência 5
comportamentos 6, 51, 98, 136
compreender 4, 5, 6, 12, 13, 17, 19, 32, 48, 103, 114, 121, 136, 138, 153, 154, 155, 160, 170
condições 5, 6, 39, 41, 42, 44, 47, 67, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 87, 91, 92, 93, 94, 96, 135, 149, 150, 153, 166, 167, 170, 175
conhecimentos 4, 5, 16, 49, 63, 125, 127, 128, 154, 167
conhecimentos laborais 5
contribuições 4, 6, 12, 15, 19
cooperativado 3, 20, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 168
cotidiano 2, 12, 19, 27, 48, 52, 65, 80, 145, 175
cotidiano laboral 2, 80, 145

D

dependência 5
descartados 4, 34, 136, 155, 158, 161
desigualdades 6
desvalorização 6, 139, 160
dificuldades 5, 17, 19, 46, 48, 52, 65, 78, 80, 81, 93, 102, 113, 136, 138, 145, 153, 154, 155, 169, 171
disputas 2, 5, 19, 65, 66, 83, 86, 87, 96, 101, 102, 103, 104, 106, 109, 110, 130, 145, 169

E

Educação 4, 5, 11, 15, 16, 17, 18, 48, 71, 115, 128, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182
entrevistas 3, 18, 19, 20, 51, 57, 60, 61, 64, 69, 102, 113, 114, 127, 130, 141, 145, 150, 152, 154, 155
escolar 5
escolhas teóricas 2, 19
escutar 6, 48
estigmas 5, 70, 109, 147

F

famílias 4, 39, 133, 148, 154, 166, 172

G

grupo 5, 6, 15, 18, 29, 37, 58, 66, 129, 155

I

identidade 2, 19, 55, 65, 66, 68, 72, 79, 98, 145
imigração 6
indivíduo 5, 43, 48, 54, 76, 96, 98, 113, 115, 123, 138, 165
indústria 4, 11, 12, 14, 26, 29, 32, 34, 36, 52, 57, 72, 75, 76, 77, 79, 91, 103, 109, 117, 125, 126, 129, 133, 137, 144, 145, 147, 148, 157, 160, 161, 167, 170, 171, 177
informal 4, 12, 15, 16, 37, 40, 43, 48, 49, 50, 51, 66, 67, 76, 115, 121, 126, 127, 133, 145, 170, 171, 175, 180
investigação 4, 12, 15, 17, 29, 41, 54, 59, 174
itinerários 2, 19, 52, 55, 57, 80, 81, 124, 148, 152

L

labor 2, 3, 6, 16, 19, 20, 25, 27, 29, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 53, 54, 55, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 102, 103, 104, 106, 108, 113,

114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 130, 133, 134, 139, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 165, 166, 169, 170, 172
lixo 2, 9, 14, 27, 28, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 48, 52, 59, 60, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 82, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 99, 101, 103, 109, 116, 117, 118, 119, 123, 124, 127, 131, 133, 134, 140, 144, 149, 150, 151, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 174, 175, 176, 179, 181
logística 4, 11, 12, 13, 14, 19, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 43, 44, 54, 70, 75, 76, 77, 79, 103, 111, 118, 125, 126, 127, 129, 133, 144, 145, 160, 161, 165, 167, 170, 171, 175
logística reversa 4, 11, 12, 13, 14, 19, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 43, 44, 54, 75, 76, 77, 79, 103, 111, 118, 125, 126, 127, 129, 133, 144, 145, 160, 161, 165, 167, 170, 171, 175
lucratividade 6, 106

M

manutenção 5, 37, 65, 86, 100, 126, 160, 169
metodológicas 2
moradias 5, 65, 139

N

negociação 5, 107, 122, 151, 170

O

observação 5, 19, 51, 52, 53, 57, 65, 91, 124, 128, 148
obstáculos 5, 35, 102

P

peculiaridades 5, 18, 19, 153, 169
percursos 5
poder 3, 6, 44, 46, 48, 52, 79, 105, 107, 116, 122, 127, 142, 143, 151

poder público 3, 6, 52, 127, 142, 143
população 4, 6, 14, 19, 22, 24, 25, 27, 28,
31, 36, 40, 53, 70, 73, 89, 93, 132, 133,
134, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 149,
155, 160, 162, 163, 164, 165, 170, 171
preços 5, 106, 110, 166, 167
produtos 4, 5, 11, 13, 14, 17, 32, 33, 34,
36, 37, 39, 63, 74, 104, 111, 119, 126, 127,
137, 158, 160, 161

R

reciclador 2, 70, 72, 75, 76, 77, 79
recicladores 5, 14, 19, 76, 145, 161, 170
reconhecimento 5, 36, 38, 39, 42, 76, 79, 80,
94, 103, 110, 125, 135, 142, 169, 170, 172
reflexões 2, 3, 6, 11, 13, 17, 19, 32, 46, 57,
72, 98, 123, 154, 157
relações 2, 5, 12, 15, 19, 20, 44, 45, 47, 48,
49, 52, 63, 72, 73, 97, 99, 103, 104, 106,
114, 130, 131, 134, 135, 139, 142, 145,
169, 171
relações laborais 5
resíduos 4, 5, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17,
19, 20, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36,
37, 38, 44, 45, 47, 52, 54, 57, 58, 59, 60,
61, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 74, 75, 76,
77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89,
90, 92, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105,
107, 108, 110, 113, 114, 116, 117, 118,
119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126,
127, 130, 132, 133, 134, 135, 138, 139,
140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147,
148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157,
158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167,
168, 169, 170, 171, 175, 177, 180, 181, 182
resíduos sólidos 4, 11, 12, 13, 17, 19, 20,
28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 44, 45, 47, 52,
54, 57, 59, 60, 61, 66, 70, 74, 75, 84, 98,

103, 113, 126, 139, 142, 155, 157, 158,
159, 161, 168, 175, 177, 180, 181, 182

S

saberes 3, 4, 6, 11, 12, 15, 20, 28, 48, 49,
52, 58, 64, 114, 115, 117, 126, 129, 148,
152, 153, 154, 170, 171, 180, 181
sobrevivência 5, 6, 20, 37, 38, 43, 48, 67,
79, 95, 96, 102, 103, 118, 130, 132, 138,
139, 141, 145, 146, 149, 152, 153, 154,
159, 160, 169, 178
sociedade 3, 5, 6, 12, 16, 17, 20, 26, 31,
32, 38, 39, 49, 64, 68, 70, 72, 74, 75, 76,
77, 79, 92, 93, 98, 111, 114, 127, 128, 129,
130, 131, 132, 133, 139, 143, 144, 145,
153, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 162,
163, 166, 167, 169, 170, 181
superexploração 6
sustento 4, 15, 18, 54, 59, 66, 67, 68, 72,
83, 85, 93, 96, 102, 107, 130, 133, 147,
154, 160, 161, 166, 170, 172

T

táticas 5, 64, 100, 142
técnicas 3, 20, 63, 98, 113, 114, 115, 120,
123, 126, 148, 154
trabalhadoras 4
trabalhadores 4, 24, 37, 38, 40, 41, 67, 89,
147, 149, 167, 180
trabalho 2, 3, 5, 6, 9, 12, 14, 15, 16, 19, 20,
24, 28, 29, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43,
44, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 59, 60, 62,
63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75,
76, 77, 79, 87, 89, 93, 94, 95, 96, 102, 103,
106, 107, 108, 111, 116, 117, 119, 120,
122, 123, 127, 132, 133, 139, 142, 143,
145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152,
153, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163,

167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175,
177, 179

trajetórias 2, 5, 48, 114, 181

U

urbanos 4, 6, 11, 13, 17, 18, 32, 37, 38, 48,
61, 127, 142, 143, 155, 159, 168, 170, 175

V

vender 4, 37, 89, 96, 104, 105, 106, 118,
119, 120, 127, 146

vida 2, 5, 6, 11, 12, 14, 27, 28, 31, 32, 34,
36, 39, 41, 42, 44, 47, 49, 50, 51, 53, 54,
61, 64, 68, 70, 79, 93, 94, 95, 98, 102, 103,
104, 110, 113, 114, 115, 126, 128, 129,
131, 132, 135, 136, 145, 146, 161, 166,
170, 174, 181

vivências 2, 15, 57, 58, 128

vulnerável 6

www.pimentacultural.com

AS EXPERIÊNCIAS LABORAIS DE CATADORES

contribuições educativas para a logística reversa informal de resíduos sólidos urbanos de Feliz-RS



 **UNISINOS** DESAFIE
O AMANHÃ.

25
ANOS

ESCOLA
de Humanidades
EDUCAÇÃO
Mestrado e Doutorado

 **CAPES**

 **pimenta
cultural**